

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

NEGROS NO ENSINO SUPERIOR:
AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM
UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS

Pouso Alegre, 2016

OTÁVIO JOSÉ DOS SANTOS FILHO

TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR:

**NEGROS NO ENSINO SUPERIOR:
AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM
UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS**

Texto apresentado à banca de defesa do
Mestrado em Educação da Universidade
do Vale do Sapucaí, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Fabiana de Cássia Rodrigues.

Pouso Alegre, 2016

Santos Filho, Otávio José. NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: Ações afirmativas e a visão de alunos bolsistas do ProUni em uma faculdade de direito do Sul de Minas Gerais/Fabiana de Cássia Rodrigues. Pouso Alegre: 2016. 131, f, il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí.

Orientadora: Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues.

Descritores: 1. Ações Afirmativas. 2. Desigualdade Racial. 3. ProUni. 4. Políticas de Cotas.

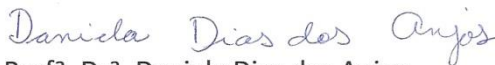
CDD: 370

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada “**NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS**” foi defendida, em 3 de fevereiro de 2016, por **OTÁVIO JOSÉ DOS SANTOS FILHO**, aluno regularmente matriculado no Mestrado em Educação, sob o Registro Acadêmico nº 98006961, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:



Prof^ª. Dr^ª. Fabiana de Cássia Rodrigues
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof^ª. Dr^ª. Daniela Dias dos Anjos
Universidade São Francisco- USF
Examinadora



Prof. Dr. José Luís Santelice
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPPES)

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37550-000 – Fone: (35) 3449-9231

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus que durante esses dois anos me susteve, proveu todos os recursos necessários para minha manutenção e da minha família, me protegeu durante as viagens cansativas e me livrou de todos os acidentes na estrada. A Ele toda honra e toda Glória, obrigado Senhor!

Agradeço a Professora Doutora, Fabiana de Cássia Rodrigues pela confiança, companheirismo, dedicação e respeito nas orientações deste trabalho.

Agradeço a minha primeira orientadora a Professora doutora Daniela Dias dos Anjos, que me ensinou os primeiros passos na escrita desse trabalho, obrigado pela paciência.

Agradeço a minha esposa, Ariana, que com muito amor, carinho, compreensão e dedicação cuidou da casa, de mim e da nossa filha, você é um anjo em nossa vida!

Agradeço a minha filha Julia, pela paciência, pela doçura e apesar da tenra idade já compreendia o momento em que deveria deixar-me estudar, obrigado filha por tanto carinho, você é um anjo que Deus colocou em nossas vidas, te amo.

Agradeço a minha amiga professora Geanne Cabral, pelas revisões até tarde da noite, obrigado pela dedicação carinho e compreensão.

Agradeço, com todo amor e carinho, a todos meus irmãos e sobrinhos, minha família maravilhosa, pelo ensinamento do valor da escolarização.

Agradeço ao meu amigo professor Dr^o. Samuel Carvalho de Benedicto pelas primeiras orientações, a sua família, minha família postiça. Você é uma inspiração.

Agradeço ao amigo, Pr. Josué Martins e família pela acolhida na sua casa em Belém, PR.

Agradeço a amiga Patrícia Benfica, pela ajuda abrindo as portas da sua faculdade fazendo com que as dores da escrita fossem mais leves, facilitando o contato com os sujeitos.

Agradeço a Zenaide, funcionária da Fadiva, uma prestatividade sem par, algo que não encontramos em nossos dias, muito obrigado.

Agradeço ao amigo professor Érick Lacerda, pela tradução para o Inglês, atendendo-me tarde da noite e pela prontidão em ajudar-me no abstract. Obrigado pela dedicação carinho e compreensão.

Agradeço à professora, Giulliana Sampaio pelas caronas e doces.

Agradeço à amiga Larissa Couto que está sempre com um sorriso pronto a nos alegrar e pela prestatividade.

Agradeço à Instituição FADMINAS pelo apoio e confiança em meu trabalho.

Agradeço ao Pr. Anderson Beiral pela acolhida nos fundos da igreja, foram noites de reflexão e descanso, obrigado.

Agradeço aos amigos do mestrado em educação da UNIVAS, onde desenvolvi meus conhecimentos com a experiência de cada um.

Agradeço aos secretários da pós-graduação, Guilherme e Francielle pelas orientações, informações e prestatividade demonstrada em todos os momentos.

Pessoas que se enquadram cegamente no coletivo fazem de si mesmas meros objetos materiais, anulando-se como sujeitos dotados de motivação própria. (...) Inclui-se aí a postura de tratar os outros como massa amorfa. Uma democracia não deve apenas funcionar, mas, sobretudo trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia como uma sociedade de emancipados. (...) (ADORNO, 1995, p. 8)

Resumo

O presente trabalho, desenvolvido na linha de pesquisa “Práticas Educativas e Formação do Profissional Docente” do Mestrado em educação da Univás, tem por objetivo conhecer e analisar a trajetória de estudantes negros que foram beneficiados pela política de cotas do ProUni, em uma faculdade no sul de Minas Gerais. A pesquisa objetiva ainda investigar os impactos dessa política na vida dos estudantes cotistas. Pretende-se também conhecer e analisar a trajetória desses estudantes, buscando compreender como vivenciam e qual o significado da sua participação na política de cota e, mais especificamente, a relação desses cotistas com o preconceito racial, antes e durante a vida acadêmica na universidade. A proposta metodológica configura-se de cunho qualitativo e tem na entrevista seu principal recurso metodológico. A política de cotas para negros no Ensino Superior se insere no contexto das ações afirmativas no Brasil e visa amenizar desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças. Alguns estudos têm apontado as complexidades no processo de implementação dessa política, indicando que mais do que apenas possibilitar o acesso dos estudantes negros no ensino superior, faz-se necessário pensar nos modos de garantir sua permanência (Fonseca, 2007; Santos, 2007; DAFLON, FERES JUNIOR e CAMPOS, 2012). Considerando este contexto, ao refletir sobre a trajetória de vida dos alunos cotistas, algumas questões emergem: Qual foi a trajetória desses estudantes até chegarem à universidade? Sofreram preconceito? Como vivenciam o fato de serem beneficiados pelas cotas? Possuem dificuldades para se manter na universidade?

Palavras-chaves: Ações Afirmativas, Desigualdade Racial, ProUni, Ensino Superior, Políticas de Cotas.

Abstract

This work was produce in the research line “Educational Practices and Professional Formation of the Techer” in the Master’s degree in education of Univás and it aims to know and analyze the path through college of black students who received benefits from the this racial quotas of ProUni in a college in the south of Minas Gerais. The research also aims to investigate the impacts of this policy in the students’ life. It intends to know

and analyze the trajectory of these students, trying to understand how they see and what is the meaning of their participation in the quotas policy, and specifically, the relation of these students with the racial prejudice, before and during the academic life in college. The methodological propose is based in a qualitative way and interviews were the main resource. The quotas policy in higher education is inserted in the context of the affirmative actions in Brazil and aims to soften the social, economic and educational inequality among races. Some studies have pointed the complexities in the implementation process of this policy. They indicate that more than grant access to the black students to higher education, it is necessary to think about the ways to assure they stay there (Fonseca, 2007; Santos, 2007; DAFLON, FERES JUNIOR e CAMPOS, 2012). Considering this context, reflecting about the life of these students, some questions are brought: What was the path that brought these students to the university? Did they suffer any kind of prejudice? How they face the benefits of these quotas? Do they have any difficulties to maintain themselves in the university?

Keywords: Affirmative actions, Racial Democracy, , ProUni, Higher Education, Quotas Policies, , University.

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1 – Origens históricas da questão do negro no Brasil e a “democracia racial”.	16
1.1 A questão do negro na sociedade colonial	16
1.1.1 O escravo indígena	16
1.1.2 O tráfico de escravos africanos	18
1.1.3 O cotidiano do escravo	23
1.1.4 Repressão e castigos	25
1.1.5 A abolição da escravidão	26
1.2 Os estudos críticos de Florestan Fernandes e Carlos Alfredo Hasenbalg acerca da “democracia racial”	31
Capítulo 2 – Ações Afirmativas: A política de cotas e o Prouni	39
2.1 A “democracia racial” e as políticas afirmativas	39
2.2 Dados sobre o acesso ao ensino	44
2.3 As ações afirmativas	46
2.3.1 O ProUni	48
Capítulo 3 – O estudo de caso da política de cotas.....	54
3.1 A escolha dos sujeitos	55
3.2 - Origens sociais dos entrevistados:	57
3.3 - A visão dos alunos sobre o curso de Direito e as possibilidades abertas pela inserção no Ensino Superior.	62
3.4 O preconceito racial	67
3.5 - Avaliação da Política de cotas: a visão dos sujeitos	73
Considerações Finais	82
Referências Bibliográficas	85
Anexo 1 – Memorial	90
Anexo 2 - Entrevistas.....	98
Anexo 3: Termo de consentimento livre e esclarecido	127
Anexo 4: Parecer consubstanciado do CEP.....	130
Anexo 5: Carta de anuência para autorização da pesquisa	131

Introdução

A escolha da temática da pesquisa relaciona-se com a maneira como o preconceito racial esteve presente ao longo de minha trajetória de vida. Buscando me aprimorar cada vez mais e desenvolver na minha prática profissional,¹ nesta minha caminhada acadêmica, fiz alguns minicursos na área de Educação Física. Minha vida acadêmica começou a ficar marcada quando iniciei uma pós-graduação em Educação Física Escolar, em 2005, na FMU, em São Paulo. Lá, comecei a vislumbrar o conhecimento e a ter discernimento da vida cotidiana. No grupo de professores, um se destacou na constituição dos meus saberes e formação profissional, o professor Marcos Garcia Neira, que ministrou a disciplina “Natureza e significado do trabalho do professor de Educação Física”. A minha formação profissional foi marcada por professores que me levaram a pensar minha prática com meus alunos. Segundo Bakhtin (2003):

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele de tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento. (BAKHTIN, 2003, p. 23).

O professor Marcos Neira levou-me a ser mais crítico nas atividades e práticas do cotidiano, como por exemplo, a questão do preconceito. Preconceito no trabalho, na rua, na vizinhança, na escola, principalmente quando escolhemos alguém para representar a sala ou para fazer um discurso. Não escolhemos o melhor, escolhemos o mais “apresentável” de “olhos azuis” ou talvez “a filha da diretora”. No período em que estava cursando a pós-graduação, eu ficava hospedado na sala de aula de uma escola, no bairro da liberdade, mesmo bairro da FMU, para diminuir os gastos. Esta escola estava em reforma e alguns pedreiros estavam ali trabalhando. Em um dado momento em que eu fui à escola para passar a noite, fui ao banheiro para fazer minha higiene pessoal e encontrei outro estudante na mesma condição de hospedagem, ou seja, estava ali para economizar o gasto com hotel também. Aquele estudante, para quebrar o gelo de um

¹ Uma descrição desta trajetória encontra-se no memorial em anexo.

contato inicial, fez algumas perguntas e a primeira foi: “Você é pedreiro aqui na construção”? Ou seja, eu não poderia ser um estudante como ele, afinal em uma escola em reforma no período de férias, um negro escovando os dentes só poderia ser pedreiro.

Não faço aqui considerações em relação ao ser pedreiro, é uma profissão digna, mas, infelizmente, a sociedade enxerga essas atividades como subalternas, sem prestígio. Se estivesse ali um jovem alto, loiro e olhos azuis, a pergunta seria a mesma? Quando se observa as situações diárias de maneira ponderada, podemos perceber que muitas vezes as pessoas fazem essas considerações não por maldade, mas é algo cultural, está na mente da pessoa enxergar o negro sempre em posições inferiores.

Em contato com o Professor Marcos Neira, comecei a ter um olhar mais crítico que até então eu não tinha; um olhar crítico para enxergar o cotidiano e fazer minhas considerações. Em uma cerimônia de formatura do curso de Medicina para a qual fui convidado, fiquei observando as pessoas, todas felizes, sorridentes - amigos, parentes. Observei que entre os setenta formandos, inclusive com a confirmação de minha cunhada, não havia um único negro. Havia sim, eu, como convidado, e alguns garçons. Uma pergunta a ser feita: Por que não há tantos negros nas cerimônias de formatura dos cursos “elitizados”, como Medicina, Engenharias, Direito e outros mais? A população deve fazer essa pergunta a si mesma quando assistirem a essas cerimônias. É um curso sem status social? Ou, não é tão atraente? Os negros não se sentem bem fazendo parte desse grupo? A resposta está na história do nosso país, que vem de longe, de tempos remotos, há séculos, desde a chegada dos portugueses e africanos em solo brasileiro. Para enxergar o preconceito é preciso refletir, pensar no passado, nas pessoas que estão ao redor nos constituindo, nos formando: professores, família, sociedade.

Questionamentos como esses, que me acompanharam por um determinado tempo, foram me constituindo e me levando para a investigação desse tema tão debatido atualmente em nossa sociedade. A questão do preconceito é muito discutida por Fernandes (2007), Hasenbalg (2005) e Telles (2004). Esses autores descortinaram, na minha mente, a questão do preconceito, pois pude ampliar minha visão e perceber as críticas à “democracia racial” em nosso país.

O Brasil do século XXI começou com uma nova modalidade de acesso ao ensino superior nas instituições brasileiras, as chamadas políticas de ação afirmativa, que atendem os grupos étnico-raciais, como negros e indígenas, que foram excluídos institucionalmente ao longo da história do país, ficando à margem da sociedade nos processos de integração. Essa política coloca em evidência a posição do governo

brasileiro em relação ao enfrentamento do racismo e da promoção da igualdade racial. Muitas pessoas se demonstraram contrárias a essas políticas e ainda continuam, mesmo depois do acesso dos estudantes às instituições de ensino superior no Brasil, por causa do critério da classificação de raça/cor negra. Os argumentos questionam a legalidade da identificação de quem é ou não negro para ter acesso a essa política. Há várias formas de identificação e uma delas é a autodeclaração, utilizada no ProUni, programa que tem garantido o acesso de estudantes negros às faculdades particulares.

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a implantação da política de cotas raciais no ensino superior a partir do ponto de vista dos estudantes negros que foram beneficiados pelas cotas (ProUni) em uma faculdade no sul de Minas Gerais. Pretende-se também conhecer e analisar a trajetória desses estudantes, buscando compreender como vivenciam e qual o significado da sua participação na política de cotas, e mais, especificamente, a relação desses cotistas com o preconceito racial, antes e durante a vida acadêmica na universidade.

Para este trabalho entrevistamos alunos que estão sendo beneficiados pelas cotas em uma faculdade no sul de Minas Gerais. A proposta metodológica configura-se, portanto, de cunho qualitativo (LUDKE; ANDRÉ, 1986) e tem na entrevista seu principal recurso metodológico.

A metodologia da pesquisa inspira-se na pesquisa (auto) biográfica (PASSEGGI, 2010), propondo que os sujeitos tomem a si mesmos como objetos de reflexão. A pesquisa autobiográfica busca compreender de que modo os indivíduos dão sentido a sua própria história. O uso de tal metodologia, além de possibilitar o acesso a importantes elementos para a compreensão da implementação de uma política nacional do ponto de vista dos sujeitos que a vivenciam, pode se configurar como instrumento de reflexão para os sujeitos participantes. Estes foram convidados a revisitarem a própria história, configurando um processo de pesquisa-ação-formação.

Concebemos a entrevista como uma situação de enunciação, uma reunião única e irrepetível, vinculada a um contexto específico; “Trata-se de uma nova situação de enunciação que reúne entrevistador e entrevistado, situada num certo tempo, num espaço determinado... com objetivos e expectativas particulares...”. Neste encontro, entre sujeitos historicamente situados, um novo texto é construído (ROCHA, DAHER ; SANT’ANNA, 2004, p.174).

Os autores ressaltam a importância de se refletir sobre a entrevista na situação de pesquisa acadêmica, e problematizam algumas ideias correntes sobre a mesma, como se

fosse capaz de captar de modo imediato e corrente a informação desejada, tendo uma concepção de linguagem como monológica e transparente. Para Rocha, Daher e Sant'Anna (2004), é necessário afastar-se da ideia de que a coleta é uma verdade absoluta, fidedigna ou oculta, e se reiterar das práticas discursivas como o processo, o movimento, o sentido, colocando a entrevista no lugar em que ocorrem possíveis versões da realidade.

Levando em consideração os argumentos propostos segundo Rocha, Daher e Sant'Anna (2004), pode-se afirmar que “a entrevista não é ferramenta; não está a serviço da captação de verdades; seus objetivos não podem coincidir com os da pesquisa que lhe dá sentido” (ROCHA, DAHER E SANT'ANNA, 2004). Subsidiaram pesquisar temas que outrora estão submersos no conhecimento do entrevistado, levando o entrevistador a obter uma nova ideia de outro ângulo do seu objeto de pesquisa, ou seja, a situação concreta da entrevista leva o pesquisador a questionar as suas verdades e ao mesmo tempo procurar respostas para seus questionamentos.

As falas dos sujeitos são marcadas pelos diferentes lugares que ocuparam/ocupam nos diferentes grupos de que participam. Portanto, os dizeres dos estudantes beneficiados pelas cotas raciais trazem as marcas de sua história na condição de negro na sociedade e o modo como estes viveram e interpretaram tal situação.

Como referencial teórico, dialogamos com autores como Ianni (2004), Fernandes (2007), Hasenbalg (2005) dentre outros que, devido às suas linhas de pesquisa, enriqueceram as análises desta escrita.

O que julgamos por importante nesse estudo é saber o que os próprios beneficiários imaginam desta política de acesso para negros ao ensino superior e quais as implicações essa política tem trazido para as suas vidas.

O primeiro capítulo deste trabalho traz um vislumbre do que fora a escravidão no período colonial e o pós-abolição, com a visão de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, que nos mostram a situação do negro com o pós-abolicionismo e as políticas imigracionistas.

No segundo capítulo, é apresentado como a democracia racial foi uma ideia que manteve a exclusão do negro na sociedade brasileira e como o governo reconheceu o mito da democracia racial, percebendo o país como um lugar que ainda mantém o preconceito existente e dissimulado. Discute-se como as políticas de cotas vieram para amenizar e reparar injustiças do passado a fim de criar condições de um futuro mais

igualitário, como melhora da estrutura social do negro. Visualizamos aqui os dados do acesso ao ensino superior e os benefícios da política de cotas no ProUni.

No último capítulo, tratamos da metodologia e da análise da pesquisa que será apresentada e o estudo de caso dos sujeitos que se autodeclararam negros e ingressaram no ensino superior pelo ProUni. O capítulo ainda disponibiliza as informações sobre os entrevistados, a metodologia de trabalho, e as categorias temáticas que nortearam as entrevistas.

Capítulo 1 – Origens históricas da questão do negro no Brasil e a “democracia racial”

Para a compreensão do problema desta pesquisa, que visa estudar a implementação da política de cotas para negros no ensino superior, do ponto de vista dos sujeitos que são beneficiados por elas, faz-se necessário compreender a história do Brasil e sua relação com os negros.

1.1 A questão do negro na sociedade colonial

1.1.1 O escravo indígena

Antes de discorrer sobre o negro escravo na sociedade colonial, se faz necessário um breve comentário sobre a situação do índio, povo já alojado nas terras conquistadas, o Brasil. O “descobrimento” do Brasil, na transição do século XV para o século XVI, pelos portugueses, foi uma das mais promissoras conquistas da coroa portuguesa da época. Não há registros de escravidão nas sociedades indígenas, povo que já habitava estas terras, antes da vinda dos portugueses para o Brasil. Havia casos de índios escravizados devido a derrotas ocorridas nas lutas entre tribos rivais, o que não afetava as estruturas econômicas da sociedade indígena. Observamos que ao contrário do que muitos pensavam, a escravidão não se deu exclusivamente no Brasil, pelos portugueses. Portugal já tinha essa prática há bastante tempo, a partir do ano 1441, quando Antão Gonsalves regressou de uma expedição ao Rio do Ouro, carregando alguns escravos que capturara na costa do Saara, na África, para o infante D. Henrique (Pinsky, 1991). No início da colonização do Brasil, os colonizadores buscaram o desenvolvimento da colônia da forma mais rápida possível. Percebendo que nas terras descobertas havia nativos com um certo grau de inocência, procuraram desenvolver métodos para usar essa mão de obra indígena que já ali existia. Os portugueses, interessados nos produtos “tropicais” como o Pau Brasil, buscaram a obtenção do trabalho indígena através de trocas entre produtos dos nativos e as mercadorias que os exploradores traziam nas suas viagens. Enquanto as mercadorias trazidas pelos portugueses agradavam os índios, o sistema de trocas funcionava bem; assim os portugueses conseguiam as mercadorias que desejavam, como alimentos e o Pau Brasil. Com o tempo, houve uma queda no ritmo do trabalho indígena, pois as mercadorias apresentadas não eram mais atraentes aos mesmos, e estes deixaram de atender os interesses dos colonizadores. Partiu-se então para a escravização dos índios (PINSKY, 1991). Assim começaram as dificuldades de

mão de obra na colônia, o que fez com que a coroa portuguesa e os governadores autorizassem, em legítima defesa, as guerras justas contra os índios, fazendo-os escravos. Segundo Jaime Pinsky (1991), não há dúvida de que não se tratou de casos esporádicos, como se poderia pensar, mas de casos autorizados pela coroa, o que justificava tomar escravos;

“[...] de tudo isto informado, o governador Matias de Albuquerque mandou suster na jornada Antonio Lopes de Oliveira e os mais capitães que iam da Paraíba, até se informar melhor do caso e tomar conselho sobre a justiça da guerra, para o que fez ajuntar em sua casa o prelados das religiões, teólogos e outros letrados canonistas e legistas. E concluindo-se entre eles ser a causa da guerra justa, e pelo conseguinte os que fossem nelas tomados, escravos, que são no Brasil os despojos dos soldados, e ainda o soldo, porque o gentio não possui outros bens, nem os que vão a estas guerras recebem outro soldo” (...). (PINSKY, 1991, p. 18).

O que se pode observar aqui é que a força do índio é considerada um bem, sendo que os soldados que desejassem poderiam tomar os índios conquistados apresados, como o seu soldo. O que deixa claro que tudo isso era considerado justo pelos teólogos e cronistas. Os paulistas ficaram celebrizados pela caça aos índios com as expedições de apresamento. Essas expedições chegaram a aprisionar e escravizar cerca de trezentos mil indígenas, dos quais uma terça parte chegou a ser transportada para outras capitanias. Outras formas de escravidão contra os índios aconteceram, umas formais outras informais, como a escravidão voluntária, que ocorriam quando as formas de resistências estavam desestruturadas, e o índio muitas vezes via-se obrigado a se vender ou a entregar um familiar em troca de comida (PINSKY, 1991). A colonização branca acabou por dizimar muitos índios, devido às doenças dos brancos, como gripes, febres, e a falta de adaptação ao trabalho escravo, pois estavam acostumados à vida livre, isso os levou ao fracasso do intuito de escravizar os índios.

Para Campos; Silva (2011, p. 27),

O uso da mão de obra indígena esbarrou em alguns problemas que tornaram o expediente ineficaz. Capturada em larga escala no século XVI para fins de escravidão, com o crescimento das atividades econômicas, torna-se incapaz de atender plenamente a demanda. Em primeiro lugar, havia a mortalidade elevada dos diversos grupos indígenas, preados ao longo dos séculos XVI e XVII, até quase não existirem mais. Gripe, sarampo, sífilis e outras doenças conhecidas na época pelo genérico nome de “febres” foram difundidas entre os nativos pelos europeus e contribuíram consideravelmente para uma

²fratura demográfica de grandes proporções. A agravar essa fratura estavam as guerras de preagem ou de ocupação, nas quais os índios, ao apresentarem resistência, eram mortos.

Assim como o negro, o índio era escravizado sem maiores problemas, então porque a escravidão indígena desapareceu? De acordo com PINSKY (1991), o índio não se adaptou às condições que os colonos os sujeitavam, condições precárias e sub-humanas e, em contato com o branco e sujeito as suas doenças, os indígenas tinham suas aldeias frequentemente dizimadas por não suportar as doenças comuns aos colonos. Outra resposta, segundo PINSKY (1991), era a questão do interesse da coroa e dos traficantes. Enquanto a captura do índio se resumia a um negócio lucrativo para a colônia, os colonos sonegavam em torno de um quinto do que deveriam pagar a coroa. O comércio além-mar se transformava em excelentes dividendos, trazendo vantagens para o governo e para os comerciantes de escravos. Com isso, o governo e os jesuítas acabavam por impor limitações à escravidão indígena, justificando assim que era em nome de Deus que os índios não deveriam ser escravizados. Em nome de quem os escravos africanos seriam liberados para a escravidão? (PINSKY, 1991, p. 19).

1.1.2 O tráfico de escravos africanos

Com o fracasso da tentativa de escravizar os índios, começa então o processo de escravização da raça negra vinda do continente africano para as terras brasileiras. Para Pinsk (1991, p.13) “[...] a escravidão se caracteriza pela sujeição de um homem pelo outro, de forma completa: não apenas o escravo é propriedade do senhor, como sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido pela força”.

Os portugueses, de início, começaram com a obtenção de escravos de forma esporádicas, quando saíam em expedições, na costa noroeste da África em busca de riquezas, e o rapto de nativos de suas casas e aldeias fazia parte das atividades a que se dedicavam. Desde o ano de 1444, os portugueses já tinham a prática de levar escravos para Portugal.

Pinsky (1991) relata que os portugueses, em uma de suas expedições, em 1444, ao chegar a uma pequena ilha, deram sobre eles, matando e prenderam quanto puderam. O resultado foi cento e sessenta e cinco prisioneiros. Chegando à outra ilha,

² Por fratura demográfica estamos designando a queda dos níveis populacionais entre os diversos grupos indígenas.

encontraram 14 homens pescando e uma moça que estava dormindo, levando-os presos. Começou assim então o tráfico de escravos para o Brasil, o que tornava os portugueses comerciantes no continente africano, levando mercadorias como moeda de troca: tecidos, trigo, sal, e cavalos, cada item desses chegava a valer vinte bons escravos.

Para substituir a mão de obra indígena no Brasil, os portugueses viram no negro africano uma boa oportunidade para resolver o problema. O transporte desses escravos era de forma precária e desumana, pois eram levados em porões de navios abarrotados, úmidos e fechados, em condições sub-humanas. Antes de serem embarcados como mercadorias, os negros eram reunidos.

Vindos de diferentes regiões da costa africana e até mesmo do interior do continente, realizavam intermináveis caminhadas até o destino de embarque. Havia a preocupação dos seus algozes de não deixá-los por muito tempo nos depósitos, pois ocorria sempre a ideia de uma rebelião, o que realmente não chegava a acontecer, pois muitos deles eram de etnias e grupos diferentes, sem condições de comunicação; o que muito poderia acontecer era uma rebelião individual, ao se ver em um lugar diferente, com outros indivíduos oriundos de outras tribos, praticantes de outras religiões, conhecedores de outras línguas, vindos de outras realidades. Não se identificavam com outros cativos, e se sentiam perdidos, sem raízes. Quando ocorria uma rebelião individual, um ato isolado acabava por provocar uma pena ao ver dos europeus considerada adequada, ou seja, ele aprenderia que a única alternativa à submissão era o suicídio (PINSKY, 1991, p. 26).

Chegando ao navio, os negros escravizados ouviam, dos sacerdotes, que ao colocar o sal em sua língua os batizavam, pois pagãos não deveriam ir a um país cristão; e insistiam que deveriam ficar felizes, pois aprenderiam coisas da fé (PINSKY, 1991). Havia leis portuguesas que tratavam de proteger as mercadorias, exigindo que aos escravos fossem oferecidas três refeições diárias, dois litros e meio de água e que sofressem revisão médica. Entretanto, as leis que realmente eram cumpridas beneficiavam apenas os traficantes. Os navios, para economia dos que traziam os escravos, recebiam lotação máxima, isto é, uma caravela transportava cerca de quinhentos negros; em navios maiores, o número chegava a setecentos escravos. Muitas viagens se tornavam demoradas - trinta e cinco a cinquenta dias de Angola a Recife, em bom tempo, o que não acontecia nos dias de chuva, chegando a realizar a viagem de cinco a seis meses. O que era real em um ambiente como esse era a presença de doenças, fazendo com que o fundo do mar se transformasse no destino final de muitos.

Os traficantes de escravos justificavam a morte de muitos negros, defendendo a ideia de que entre os brancos também havia mortes, mas, segundo Pinsky (1991), essas mortes não passavam de 1% dos brancos da tripulação.

Para Pinsky (1991), que cita Herbert Klein, o número de negros que saíram do continente africano e nunca chegaram ao Brasil chegaria a quatrocentos mil. Porém, ele coloca que esse número é apenas a ponta do iceberg de uma transformação do negro em mercadoria. De acordo com o autor,

Quarenta por cento dos negros morriam nos primeiros seis meses subsequentes ao seu apresamento, a caminho do litoral. Doze por cento dos sobreviventes morriam durante o mês que ficavam nos portos, aguardando o transporte. Durante a travessia, morriam nove por cento dos que embarcavam e metade dos que chegavam morriam durante os quatro primeiros anos de Brasil (PINSKY, 1991, p. 28).

Os números absolutos podem variar de acordo com a fonte consultada, mas estudos atuais apontam para as seguintes cifras.

Negros apresados (capturados)	8.330.000	
Mortos nos seis primeiros meses	3.300.000	
	5.000.000	Sobreviventes
Mortos no porto de embarque	600.000	
	4.400.000	Sobreviventes
Mortos na travessia	400.000	
	4.000.000	Sobreviventes
Mortos nos quatro primeiros anos de Brasil	2.000.000	
	2.000.000	Sobreviventes

Fonte: A escravidão no Brasil (PINSKY, 1991).

Podemos observar na tabela acima que de 8.330.000 negros capturados, apenas 2.000.000 não morreram nos primeiros cinco anos de Brasil. Para Pinsky (1991), seis milhões de mortos é um verdadeiro holocausto. Observamos, dentro dessa ótica, que o escravo representava a despesa menor, pois os traficantes não se preocupavam com as condições dos navios que navegavam superlotados, promovendo um verdadeiro morticínio, com condições de higiene e conforto os mais precários possíveis. Para os

traficantes, equipar os navios para o tráfico, contratar a tripulação e providenciar a comida para a travessia eram custos praticamente fixos, ou seja, a perda de uma porcentagem da “mercadoria”, os negros, por quem pagavam pouco na África, mas recebiam um bom valor no Brasil; eram compensados pelo maior número de escravos vendidos no seu destino. Para os traficantes não havia uma diferença entre o “ser” negro e outra mercadoria qualquer (PINSKY, 1991, p. 28).

Perdigão Malheiro, em seu livro “A escravidão africana no Brasil”, relata que “o comércio de escravos fora permitido, autorizado e até mesmo promovido pelas autoridades brasileiras. Eram estes introduzidos em maior ou menor número conforme as necessidades dos colonos e interesses dos importadores” (MALHEIRO, 1964, p. 22).

Na tabela abaixo, podemos visualizar o número inicial de negros que foram trazidos para o Brasil, no início do século XVI até meados do século XIX, com crescimentos absurdos do tráfico de negros, chegando aos portos, principalmente, do Nordeste, Norte e Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, esses destinos foram sendo diversificados para o litoral sudeste e sul. E com o desenvolvimento das atividades nas minas de ouro de Minas Gerais, esses escravos foram sendo deslocados para o interior do país.

TABELA 1

Anos	Total	Média anual	Século
1531 – 1575	10.000	222	XVI 50.000
1576 – 1600	40.000	1.600	
1601 – 1625	100.000	4.000	XVII 560.000
1626 – 1650	100.000	4.000	
1651 – 1675	185.000	7.400	
1676 – 1700	175.000	7.400	
1701 – 1710	153.700	15.370	XVIII 1.680.100
1711 – 1720	139.000	13.900	
1721 – 1730	146.300	14.630	
1731 – 1740	166.100	16,610	
1741 – 1750	185.100	18.510	
1751 – 1760	169.400	16.940	
1761 – 1770	164.600	16.460	
1771 – 1780	161.300	16.130	
1781 – 1790	160.900	16.090	
1791 – 1800	233.700	23.370	
1801 – 1810	241.400	24.140	XIX 1.732.200 Em apenas 50 anos
1811 – 1820	327.700	32.770	
1821 – 1830	431.400	43.140	
1831 – 1840	334.300	33.430	
1841 – 1850	378.400	37.840	

Fonte: A escravidão no Brasil (PINSKY, 1991).

É possível observar um crescimento constante do tráfico de escravos para o Brasil. Percebe-se que no século XVI chegam 50.000; no século XVII, esse número salta para 560.000. No século XVIII, o número é de 1.680.100; e, em apenas 50 anos do século XIX, vivenciou-se o absurdo de 1.732.200 negros desembarcando no Brasil, o que resultou na proibição do tráfico de negros africanos, em 1850, pelo governo brasileiro. No fim do século XVIII e início do século XIX, com a demanda de escravos para as chamadas minas gerais, houve alterações significativas no tráfico, como

deslocamento da mão de obra das plantações de cana para o cultivo de café e também para as minas de ouro, no interior do Brasil. Para o escravo, essas alterações significavam que ele passaria por várias mãos até chegar ao seu destino final. Eram conduzidos para regiões cada vez mais distantes, caminhando e tangidos como animais por seus antigos donos que pretendiam vendê-los por um melhor preço (PINSKY, 1991, p. 32).

O negro fora arrancado de forma brutal de sua terra natal, tratado como mercadoria. Segundo Pinsky (1991), o negro era colocado à venda e examinado como animal, pais e filhos eram separados por compradores que não tinham interesse na família inteira. Apenas em 1868, quando a escravidão não dava mais para ser suportada por uma parcela da sociedade, o governo proibiu a exposição de negros em praças públicas para serem vendidos e também a separação de pais e filhos com menos de 15 anos. Como mercadoria, o negro era vendido, trocado por bens móveis e imóveis, alugado e oferecido como fiança (PINSKY, 1991).

Para Malheiro (1964, p.24):

O escravo era apenas um ‘instrumento de trabalho’, uma ‘maquina’; não passível de qualquer educação intelectual e moral, sendo que mesmo da religiosa pouco se cuidava. Todos os direitos lhe eram negados. Todos os sentimentos, ainda os de família. Eram reduzidos à condição de ‘coisa’, como irracionais, aos quais eram equiparados, salvo certas exceções. Eram até denominados, mesmo oficialmente, ‘peças’, ‘fôlegos vivos’, que se mandavam marcar com ferro quente ou por ‘castigo’, ou ainda por ‘sinal’ como gado.

Encontramos aqui uma sociedade organizada de tal forma que cria um mundo de senhores e escravos, proprietários e propriedade, donos e mercadoria, onde o caráter “benevolente” do homem brasileiro não se revelava (PINSKY, 1991, p. 33).

1.1.3 O cotidiano do escravo

Como já foi citado, o escravo não passava de uma mercadoria que deveria trazer lucro aos seus donos. O negro era um cativo à disposição de seu dono a fim de que o senhor sempre tivesse a força de trabalho junto a si. Um escravo de lavoura vivia uma rotina cruel (na falta de um termo que possa vir a definir uma vida cheia de mazelas). Os negros escravos das lavouras, para começar o dia, se apresentavam ao administrador ou dono da fazenda às quatro horas da manhã, enfileirados em duplas, no terreiro da fazenda, para começar o seu dia de atividades. Para sair, ali no terreiro mesmo, faziam

uma breve oração e assim começavam o batente. Almoçavam por volta das dez horas da manhã, o alimento consistia em feijão, angu de milho, abóbora, farinha de mandioca e, muito esporadicamente, toucinho entre outras partes desprezadas do porco, como rabo, orelhas e o pé. Esse cardápio era oferecido em fazendas mais abastadas. Os fazendeiros mais humildes serviam apenas feijão com gordura e farinha de mandioca.

Devido ao trabalho árduo com mais de 16h de labuta na roça, muitos morriam, pois iam definhando devido à alimentação deficiente de nutrientes. Ali mesmo na roça era colocado o alimento, preparado em enormes panelas e servidos em cuias onde eles enfiavam as mãos e, na melhor das hipóteses, usavam uma colher de pau, e se acomodavam para comer, no meio da roça. Lá pelas 13h, era servido um café com rapadura - nos dias mais frios era substituído por cachaça. Às 16h era servido o jantar (comia o mesmo que era servido no almoço). Descansavam um pouco e logo pegavam no batente de volta. Recolhiam-se após as 21h ou 22h, quando descansavam para começar tudo novamente no dia seguinte.

Segundo Pinsky (1991), os documentos da época trazem frequentes reclamações dos senhores com relação aos negros “preguiçosos”.

Os negros moravam em senzalas - habitações coletivas, construções longas e sem muita ventilação, com pequenas aberturas no teto ou janelas com grades. O teto feito com sapé era de pau-a-pique. Os escravos solteiros dormiam em casas separadas; crianças com suas mães dormiam no mesmo recinto. Em algumas fazendas havia pequenas cabanas para que os casais morassem, o que não quer dizer que havia um interesse em dar conforto aos casais, mas sim para que reproduzissem filhos, isto é, mais força de trabalho para os seus senhores. Nas senzalas, havia estrados com esteiras ou cobertores para que os escravos dormissem. Constantemente pairava no ar o medo de uma insurreição. Havia muito barulho, ruídos e mau cheiro nessas senzalas, mesmo assim a maioria delas era construída anexa à casa do senhor da terra, afinal o escravo era um bem de muito valor para os senhores de escravos (PINSKY, 199, p. 38).

Muitos senhores de escravos guardavam domingos e dias santos, o que muitas vezes significava folga para alguns escravos. Para o escravo, esses dias significavam uma folga e um pouco de lazer, sendo que, para os senhores poderia simplesmente significar preocupação, sempre pairava a dúvida do que esses negros poderiam aprontar nesses momentos de folga. Alguns patrões não seguiam esses feriados e dias santos a risca, então colocavam seus escravos para consertar estradas e cercas.

Muitos negros recebiam pequenos lotes para plantar para si e com isso ganhar alguns trocados, não suavizando o cativo. Esses dias em que o escravo trabalhava para si próprio, na realidade, era lucrativo para seus senhores, afinal não precisavam mantê-lo com comida, o que era a sua obrigação para com o escravo. Muitos escravos produziam nesses dias e recebiam pela sua produção, o que não era muito, pois o máximo que conseguiam era uma roupa de domingo ou trocavam tudo em cachaça ou fumo. Alguns donos de terra, para manter os problemas longe dos seus escravos, usavam da artimanha de embriagá-los.

1.1.4 Repressão e castigos

Segundo Pinsky (1991), além de conviverem com a rotina de um trabalho forçado, os escravos conviviam com o fantasma da crueldade dos castigos, muitos deles sem nenhuma razão aparente, apenas para satisfazer as vontades de seus donos ou feitores descontentes. Muitos desses castigos se resumiam a requintes de crueldades. Um dos castigos mais populares era o chicote, os próprios senhores muitas vezes aplicavam o castigo. Era comum ao escravo novo, que mal acabara de chegar, levar umas boas chicotadas de seu dono para “não se meter a besta”, ou seja, para não se esquecer de que era um escravo.

Outro castigo era o “calabouço”, um lugar instituído em algumas cidades para punir as escravas com as quais os patrões não tinham coragem de sujar as mãos ou mesmo as sinhazinhas descontentes com suas criadas, mandavam esses escravos para ali receberem o castigo ou deixar preso durante o tempo que julgasse necessário. Ao observar os presídios e cadeias que temos hoje para recolher os infratores, é possível imaginar como deveriam ser os lugares para onde os escravos eram mandados e pelo tempo que o dono quisesse.

A máscara de flandres era outra forma de castigo. Feita em metal flexível de zinco ou folha de flandres, tal máscara cobria todo o rosto, com exceção do nariz e dos olhos, que eram liberados por pequenos furos; o objetivo era impedir a ingestão de alimentos ou bebidas. Muitos escravos se embriagavam e acabavam comprometendo o rendimento no trabalho, isso era um “pecado mortal”.

A pena de morte também foi um dos castigos usados no período da escravidão no Brasil. Crimes como ferir ou matar seus senhores, feitores ou familiares desses eram punidos com morte. Muitos documentos relatam que esses escravos eram mortos pela

polícia ou por seus donos e feitores, e não havia preocupação com formalidade quando a questão era matar um negro. Entende-se que a vida do negro realmente não tinha nenhum valor. O escravo não passava de uma coisa, uma mercadoria; valia menos que um animal. O governo, no decorrer do tempo, criou algumas leis ao perceber que havia alguns excessos por parte de seus donos ou feitores no trato para com os escravos, mesmo com a preocupação do governo em criar leis para protegê-los, nada mudou quanto à vida dos escravos. Tais leis acabavam beneficiando o lado mais forte, o do patrão (PINSKY, 1991).

Mas, a vida do escravo não foi só de submissão aos maus tratos e de consentimento de uma vida desgraçada devido à realidade do seu tratamento. Permeia na sociedade uma visão do escravo submisso, cabisbaixo desprovido de reação à sua condição de “coisa”. Segundo Perdigão Malheiro (1964, p. 28)

O homem, porém, por mais abatido e rebaixado que seja em sua dignidade, em sua vontade e liberdade, pela prepotência do seu semelhante, tende sempre a sacudir o jugo. O livre promove as revoluções, transforma a sociedade, modifica a organização social. O escravo revolta-se parcialmente contra os senhores; e, se não pode ou não quer exterminá-los como no Haiti à semelhança das vésperas sicilianas, ou fazer a guerra como a de Espártaco, fere aqui e ali isoladamente exercendo assim a vindita privada contra este ou aquele indivíduo; ou foge da sociedade que o acabrunha e esmaga, procurando a expansão de sua liberdade onde melhor se lhe ofereça. É o povo israelita fugindo de faraó no Egito, e atravessando mil perigos, sofrendo mil privações, até chegar à terra da promessa.

O ser humano, a não ser que nos esqueçamos de que o escravo era humano, não foi criado para se sujeitar a um outro ser humano, viver uma vida de jugo, uma vida onde a sua liberdade depende da boa vontade de um outro ser humano. Somos criados com consciência, providos de livre arbítrio. A escravidão foi e é uma instituição má, de ideias más, com conceitos perversos, que foram aprendidos pela sociedade da época e que até hoje nos acompanha com atitudes e ações de pessoas que aprenderam como ser preconceituosas.

Por quase quatro séculos, os negros foram escravizados, humilhados, assassinados e torturados de forma cruel e insana, por seus algozes, sem o direito de reclamar ou se defender.

1.1.5 A abolição da escravidão

A abolição da escravidão no Brasil começou de forma lenta e gradativa, primeiramente com pressões da Inglaterra que proibia o tráfico de escravos nas terras de

suas colônias. A Assembleia Constituinte de 1823, apresentada por José Bonifácio, visava amenizar o martírio imposto aos negros pelo sistema escravista e criar condições para uma transição mais humana, entre o antigo sistema escravista e sistema de trabalho livre, com algumas compensações aos escravizados, como reparação de danos históricos.

No discurso de José Bonifácio estavam presentes as preocupações com as dificuldades de convivência entre as elites escravocratas e “uma imensa multidão de escravos brutais e inimigos”. É possível, entretanto, que ao propor tal medida, José Bonifácio estivesse mesmo acometido de um grande impulso humanista, mas, analisando as concepções predominantes sobre as relações sociais da época, pode-se concluir também, que o “patriarca da independência” estivesse mais interessado em livrar as elites imperiais da culpa, por ferir os princípios ortodoxos, cristãos, do que propriamente libertar os escravizados de suas angústias.

Um dos fatores que nos levam a essa conclusão é que, mesmo com a força do movimento abolicionista, que mobilizou amplos segmentos da sociedade imperial, nada foi feito para que se recompensassem aos descendentes de africanos pelos quase quatro séculos de escravidão, uma vez que estes permaneceram excluídos, sem condições de mobilidade no novo sistema de trabalho livre (Silva, 2010, p.68).

Em 1833, o Parlamento britânico votou pela abolição da escravidão a partir do ano seguinte, um período de transição, que iria durar seis anos. O Brasil, em meio a tantas pressões e com medidas impopulares entre os poderes locais, tomou algumas decisões em relação à proibição do tráfico de escravos vindos do continente africano. (CAMPOS; SILVA, 2011).

Segundo Campos e Silva (2011), a segunda metade do século XIX assistiu à crescente preocupação com a “substituição do braço escravo” e as tentativas de fomentar a colonização por nacionais e imigrantes. O Brasil foi o último país das Américas a acabar com essa barbárie que manchou a nação brasileira por tantos anos.

A história da política imperial e das transformações da escravidão no Brasil mostra que cada uma das medidas foi tomada para garantir a manutenção ou dar uma sobrevida à escravidão nacional. A lei de 1871 é significativa na história do Brasil. O debate para sua formulação foi longo e repleto de idas e vindas. Houve discussões acaloradas sobre direitos de propriedade e direitos políticos, vontade senhorial, saídas para emancipação gradual e mão de obra para a lavoura. Além disso, havia dúvidas se ela seria colocada em prática. (CAMPOS; SILVA, 2011, p. 67).

Essa lei veio em um tempo em que o governo brasileiro da época buscava uma solução rápida para o problema da abolição da escravidão, quando já circulava a ideia

de solucionar o problema da mão de obra escassa no Brasil com os incentivos para a imigração. Segundo Saviani (2008, p. 163),

[...] efetivamente, quando ocorre a abolição definitiva, em 1888, a imigração europeia, principalmente italiana, já fluía regularmente para os cafezais, em especial os paulistas. Desde 1870 o governo imperial assumiu os gastos com o transporte dos imigrantes destinados à lavoura cafeeira. O número de imigrantes que vieram para o estado de São Paulo se eleva de 13 mil na década 1870 para 184 mil nos anos de 1880 e 609 mil na década de 1890.

Antes da abolição se efetivar houve algumas medidas anteriores como a Lei do Ventre Livre (LEI Nº 2040 de 28.09.1871), promulgada pela princesa Isabel. Tal lei visava tornar libertos os filhos de escravos nascidos a partir da data de sua promulgação, com isso fazendo uma transição gradual e segura da abolição da escravidão (SAVIANI, 2008).

Essas crianças estavam crescendo sem formação e caindo na indolência e falta de afazeres como os adultos das classes subalternas. Surgiu então a ideia da criação de escolas agrícolas, chamadas de fazendas-escolas, conforme exigido pela emancipação do negro beneficiado pela Lei do Ventre Livre, o que exigia instrução e formação, um tempo em que se pode visualizar a educação que já era vista como um meio para a solução dos problemas da ociosidade na sociedade da época. No entanto, com a chegada dos imigrantes principalmente dos italianos, as fazendas-escolas deixaram de existir. “À medida que os imigrantes se integravam às fazendas de café garantindo a continuidade da produção, os apelos à criação de colônias agrícolas, fazendas-escolas e colônias orfanológicas deixaram de ecoar” (Saviani, 2008, p.164).

Aos ex-escravos, que poderiam obter essa educação, ter uma ocupação e produzirem com a motivação de já serem livres, sobrou apenas uma opção: se contentar com a ociosidade, ignorância e a falta de uma educação para se colocar na sociedade com dignidade. Como consequência entraram na marginalidade, vítimas do preconceito que já era dirigido aos ex-escravos adultos livres das classes subalternas. Em detrimento do fato, surgiram pessoas como José de Alencar e Perdigão Malheiros, defensores ferrenhos de uma educação, que na essência deveria ser uma “educação moral e religiosa”, sem se descuidar, de “uma educação profissional”, que garantisse aos libertos um ofício do qual pudessem “manter a si e a família, caso a tivessem” (MALHEIROS, 1837 *apud*, GONÇALVES; SILVA, 2000).

Para Florestan Fernandes (2007) a discriminação que se pratica no Brasil é uma herança que vem se arrastando desde os tempos da sociedade escravista, onde o negro e o branco viviam em um mundo em que se relacionavam, sendo aquele escravo e este senhor. As prerrogativas do branco não eram as mesmas que as do negro, ou seja, o negro era visto como uma mercadoria, um ser vivo, um instrumento das relações de produção que o branco usufruía para satisfazer as suas necessidades de trabalho. A passagem da sociedade escrava para a sociedade livre não se deu em condições ideais. O negro e o mulato se viram em uma condição de trabalho de subsistência. (FERNANDES, 2007, pág. 62).

Para os movimentos negros, entretanto, a abolição não fora completa, pois não representara a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista: tanto para a geração dos 30 (a Frente Negra Brasileira)³, quanto para a geração dos 50, o Teatro Experimental do Negro (TEN)⁴. Seria necessária uma segunda abolição para que os negros pudessem se sentir realmente livres e conquistar o seu espaço na vida de que eram privados. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente (GUIMARÃES, 2001).

O governo Brasileiro criou políticas de incentivo para a vinda dos imigrantes, mas não criou políticas de incentivo para a sobrevivência do negro que acabara de sair de um regime de escravidão, procurando se inserir na sociedade que no momento não o via como um elemento integrante da mesma. O negro ao invés de ser absorvido pelo sistema de trabalho competitivo foi empurrado e repellido para as esferas marginais do sistema, onde se concentravam ocupações irregulares e degradadas, tanto econômica como socialmente, sendo que poderia ser reabsorvido pelo mesmo sistema de trabalho urbano e pela ordem social competitiva com os brancos e imigrantes, o que não aconteceu.

Fernandes (2007) comenta que o negro obteve a sua liberdade mas continuou sofrendo para conseguir se firmar dentro da sociedade e lutando com a pobreza e com o preconceito, enquanto muitos brancos imigrantes sofreram com a pobreza e com a adaptação.

³ FNB, frente Negra Brasileira: associação que existiu desde 1931 a 1937 e que mobilizou milhares de negros e negras para lutarem por seus direitos.

⁴ TEN. Abdias do Nascimento criou em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.

Para Guimarães (2012), os negros após pouco mais de 40 anos de abolição e quase cem anos de independência, perceberam que continuavam, em sua maioria, nas camadas subalternas e marginais da sociedade paulista da época, onde se encontravam também de início os imigrantes europeus, culminando assim, com as reivindicações de alguns movimentos negros de 1910 a 1930. Porém, os imigrantes nos anos quarenta já ocupavam em sua maioria as classes média e alta da sociedade, ao contrário dos negros e mulatos que em sua maioria esmagadora continuaram fazendo parte da classe pobre da sociedade (GUIMARÃES, 2012, pág. 91).

Segundo Carlos Henrique (2007) e Fernandes (2007) os imigrantes⁵ europeus e japoneses chegaram ao Brasil com um nível de pobreza, mas com o tempo foram conquistando seu espaço, afinal a única barreira que encontraram no Brasil foi a barreira social. A segunda metade do século XIX foi um momento de preocupação do governo brasileiro com a substituição do trabalho escravo para o livre. Com o aumento das pressões abolicionistas e o fim do tráfico negreiro, foi estruturado um esquema de recrutamento de trabalhadores na Itália com subvenção do governo brasileiro. Os imigrantes que chegavam para as lavouras não recebiam salários, eram elaborados contratos em que as famílias trabalhavam nas lavouras, eram responsáveis por parte do cafezal e dividiriam com o proprietário das terras a produção. Esses imigrantes também recebiam autorização para plantar e cultivar terras, produzindo para sua sobrevivência e vendendo o excedente. Os negros libertos tiveram pouca chance de inserção nesses arranjos (CAMPOS; SILVA, 2011).

Os escravos quando podiam trabalhar para si, muitas vezes nos domingos e dias santos, o que conseguiam era o suficiente para comer, pois o senhor não dava o alimento nos dias em que não estavam exercendo as funções de escravo. Quando vendiam a sua produção, muito mal dava para comprar uma roupa de domingo ou gastavam em fumo e cachaça. O período colonial no Brasil trouxe ao negro um legado amargo quanto ao que ele era e deveria ser para os seus senhores.

Segundo Campos e Silva (2011, p. 29),

[...] a escravidão teve o curioso caráter de gerar e sustentar elites extremamente perversas e ordens sociais altamente excludentes em ambos os lados do Atlântico. Na América, o produto do trabalho dos escravos, uma vez expropriado, era o suporte de uma elite senhorial e de toda a estrutura social excludente que lhe era peculiar.

⁵ A utilização da mão de obra do imigrante europeu, intensificou-se nos anos de 1880. Os fazendeiros das áreas cafeeiras já tinham tentado empregar imigrantes desde a década de 1850. O resultado não foi positivo porque eles esperavam dos colonos o mesmo esforço e obediência dos escravos.

O negro no Brasil sempre foi visto como aquele que desenvolvia os trabalhos braçais e de força, trabalhos de menor prestígio e de menor expressão. Segundo Lino Castellane Filho (2004), até a própria educação física instituída nas escolas das elites no período colonial foi rechaçada por ser relacionada ao trabalho, pelo simples fato do indivíduo que a praticava transpirar. O branco livre do período colonial não se imaginava exercendo uma ocupação manual, o chefe de família deveria viver das suas posses ou da exploração parasita do trabalho que outros deveriam exercer, neste caso, o negro. Durante todo o período colonial se desenvolveu a ideia de que o trabalho intelectual era um legado à classe dominante, enquanto que ao negro, foram deixados os trabalhos manuais, sem prestígios e de força, o que não era próprio para os brancos abastados (CASTELLANE, 2004).

Segundo Campos e Silva (2011), uma vez comprados, os escravos eram utilizados em praticamente todo tipo de trabalho que se possa imaginar, como: caldeireiros, carpinteiros, carreiros, cozinheiras, escravos “da casa” e “do açougue”, “do eito”, oleiro, pescadores, ferreiros, amas e parteiras, passadeiras e engomadeiras, curtidores, barbeiros e enfermeiros, tecelões e até músicos. Os escravos que realizavam tarefas domésticas muitas vezes tinham algum tempo livre para que pudessem trabalhar em suas próprias roças. Muitos desses escravos recebiam pequenos pedaços de terras para produzir para seu consumo próprio, o que acontecia nos domingos e dias santos, quando recebiam folgas, o que para seus senhores se tornava um alívio econômico já que eles produziam para seu próprio sustento, diminuindo as despesas dos seus senhores, assim, os escravos se tornavam mais baratos para seus senhores, deixando para seus donos apenas o complemento de algumas refeições, duas mudas de roupas anuais e possíveis despesas médicas. Resumindo, nessa condição, os escravos eram os pés e as mãos dos seus senhores (CAMPOS; SILVA, 2011).

1.2 Os estudos críticos de Florestan Fernandes e Carlos Alfredo Hasenbalg acerca da “democracia racial”.

Após a abolição da escravidão, desenvolveu-se no Brasil um ideal de “democracia racial” na população brasileira, um ideal de que no Brasil se vivia harmoniosamente entre as raças, o que vem sendo difundido desde os tempos coloniais,

quando qualquer tipo de manifestação de preconceito deveria ser tratada e considerada como manifestação não brasileira, e difundia-se que o negro não tinha problemas; não havia barreiras baseadas em cor, “...somos um povo sem preconceito”, Hasenbalg (2005), Fernandes (2007).

A partir dessa realidade histórica, desenvolveram-se estudos críticos que questionam a ideia que se difundiu acerca da “democracia racial”. Edward Telles (2004, p.6), comentando sobre democracia racial, explica que, “por volta da década de 1950, o Brasil havia adquirido reputação internacional por sua democracia racial. Por isso, a Unesco encomendou uma série de estudos para compreender o segredo da reputada harmonia racial do Brasil num mundo marcado pelos horrores do racismo e do genocídio”.

Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo, foi nomeado o principal pesquisador brasileiro do projeto da Unesco. Suas conclusões surpreenderam seus patrocinadores por constituírem a primeira contestação de peso à imagem de democracia racial no Brasil, levando a uma primeira ruptura clara com as ideias de Freyre. Fernandes discordou veementemente dos achados de seus parceiros norte-americanos do projeto, inspirados por Freyre, particularmente Charles Wagley e Marvin Harris. Ao contrário destes, Fernandes concluiu que o racismo era muito difundido na sociedade brasileira e atacou diretamente a democracia racial, denunciando-a como um mito, e concluiu que os brancos brasileiros eram hostis e preconceituosos para com os negros e continuavam a se beneficiar com a dominação racial, muito depois do fim da escravidão (TELLES, 2004, p. 33).

Para Fernandes (2007), havia uma cultura de “democracia racial” dominante na época, sendo ele diretamente contrário a essa explicação. Se para Gilberto Freyre não havia conflito racial, uma vez que “não existia problema racial no Brasil”, para Fernandes se não existia um conflito explícito, havia, sim, um “problema”. (FERNANDES, 2007, pág. 15).

Florestan Fernandes se constituiu como um dos maiores estudiosos da realidade social do povo brasileiro e se envolveu politicamente em movimentos que tiveram como objetivos combater as injustiças e desigualdades no país. No livro *O negro no mundo dos brancos*, em que ele trata a realidade racial entre negros e brancos na sociedade brasileira, Florestan Fernandes nos leva a enxergar esse mundo por uma outra “fresta da janela” (FERNANDES, 2007).

De acordo com SANTOS (2014, p. 205), “A ideia de democracia racial se justifica pela indiferença e falta de solidariedade para o setor da coletividade que não

possuía condições próprias para enfrentar as mudanças oriundas do trabalho livre e da competição”

O liberto se viu despreparado para competir com o imigrante branco. Segundo Fernandes (2007, p. 66), “A concorrência dos imigrantes não só os desalojou das posições mais ou menos vantajosas que ocupavam; impediu que eles absorvessem, na linha do padrão tradicional de ajustamento econômico imperante sob a escravidão, as oportunidades novas”. A abolição não só trouxe problemas para o escravo, mas também para o homem livre de cor. Nesse momento o negro saiu do regime servil sem condições para se adaptar ao novo sistema de trabalho totalmente diferente do que estava acostumado a realizar. “A abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco” (FERNANDES, 2007). Fernandes pontua que o Brasil no fim do século XIX, estava passando por um momento de surto econômico, o comércio em franco desenvolvimento, mas o liberto não conseguia se inserir neste mercado, passa a competir com o branco em atividades outrora degradadas e repelidas sem ter meios de enfrentar e vencer essa forma sutil e excludente de mantê-lo às margens da sociedade. Não houve amparo do governo, muito menos indenização por tantos anos de exploração do trabalho escravo. Fernandes apresenta essa situação de um ponto de vista sociológico e coloca que o negro ainda não conseguiu um patamar que venha a lhe favorecer uma rápida integração às estruturas ocupacionais, sociais e culturais que o capitalismo criou com sua emergência e expansão. Santos (2014) afirma que;

Um grande salto sociológico no campo das relações raciais dado por Fernandes foi seu reconhecimento de que a discriminação racial e o preconceito de cor são produzidos como barreiras, tanto no processo de mobilidade vertical ascendente, quanto na conquista do prestígio social, da riqueza (renda) e do poder político (SANTOS, 2014, p. 207).

Para Fernandes (2007), só com o tempo o negro conseguiria emparelhar-se com o branco, mas mesmo assim de forma tão discreta e imperfeita que até hoje ele se sente impotente para disputar desse “Trabalho livre na Pátria livre”. Quando eles conseguem se incorporar em algum trabalho percebe-se que são atividades sem prestígio, sem qualificações e sem perspectivas futuras. Para Fernandes (2007, p. 67) “o que parece ser ascensão social no horizonte cultural do negro e do mulato, muitas vezes não passa de mera incorporação ao sistema de classes”. A ascensão social ou mobilidade social vertical verdadeira ainda não aconteceu para os negros como processo histórico

resolvido coletivamente. Quando isso chega a acontecer, não acontece para uma coletividade, mas para certos indivíduos da população de cor isoladamente, sem acarretar uma transformação dos padrões negativos que incorporam as relações raciais ou alterar o fluxo de mobilidade positiva no meio negro. Fernandes (2007) ainda afirma que;

Em suma, a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado. Embora “indivíduos de cor” participem (em algumas regiões segundo proporções aparentemente consideráveis), das “conquistas do progresso”, não se pode afirmar, objetivamente, que eles compartilhem, coletivamente das correntes de mobilidade social vertical vinculadas à estrutura, ao funcionamento e ao desenvolvimento da sociedade de classes (p. 67).

Tal afirmação contraria a ideia de “Democracia racial” que imperaria no Brasil, quando se confunde tolerância racial com democracia racial, onde , impera as desigualdades, comprovadas por alguns dados citados no capítulo 2, como as iniquidades no ensino que se perpetua em décadas pós-abolição.

A Escravidão era um conflito constante com as ideias de mundo que a religião pregava, mas nem mesmo esse conflito de natureza moral amenizou a situação do negro, nem melhorou sua condição com um tratamento mais humano, “provocou apenas uma tendência para disfarçar as coisas, separando o permissível do real” (Fernandes, 2007, p. 82).

Começando do ponto zero de sua inclusão em uma nova ordem social, o negro e o mulato se depararam com várias opções, todas deploráveis. Primeiramente, voltando para suas áreas de origem, dos seus ascendentes, isto é, de volta para o nordeste em áreas rurais estagnadas ou para comunidades atrasadas no interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A segunda opção seria a permanência como trabalhador rural, comumente passando para um novo empregador, sendo que não possuía as tradições culturais dos imigrantes nas cooperações de família nem as técnicas de poupança para obter um capital para a sua mobilidade social e, terceiro, a opção que lhe restava era ficar na cidade grande e se submeter às aglomerações das favelas, o que não significava que estar nas cidades grandes oferecia a partilha das oportunidades da cidade, mas o desemprego permanente ou temporário, taxado de preguiçoso e sobrecarregando a mulher que, por vezes, sustentava a casa (Borges Pereira, 2011). Uma quarta opção,

para Florestan, era a fuga para as cidades pequenas, exercendo trabalhos de pouca expressão, sem a competição com o trabalhador branco, estrangeiro ou nacional, começando ali uma nova vida, o que implicava em uma aceitação voluntária em posições desvantajosas que não traziam esperanças de um futuro promissor.

Fernandes (2007) define essa situação dos ex-escravos como a incapacidade da sociedade criar meios para desenvolver a economia capitalista o suficiente para absorver essa mão de obra. Com esse desfecho, foram expulsos para as periferias da ordem social competitiva ou para as estruturas coloniais que viveram no passado. Sociologicamente, a pobreza extrema dos ex-escravos e a exclusão dos libertos pelo feito da competição com os imigrantes poderia explicar tal desfecho, mas a escravidão não preparou o escravo para se tornar um trabalhador livre. Fernandes, (2007) afirma que,

Por trás da estrutura social da ordem social escravocrata e senhorial, o “escravo” e o “negro” eram dois elementos paralelos. Eliminado o “escravo” pela mudança social, o “negro” se converteu num resíduo racial, perdeu a condição social que adquirira no regime da escravidão e foi relegado, como “negro”, à categoria mais baixa “população pobre”, no momento exato em que alguns dos seus setores partilhavam das oportunidades franqueadas pelo trabalho livre e pela constituição de uma classe operária assalariada. (FERNANDES, 2007, p. 87)

Para Fernandes (2007), o negro foi o primeiro a extrair o processo pelo qual ele poderia ser transformado de “negro” a um novo ser social. Mas o negro não parou no tempo e nem se deixou levar. Ele reivindicou a sua condição de “ser” social, tentando impor a si e aos brancos, indiferentes a sua “segunda abolição”, o que lhe foi recusado como manifestação de racismo. De acordo com Fernandes (2007, p. 92), “[...] o branco só percebe o negro ou o mulato e tem consciência dele quando enfrenta uma situação concreta, inesperada, ou quando a sua atenção é dirigida para questões relacionadas com o problema da cor”. O único caminho para que o negro saia desse estigma racial que o acompanha dependerá da mudança lenta e gradativa da prosperidade do negro e do mulato, sendo que o preconceito e a discriminação nas formas que aparecem no Brasil contribuem para manter a desigualdade e a discriminação.

Hasenbalg (2005) faz um contraponto importante à tese de Florestan, em parte justificável, pois Hasenbalg faz sua pesquisa nos anos de 1970, o que permite novas conclusões acerca da persistência do racismo. Parece que a obra de Florestan nesta

temática percebe uma possibilidade de incorporação do negro na sociedade de classes que poderia contrapor-se ao preconceito racial de alguma maneira.

Segundo Hasenbalg (2005), Fernandes acreditava que as arcaicas relações raciais desapareceriam quando a ordem social competitiva se libertasse das distorções de renda nas mãos de uma só raça. Ou seja, uma autentica democracia racial só seria alcançada, quando negros e mulatos ocupassem posições de destaque alcançadas pelos brancos, o que não aconteceu. O negro foi mantido às margens da sociedade até os anos de 1930, quando começaram a acontecer certos sinais de crise no modelo tradicional das relações raciais. Parte da população negra começou a assumir posições de classe típicas, muitos através do processo de proletarização e outra minoria assumiu e se incorporou às classes médias. No entanto, podemos sentir que não foi o suficiente para que negros e mulatos alcançassem completa igualdade social frente aos brancos. Hasenbalg, (2005, p. 80), relata que “[...] após a abolição da escravidão, o modelo arcaico de relações raciais destinado a regular as relações entre senhores, escravos e libertos manteve-se quase totalmente”. Após a abolição, a sociedade adotou um sistema de relação racial de total subordinação do negro. Podemos observar que o abolicionismo não aboliu apesar de seus ideais humanitários (FERNANDES, 2007). O que continuou como realidade foi que o preconceito e a discriminação racial, que eram características do sistema escravista, e os senhores continuavam a coagir os escravos com a sua incapacidade legal de se desvencilhar de séculos de exploração. De acordo com Santos (2014, p. 207, 208)

Nas pesquisas de Hasenbalg (2005) há uma tentativa analítica de desenfatizar o legado do escravismo como explicação das relações raciais contemporâneas, argumento muito comum na obra de Florestan Fernandes. Na contramão, ele indica que o racismo e a discriminação foram acentuados depois da abolição como as principais causas da subordinação social dos não brancos e seu recrutamento a posições inferiores. Assim, a raça, como atributo socialmente elaborado, é compreendida como um critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Para Hasenbalg (2005), à época da abolição, a grande maioria de afro-brasileiros vivia fora da região que estava em franco desenvolvimento e industrialização, o país desenvolvido, nesse caso, a região sudeste. As outras regiões como o nordeste, que configurava o país subdesenvolvido, abarcava a maioria da população não branca, nesse mesmo período se configurou uma tendência oposta no sudeste, o crescimento da

população branca, configurando assim os imigrantes. Segundo Hasenbalg, (2005, p. 157);

A tendência para a polarização geográfica ou segregação dos dois grupos raciais – que, junto com os mecanismos de discriminação, está na base da estrutura das desigualdades raciais existentes – relacionava-se às características dos movimentos de migração internacional e interna, que tiveram lugar a partir do século passado. Tais processos demográficos, longe de serem puramente espontâneos, foram condicionados por políticas públicas específicas. A esse respeito, a promoção oficial da migração europeia para atender à falta de mão-de-obra no sudeste (e especificamente em São Paulo) é de particular importância.

O país vivia às vésperas da abolição, o que no sudeste viveu uma clara relação de abolicionismo com imigracionismo, que nesse contexto, o progresso era exigir o branqueamento do país, o que revelava o destino do escravo e da população de cor livre após a abolição. O escravismo já não era mais uma solução barata para o sistema, mas um entrave para a modernização do país, segundo o pensamento dos abolicionistas.

O braço mais desejado no momento era o braço do imigrante, sem mácula; não o braço do liberto, do negro considerado preguiçoso, a causa da ociosidade, da dissolução. Para Hasenbalg, (2005, p. 165), “A solução da falta de mão de obra aparecia com o imigrante para resolver os problemas da mão de obra na agricultura e também como solução do projeto de modernização a longo prazo, em que o branqueamento da população nacional era altamente desejado”.

Hasenbalg (2005, p. 169) aponta que;

Houve variações locais e, em lugar nenhum, a migração internacional teve um impacto tão intenso quanto em São Paulo. Contudo, a informação acima sugere que a análise de Florestan Fernandes do modo como os imigrantes monopolizaram, em São Paulo, as oportunidades de avanço econômico e mobilidade social, e do conseqüente deslocamento de negros e mulatos para ocupações periféricas da economia capitalista em expansão, pode ser generalizada para o resto do Sudeste [...] genericamente falando, o conjunto da população de cor estava em desvantagem na competição com os trabalhadores estrangeiros. Não obstante, o impacto da imigração europeia foi sentido desigualmente por diferentes setores da população não branca. Contudo, as pessoas de cor com algumas qualificações ocupacionais sofreram a concorrência dos imigrantes nas cidades. Em São Paulo, por exemplo, Florestan Fernandes mostrou como os negros e mulatos concentrados em ofícios urbanos, pequeno comércio e serviços, foram, de fato, deslocados pelos imigrantes, resultando assim no êxodo, de negros e mulatos mais qualificados. Simultaneamente, um numeroso grupo de trabalhadores negros rústicos fixou-se nas cidades de São Paulo e Santos para prestar serviços não-qualificados ou levar uma existência precária na periferia urbana (Hasenbalg, 2005, p. 169).

Hasenbalg (2005) descreve que, mesmo nos setores domésticos, o que até o presente é dominado pelas mulheres de cor, se sentiu com a competição com os imigrantes. No Distrito Federal (Rio de Janeiro), por exemplo, dos 74.785 empregados domésticos em 1890; 41.320 eram negros ou pessoas de cor; 21.090 se configuravam em brancos brasileiros; e 12.375 estrangeiros. Enquanto que para Fernandes (2007) as barreiras contra os negros se baseiam no preconceito de classes, superando essas barreiras, o preconceito poderia ser superado. Para Hasenbalg (2005), essas barreiras são de ordem fortemente racial dificultando a ascensão social do negro.

Capítulo 2 – Ações Afirmativas: A política de cotas e o Prouni

Conforme foi discutido no capítulo 1, após a abolição da escravidão no Brasil, o negro continuou sofrendo com muitas barreiras à uma inserção igualitária, já que não poderiam ascender socialmente por serem negros ou almejar um trabalho ou uma profissão de maior prestígio na sociedade.

Os estudos realizados sobre o tema de pesquisa apontam para a importância de estudar a ideia de democracia racial no Brasil e as políticas afirmativas. Importantes contribuições sobre esse tema foram encontradas em autores como Ianni (2004) e Telles (2004), que subsidiam as discussões a seguir.

2.1 A “democracia racial” e as políticas afirmativas.

Octavio Ianni é um sociólogo que dentre outros temas estudou a questão do negro e do racismo no Brasil. Ele enfatiza que muitos autores, como Caio Prado, Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oracy Nogueira têm trabalhos primorosos que criticam a ideia da democracia racial. Mas não é ironia e nem é injusto dizer que alguns autores brasileiros veem a questão racial da janela, desde longe ou desde o alpendre da casa-grande.

Para Ianni (2004), a urbanização intensa que ocorria nessa época (30 e 40), as classes sociais em formação e a industrialização evidenciaram que o preconceito racial não se reduzia ao preconceito de classe. De acordo com o autor, estudos posteriores de Florestan Fernandes, Roger Bastide demonstraram que na fábrica, dois operários na mesma seção se discriminavam segundo sua etnia. Com essa declaração Ianni coloca por terra o mito da democracia racial. Esse autor deixa claro que não havia dúvida de que também existia o preconceito em relação aos imigrantes e seus povos. Em uma pesquisa, da qual Ianni participou no Paraná, Santa Catarina e Porto Alegre, identificou-se que havia uma escala de preconceitos devido à pluralidade étnica entre os povos da região.

O mito da democracia racial era visto pela classe dominante a partir da ideia de que a escravidão foi branda e não brutal. Uma visão que se esqueciam era a que a escravidão do eito⁶ era diferente da escravidão da casa grande⁷. Segundo Ianni (2004), o

⁶ Roça onde trabalhavam escravos.

próprio Gilberto Freire⁸ fazia considerações sobre a escravidão com certo saudosismo, devido à visão que tinha apenas das memórias da casa grande como sendo uma convivência comunitária influenciada pelo companheirismo e não ao eito, ao trabalho pesado desenvolvido pelos escravos nas fazendas de café e engenhos de cana de açúcar.

Ainda com relação ao mito da democracia racial, Ianni (2004, p.14) coloca a seguinte interrogação:

Como é possível afirmar e reafirmar a democracia racial num país em que as experiências de democracia política são precárias e que a democracia social, se existe, é incipiente? Isso é minimamente uma contradição, um paradoxo num país oriundo da escravatura, autocrático, com ciclos de autoritarismos muito acentuados.

Para Ianni (2004), o mito da democracia racial, antes de ser político e social acaba servindo aos interesses das elites dominantes. Entretanto, não é só aos interesses das elites dominantes, pois quando se pensa que as relações sociais estão impregnadas pela ideia de democracia racial, descobre-se, então, que se trata de um mito cruel porque neutraliza o outro. Sendo assim, uma teoria que se dissemina na sociedade é aquela segundo a qual se o negro consegue êxito ele começa a participar do mundo dos brancos. Nesse contexto nos Estados Unidos, isso se chama de branqueamento social, ou seja, ele não traz a bandeira do movimento negro e nem toca no assunto, talvez se esqueça de que é negro. Ianni diz que o mito da democracia racial acaba dando ao negro uma falsa aceitação no mundo dos brancos: “se a pobreza enegrece a riqueza embranquece”.

Falando sobre o movimento negro, Ianni (2004) coloca que é bastante diversificado, com vários objetivos, mas, no geral, esses movimentos hoje estão mais adaptados, mais plurais em relação ao diálogo e as influências. No que se refere às cotas⁹, ele diz não ter uma opinião formada, mas somente algumas impressões. Para esse autor, as cotas são concessões dos donos do poder, uma conquista, uma legitimação de uma sociedade preconceituosa. O governo, aceitando o sistema de cotas, está atendendo a certa reivindicação, no primeiro momento é percebido como uma conquista positiva, mas, simultaneamente, é a reiteração de uma sociedade injusta, fundada no preconceito,

⁷ Casa do senhorio nas grandes propriedades rurais do Brasil colonial.

⁸ Precursor da ideia de democracia racial no Brasil, apesar de não ter criado o termo.

⁹ Cotas para negros em universidades

sendo preciso

[...] Estabelecer espaços bem determinados e limitados para que os negros tenham a possibilidade de participação. Tem algo de esquizofrênico e imitativo do padrão norte-americano, onde o preconceito continua a existir da mesma forma, ainda que tenha havido o reconhecimento da questão racial (IANNI, 2004, p. 16).

Para camuflar esse preconceito, a questão racial foi reconhecida, porém há contradições. Constitui-se apenas em uma afirmação que esses negros não tiveram condições financeiras e nem incentivos para estudar, com isso não foram classificados nos exames. É considerada a necessidade de investir, não no sistema de cotas, mas sim em uma educação de qualidade e justa para todos os que estão sem condições de concorrer com os que estão à frente, em termos de preparo, para o ingresso na universidade. Ianni (2004) coloca também que as cotas um dia servirão como pretexto para que, quando os negros forem reclamar, as elites possam se defender, afirmando que lhes foi concedido o que reivindicaram, como vagas nas repartições públicas e nas universidades. O que mais poderiam querer e, assim, o poder continuará nas mãos de quem sempre esteve com o poder.

Outro autor que traz importantes contribuições acerca desse tema é Edward Telles, um sociólogo americano que discute sobre as relações e desigualdades entre brancos e negros no Brasil. No livro *Racismo à brasileira*, Telles (2004) fala sobre a Democracia racial e a ação afirmativa. Segundo esse autor, o Brasil, após a retirada dos militares do poder, devido a uma forte rejeição às suas regras pela sociedade brasileira, passou por um processo de democratização e crescimento de instituições da sociedade civil com rápida expansão e fortalecimento de instituições políticas e democráticas. Nesse ínterim, o movimento negro ganhou um limitado espaço no processo democrático, pois, até então, o governo não reconhecia o racismo na sociedade.

Devido às conquistas da sociedade civil nos processos de democratização da política brasileira, nos anos 90, ocorreu um processo de transição da democracia racial para as ações afirmativas, quando o governo brasileiro pela primeira vez reconheceu o racismo na sociedade e com isso o movimento negro ganhou força (TELLES, 2004).

Muitas garantias constitucionais haviam sido restabelecidas desde 1978, mas o Brasil só retomou formalmente a democracia em 1985. Essa democratização se deu de maneira lenta e desigual, mas abriu espaço para muitos ativistas dos movimentos sociais

de vários tipos. Os direitos civis e políticos foram formalmente garantidos e de certa forma as demandas de alguns movimentos foram priorizadas.

No entanto, uma resistência especialmente intensa às demandas do movimento negro persistiriam porque aparentemente essa causa ameaçava dogmas centrais do nacionalismo brasileiro. Especialmente durante a década de 1980, quando continuava a ser defendida a ideologia da democracia racial, o que limitaria a capacidade do movimento negro de ter ressonância junto à elite brasileira (TELLES, 2004, p.40).

O movimento negro não teria força alguma com a ideia do mito da democracia racial permeando a sociedade. Desde a década de 1970, o movimento negro vinha denunciando o mito da democracia racial, com atos como a fundação do bloco carnavalesco Ilê Aiyê, em Salvador, em protesto contra a discriminação racial no carnaval baiano, sinalizando assim as mobilizações culturais passadas para um movimento dos negros no presente.

Segundo Telles (2004), em resposta às crescentes demandas do movimento negro alguns estados implantaram conselhos especiais sobre a condição do negro, sendo o primeiro na cidade de São Paulo.

O propósito desses conselhos era monitorar a legislação que defendia os interesses da população negra, devendo sugerir projetos à Assembleia Legislativa, a setores do Executivo e investigar possíveis denúncias de discriminação e de violência da classe militar. Os representantes desses conselhos ficaram confiantes devido ao momento histórico que o movimento estava passando. Muitas oportunidades poderiam vir a partir daquele momento. A experiência do primeiro conselho da cidade de São Paulo foi um exemplo para outros estados como Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Em 1985, o então presidente da república José Sarney, que não era um dos adeptos da democracia racial, propôs o Conselho Negro de Ação Compensatória em nível federal, mas nunca o implementou. Aproveitando a data comemorativa do centenário da abolição, criou a Fundação Cultural Palmares. Em um de seus discursos, o presidente “vacilou”, falando que a abolição da escravatura foi pacífica e consensual e criticou a democracia racial. Típico de um político que deseja agradar a todos os seus possíveis eleitores.

Para Telles (2004, p. 42), a Constituição de 1988 foi um grande avanço para o movimento negro no país, pois:

[...] evolucionou as bases legais da defesa dos direitos humanos no país e também reconheceu os princípios de tolerância, multiculturalismo, dignidade individual, direitos e identidades, tornando-se a base para centenas de leis antirracistas em vários níveis jurisdicionais. Em particular, o Artigo 5 (inciso 42) tornou a prática de racismo um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

A mudança da democracia racial para a ação afirmativa representa um momento dramático na história brasileira. Ocorrendo principalmente nos anos 1990, a transição consistiu no reconhecimento do racismo pelo governo brasileiro e pela sociedade em geral, na consolidação das organizações do movimento negro, sua limitada incorporação ao processo democrático e, finalmente, a implementação de ações afirmativas com base na raça em muitas instituições brasileiras (TELLES, 2004).

Segundo Fernandes (2007), a segregação já era praticada no passado senhorial, apesar da convivência por vezes íntima entre senhores e escravos. O negro e o branco poderiam conviver de uma forma harmoniosa mas ao mesmo tempo com duplo estilo de vida que separava espacial, moral e socialmente o “mundo da senzala” do “mundo da casa grande”. Precisamos observar a escravidão no Brasil com um olhar crítico, um olhar de perto, na lavoura de cana de açúcar, de dentro da senzala, dentro do moinho, de perto do tronco ou até mesmo amarrados a ele. Muitos acreditam que só há o preconceito de classes e não de raça, mas isso não é a realidade. De acordo com Schützer e Iolanda (2003, p.131)

A sociedade brasileira vive sob o mito da chamada “democracia racial”: não existem preconceitos e há direitos iguais para todos. Porém, observando mais apuradamente a sociedade, pode-se perceber que a realidade dos fatos é bem diferente; os preconceitos são muitos e acontecem de forma camuflada, dificultando, muitas vezes a sua percepção.

O Brasil tem passado por processos de redemocratização recentes, tentando preencher algumas lacunas na sociedade que ainda não se resolveram. Segundo Moehlecke (2002, p. 198), “Uma dessas lacunas, refere-se à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a interferir na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política”. A sociedade brasileira tem apresentado por anos, até mesmo décadas, dificuldades de perceber as causas que acometem esses grupos discriminados, o que no

caso aqui a ser discutido, os afrodescendentes, o porquê das dificuldades de ascensão social desse grupo.

Vivermos em um país com a chamada “democracia racial”, algo que por muito tempo foi em todo o mundo divulgado como exemplo de democracia entre raças para todas as outras nações, com tantas lacunas sociais e educacionais entre negros e brancos (Fernandes, 2007). Podemos observar que muitas dessas lacunas ainda podem ser percebidas e encontradas de maneira tão visível em nossa sociedade. Sendo assim, não há como termos uma democracia racial e tantas desigualdades sociais.

2.2 Dados sobre o acesso ao ensino.

Através de dados que são divulgados sobre as desigualdades e discriminações que nos últimos anos têm sido veiculados em nossa sociedade, não temos dúvidas de que esses problemas estão aí. Apesar das políticas afirmativas adotadas pelas universidades brasileiras para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior, mais de 100 anos após a abolição da escravidão, observamos que há um hiato em relação à população branca.

Dados recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), apontam que entre 2004 e 2014, houve um crescimento no número de negros que têm acesso ao ensino superior, mas continua sendo insuficiente para se equiparar aos verificados entre os brancos. Foi observado que entre os jovens pretos ou pardos, com idade entre 18 a 24 anos, 16,7% frequentavam o ensino superior, em 2004; em 2014 esse número saltou para 45,5%, ou seja, quase que triplicou, mesmo assim, o número entre os brancos, em 2004, era de um percentual de 47,2%. Uma década depois, em 2014, esse número chegou a 71,4%. Mesmo com esse crescimento no número de negros no ensino superior, o abismo acadêmico ainda persiste entre esses dois grupos.

Segundo o IBGE, em outras etapas do ensino também são observadas desigualdades entre negros e brancos. De acordo com o Censo Demográfico 2010, divulgado pelo IBGE, existem grandes diferenças na taxa de analfabetismo entre as categorias de cor e raça. Enquanto para o total da população, a taxa de analfabetismo é de 9,6%. Entre os brancos é de 5,9%; entre negros, o total sobe para 14,4%; e entre pardos, para 13%.

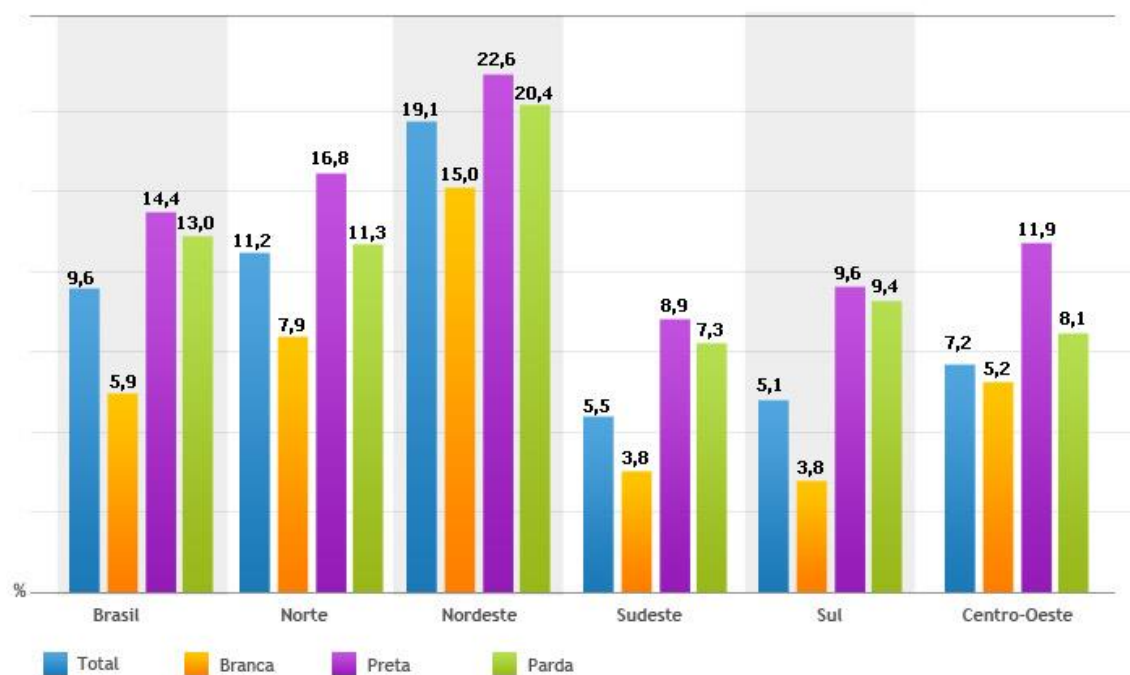
Visualizamos no gráfico abaixo um retrato da situação da educação no Brasil, em que a velocidade lenta do impacto das políticas públicas ocorre em função dos anos de atraso do País para reconhecer as diferenças de oportunidades dadas a negros e brancos, um reflexo das ações do Estado brasileiro que se absteve por muito tempo e

ficou ausente no que diz respeito à questão das políticas públicas para essa população. Esses são problemas que vêm se arrastando desde 1888, final do século XIX, e terminamos mais uma década do século XXI ainda com problemas seríssimos no que diz respeito à população negra (BRASIL, 2010).

Tabela 2

Taxa de analfabetismo por cor ou raça

Censo considerou pessoas com mais de 15 anos das principais regiões do Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os resultados do estudo mostram que 91 milhões de pessoas se classificam como brancas, correspondendo a 47,7% da população do País. Cerca de 82 milhões de pessoas declararam ter cor parda, o equivalente a 43,1%, e 15 milhões de cor preta, representando 7,6% do total. O último censo do IBGE aponta que entre os 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que são analfabetos, 30% são brancos e 70% são negros ou pardos. O negro sofre esses estigmas do preconceito seja ele velado ou explícito, quando em muitos casos lhes são negados direitos garantidos pela constituição federal, não podemos deixar de crer que ainda estamos vivendo esse momento de “democracia racial” e suas consequências.

Segundo Telles (2004, p. 46)

As elites políticas começaram a responder às reivindicações do movimento social negro apenas na medida em que os ativistas pudessem fazer com que

sua presença fosse notada. No dia 20 de novembro de 1995, milhares de pessoas marcharam em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. A marcha em Brasília culminou com ativistas do movimento negro e líderes sindicais expondo suas demandas ao Congresso Nacional e em reunião com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando exigiram medidas concretas de combate à discriminação racial. No mesmo dia, o Presidente anunciou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Valorização da População Negra. Vale notar que, pela primeira vez, o líder do governo brasileiro reconhecia a existência de racismo no país e anunciava a possibilidade de medidas de promoção da justiça racial, rompendo assim com décadas de negativa formal do racismo. O GTI foi encarregado de gerar propostas para a inclusão dos negros na sociedade brasileira, e estas ideias foram publicadas em um documento de 72 páginas¹⁰. Infelizmente, o governo não criou um grupo ou mecanismo semelhante para a viabilização dessas ideias e alguns ministros tentaram boicotar a implementação das recomendações do GTI

Ainda não foi nesse momento que o governo criou políticas de reparação compensatórias para inserir essa parcela da população na sociedade brasileira. As ações afirmativas só começaram a tomar corpo após muitos anos de luta do movimento negro. “A elite brasileira, como muitos previam, continuaria a resistir a qualquer tentativa de incorporar os negros nas estratégias de desenvolvimento do país” (TELLES, 2004, p. 47).

2.3 As ações afirmativas

Foram muitas as lutas do movimento negro para que o governo reconhecesse o racismo na sociedade como um elemento cruel e nocivo àqueles que o sofrem. Para Moehlecke (2002, p. 198):

[...] são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem-se mostrado inalterada por décadas. Uma das propostas que surgiram como resposta ao problema foram as políticas de ação afirmativa, também designadas política de cotas, reserva de vagas, ação compensatória, que veiculam tema e experiência relativamente novos no debate e agenda pública brasileira.

Sendo assim, muitas ideias foram difundidas e trabalhadas para que se chegasse a uma definição do que viriam a ser as ações afirmativas e a quem elas poderiam alcançar e vir a sanar tais lacunas. Segundo Gomes (2001, p. 21),

[...] as ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade

¹⁰ Ministério da Justiça do Brasil 1997.

deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

As ações afirmativas desenvolvidas pelo governo brasileiro passaram a ser um marco, uma conquista da sociedade brasileira que por muito tempo vem presenciando as diferenças sociais que perduram em nosso país desde os primeiros anos de liberdade do povo negro no Brasil. Moehlecke (2002, p. 203) afirma que

[...] podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social.

Discorrendo sobre as ações afirmativas não podemos deixar de mencionar a militância e importância do movimento negro na implementação das ações afirmativas. Telles (2004) coloca que

Talvez como resultado de uma crescente presença do movimento negro, essas instituições têm se tornado cada vez mais preocupadas com questões sociais no seu trabalho na América Latina e têm colocado o auxílio às vítimas de racismo entre suas prioridades desde finais dos anos 1990. [...] O movimento negro brasileiro também se tornou parte de um movimento mais amplo de direitos humanos dentro do Brasil que agora reconhece que os negros são as maiores vítimas das violações dos direitos humanos, por causa da persistente discriminação e sua subsequente posição na estrutura econômico-social (TELLES, 2004, p. 51).

Neste contexto podemos observar que o negro vem sofrendo discriminações que ao longo do tempo tem produzido marcas históricas em sua condição de pessoa que o coloca à margem da sociedade, necessitando assim de movimentos e políticas que o alcance e o leve para tomar parte de espaços outrora reservados aos brancos. As políticas de cotas acabam sendo resultados de muitos debates e protestos ao longo desses mais de 100 anos de abolição, através dos movimentos negros que foram se formando e fortalecendo durante esse tempo de lutas do povo negro, o que defende Munanga (2006)

Afirmar que a definição bipolar dos brasileiros em raças negra e branca nasce das políticas de ação afirmativa ainda em debate é ignorar a história do

Movimento Negro brasileiro. Pensar que o Brasil sofre pressões internacionais ou multilaterais para impor as políticas de cotas é minimizar a própria soberania nacional e ignorar as reivindicações passadas e presentes do Movimento Negro, que, mesmo sem utilizar as palavras cota e ação afirmativa, sempre reivindicou políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro em pé de igualdade com o branco. (MUNANGA 2006, p. 53).

Para Lima (2007), as políticas públicas de ações afirmativas não são reivindicações que nasceram no atual governo, são reivindicações antigas das organizações do movimento negro no Brasil. Essas reivindicações que datam desde os anos 60 do século passado, quando o ex-senador Abdias Nascimento já insistia na discussão de tais políticas para combater as desigualdades raciais do nosso país. Essas políticas foram instituídas para remediar situações desiguais de oportunidades como as que se evidenciam com as informações sobre a ínfima presença de negros como estudantes nas instituições privadas de ensino superior e, especialmente, nas públicas, no Brasil. Situações de desigualdades como essas tem criado a imagem de um indivíduo negro submisso que não reivindica os seus direitos e que está sempre à margem dos que estão lutando por uma sociedade mais igualitária. Isso não se faz verdade quando podemos observar no contexto histórico que os negros, mesmo assim, sendo humilhados e submetidos, agredidos e reduzidos a simples peça na complexa engrenagem da grande lavoura, muitos lutaram contra a sua condição, em momentos de silencioso ou altíssimo heroísmo (PINSKY, 1991). Ou seja, o negro sempre esteve lutando por uma condição melhor dentro da sociedade.

2.3.1 O ProUni

O PROUNI (Programa Universidade para Todos), criado pelo Governo Federal em 2004 (Medida Provisória 213/2004) e institucionalizado pela Lei no 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), oferece bolsas de estudos em instituições particulares de educação superior a estudantes egressos do ensino médio da rede pública. Também são atendidos bolsistas integrais oriundos da rede particular. O Programa surgiu como uma possibilidade de garantir oportunidade de acesso ao ensino superior para estudantes economicamente carentes. São critérios para a participação no processo de seleção das bolsas de estudo do PROUNI a renda per capita da família de, no máximo, três salários mínimos, e a condição de ter sido estudante de escola pública ou ter estudado com bolsa integral em escolas privadas.

Para ser pré-selecionado, o estudante precisa ter realizado e atingido a média necessária no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, de acordo com o que prevê o artigo 3º que rege o Programa. Estão dispensados dos requisitos de renda os professores em efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. Eles concorrem exclusivamente a bolsas para cursos de licenciatura. O censo educacional divulgado em agosto de 2003 constatou que apenas 9% dos jovens brasileiros na faixa etária de 18 a 24 anos de idade estavam no ensino superior no Brasil. Tal revelação gerou desconforto ao governo brasileiro. Os dados indicavam que outros países da América do Sul tinham um desempenho superior a este. Com a intenção de superar a situação em questão, o governo, como estratégia, criou um programa que, naquele momento, pretendia democratizar o acesso de estudantes ao ensino superior, o Programa Universidade Para Todos – ProUni.

Uma parte das bolsas ofertadas pelo ProUni é destinada ao programa de ações afirmativas, conhecido popularmente como cotas do ProUni. Essas cotas são voltadas para estudantes com deficiência, negros, pardos ou índios. Mesmo sendo alunos cotistas é necessário se enquadrar nos requisitos para concessão de bolsas do ProUni. Para concorrer às cotas do ProUni, o estudante deve pesquisar no site da universidade privada em que deseja estudar. Depois, deve ver a lista de cursos e turnos. Logo após, observar as duas modalidades de vagas: das políticas afirmativas (cotas) e as de ampla concorrência. Com essas informações o estudante deverá definir em qual modalidade quer concorrer. Optando pelas cotas, o estudante irá concorrer com aqueles que se inscreveram na mesma universidade, no mesmo curso e apenas para as vagas daquele curso destinado às cotas. Assim, o candidato estará concorrendo com candidatos nas mesmas condições que ele, entretanto não irá disputar vagas destinadas à livre concorrência. Essas inscrições são feitas diretamente no site do ProUni, nos períodos especificados em cada edital. O ProUni abre duas edições para concorrer às bolsas por ano: no primeiro e no segundo semestre (Brasil, 2015).

O PROUNI é um Programa que vem apresentando resultados positivos no conjunto de políticas públicas educacionais desde quando foi lançado em 2005, pois é uma política que cria e oferece o acesso ao ensino superior e estende o atendimento aos brasileiros todos os anos. Seus efeitos de médio e longo prazo se estendem do econômico ao cultural e social com ampliação do campo de produção e consumo cultural, justifica Casali; Mattos, (2015, p. 686). Com todos os indicadores dos

benefícios que essa política tem promovido na vida dos beneficiados, Casali; Mattos (2015, p. 686) coloca que

Vasta literatura foi produzida, sobretudo na mídia, argumentando pela inconstitucionalidade dessa política afirmativa, ao longo de quase uma década no País. Entretanto, em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou a constitucionalidade da Medida Provisória nº 213/2004 (BRASIL, 2004) e da Lei nº 11.096/2005 (BRASIL, 2005) que instituíram o PROUNI. Não obstante a definitiva solução jurídica para o caso, seguiram e certamente seguirão em curso debates de natureza ideológica, buscando minar as práticas de inclusão que tal Programa promove, pois, ademais de algumas questões de mérito implicadas no debate, é sabido o quanto a aversão meramente ideológica a tais políticas sociais inclusivas está entranhada em parte de cultura brasileira, desde tempos coloniais, com fortes traços de preconceito social e cultural.

O ProUni, mesmo com argumentação contrária às suas políticas de inclusão, tem promovido a milhares de alunos negros e pobres oportunidades que jamais teriam na sua área de ação. Muitos desses alunos por serem de uma camada mais pobre da sociedade não têm como pagar uma faculdade, ou até mesmo concorrer com os mais preparados em uma livre concorrência para entrar em um curso de seu interesse. Por isso, o Prouni é uma política de cotas que tem feito esse trabalho e com muita eficácia. Nesse contexto, uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) encomendada pelo MEC, que foi realizada no período de 13 a 23 de março de 2009, com dados divulgados em maio de 2009, no endereço eletrônico do MEC, demonstra, conforme a pesquisa, que profissionais formados com bolsas integrais do ProUni revelaram que o mercado de trabalho se abriu para eles – 80% estão trabalhando –, e que a renda familiar aumentou para 68% deles e, destes, 28% relatam que melhorou muito. Os estudantes avaliaram muito bem o programa, visto que 86% o consideram ótimo e 99% o indicariam a familiares e a pessoas do convívio próximo. Os que residem na região sul como, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul fizeram uma avaliação ainda maior: 90% o consideram um ótimo programa. A grande maioria dos beneficiados (97%) estão pensando em continuar os estudos, declaram estar motivados para realizar cursos de especialização, como pós graduação, mestrado ou doutorado. Em relação à qualidade de vida, para 68% sua vida melhorou muito após o início do curso superior e 26% afirmam que sua vida melhorou pelo menos um pouco. Algo que avançou muito para os estudantes que participaram do ProUni é o nível de emprego: 56% trabalhavam antes de ingressarem no programa; atualmente são 80%. O que se notou é que na região centro-oeste, o nível de trabalho também cresceu 33% após o ProUni (IBOPE, 2009).

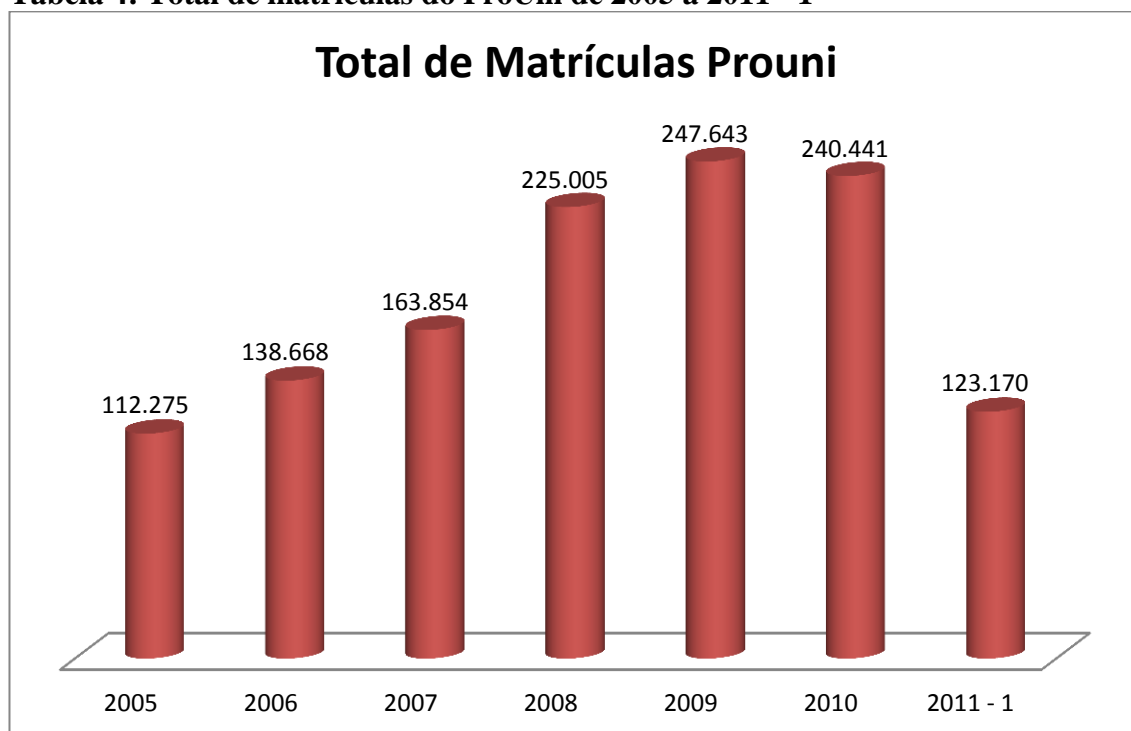
Ao efetivar o primeiro processo seletivo, o ProUni ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de Ensino Superior de todo o país. Desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2011, mais de um milhão e duzentas mil bolsas foram oferecidas, sendo que 70% dos candidatos foram contemplados com bolsas integrais. Dentre as bolsas ofertadas, foram matriculados 748.754 estudantes. Na Tabela 3, apresentamos a evolução da oferta de bolsas do ProUni no país no período de 2005 até o primeiro semestre de 2011. Na tabela 4, apresentamos o total de matrículas no mesmo período.

Tabela 3: Evolução de oferta de bolsas do ProUni de 2005 a 2011 - 1

Ano	Parcial	Integral	Total
2005	40.370	71.905	112.275
2006	39.907	98.761	138.668
2007	66.223	97.631	163.854
2008	125.510	95.495	225.005
2009	94.517	153.126	247.643
2010	115.351	125.090	240.441
2011 - 1	42.650	80.520	123.170

Fonte: INEP (2010).

Tabela 4: Total de matrículas do ProUni de 2005 a 2011 - 1



Fonte: INEP (2010).

Observamos, através das tabelas, que houve um aumento considerável no desenvolvimento e expansão do ensino superior, mas sabemos que, apesar do aumento, a porcentagem é pouca, levando em consideração o contingente de alunos que saem do ensino médio e são absorvidos pelas faculdades e universidades. Mesmo com os benefícios gerados pelo programa criado pelo governo, o PROUNI – *Programa Universidade para Todos* e pelo seu conteúdo polêmico, a proposta gerou ampla discussão, com reações críticas e favoráveis de diversos setores. Apesar das polêmicas geradas em torno do programa, essa política acabou por beneficiar as IES particulares e também acabou por beneficiar a democratização do ensino superior. O que observamos que nas IES particulares havia mais de 100 mil vagas ociosas que poderiam ser ocupadas por uma parcela excluída da população, sendo os negros, índios, deficientes e ex-presidiários. Segundo Heringer; Ferreira (2012), este número representaria 25% das vagas disponíveis nas universidades privadas, que estariam com 37,5% de vagas ociosas. A contrapartida do governo seria um plano de renúncia fiscal que beneficiaria as universidades privadas que adotassem o sistema. Os contrários à renúncia fiscal promovida pelo governo argumentavam que esse investimento poderia ser usado para nas universidades federais, criando novas vagas para esses estudantes.

Segundo Heringer; Ferreira (2012), o ProUni, como visto, produz grande impacto inclusivo por conta no Brasil cerca de 75% das vagas do ensino superior pertencem à rede privada. De 1995 a 2004, antes desse Programa, a média do crescimento de matrículas nesse setor era de 6,9% ao ano. O que se nota após o programa é que esse número saltou para 8,4% já em 2005, ano da efetivação do programa.

Carvalho (2003) afirma que:

Uma parte das resistências às ações afirmativas que hoje observamos no Brasil se deve à ignorância e à desinformação, resultados do silêncio que a academia branca impôs a si mesma e à sociedade, durante mais de um século, sobre a sua realidade interna de exclusão racial. (CARVALHO, 2003, p. 304).

Um programa que inclui tantos excluídos fica difícil entender o porquê da contrariedade dessa política. Como afirma Carvalho (2003), a academia branca por muito tempo silenciou-se nas discussões sobre o racismo, somente agora, com a discussão das cotas, começa a abrir-se um pouco a cortina do racismo acadêmico propriamente dito.

Para Guimarães (2006, p. 267): “O efeito esperado das políticas de cotas raciais nas universidades públicas e de vagas para alunos de famílias carentes nas universidades privadas, incluindo negros e pardos, por meio do ProUni, é o aumento da presença de não-brancos em posições sociais de destaque.” Consequentemente entendemos que essas políticas vieram para aumentar o número de negros que por muito tempo foram mantidos fora das universidades; só assim teremos universidades mais miscigenadas e sendo assim, reparando uma lacuna que perpetuava nas universidades do país.

Casali e Mattos (2015, p. 684), afirmam que “Reconhecidamente, nos últimos anos, houve expressivo avanço em relação às desigualdades regionais, bem como melhoria nos índices de equidade social e cultural no acesso à educação superior.” Uma grande parte desse crescimento tem sido creditada ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Outras políticas públicas têm merecido destaques também, como o FIES (Fundo de Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior), criado pela Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001); o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007); o Programa de Ações Afirmativas para a população negra nas instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO), instituído pela Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008); e, recentemente, a Lei nº 12.711 de 12 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Esta última vem sendo tratada como lei de cotas. Entre tais políticas, destacamos o Programa Universidade para Todos – ProUni, nosso objeto de estudo.

Capítulo 3 – O estudo de caso da política de cotas.

Como lócus da minha pesquisa, a instituição de nível superior escolhida para figurar neste trabalho foi uma faculdade de Direito localizada no sul de Minas Gerais. Uma instituição com mais de 48 anos de existência, que possui atualmente mais de 1200 alunos em seu curso de direito, que vem a ser a única faculdade da instituição com aulas em período diurno e noturno.

Trata-se de uma instituição de ensino superior administrada pela Fundação educacional de Varginha, que aderiu ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI¹¹. O primeiro termo de adesão foi em 03 de dezembro de 2004, sendo que assinou o termo aditivo em dezembro de 2005 e em 2006 foi concedida a 1ª bolsa. De 2006 a 2015, foram 401 bolsas concedidas entre bolsas parciais e integrais, neste período, houve 8 suspensas, 218 encerradas por conclusão de curso, abandono e outros. Atualmente, 175 estão em utilização. Os alunos entrevistados na pesquisa de cunho qualitativo são alunos que receberam bolsas de cem e de cinquenta por cento.

Para Gerhardt; Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GERHARDTA; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Os cientistas pesquisadores que procuram usar os métodos qualitativos buscam explicar o porquê dos fatos, colocando o que a priori deve ser feito, mas não quantificam aquilo que é de valor e as trocas simbólicas das entrevistas, nem colocam os fatos à prova, pois os dados analisados se valem de diferentes abordagens. Segundo Gerhardt; Silveira (2009), o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. A pesquisa qualitativa vem com uma gama de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo entre as relações, dos processos e dos fenômenos, que o pesquisador pode observar através da narrativa dos entrevistados, o que não

¹¹ <http://www.fadiva.edu.br/documentos/prouni/portarianormativa02012015.pdf>

podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (GERHARDTA; SILVEIRA, 2009, p. 32)

3.1 A escolha dos sujeitos

A escolha dos sujeitos para a pesquisa se deu no próprio local de estudos e pesquisa aos quais os alunos pertenciam. A aproximação dos sujeitos ocorreu através do contato por telefone e e-mail, que foi fornecido pela secretaria da faculdade, assim, os convidamos para participar do trabalho a ser realizado. Com as primeiras aproximações junto aos sujeitos a serem entrevistados, foi possível, a partir de sugestões e indicações deles e da secretaria da faculdade, a conquista de novos sujeitos possíveis ou aptos a participar da pesquisa. Buscamos entrevistar apenas alunos que eram bolsistas do Prouni que se auto declararam negros ou afrodescendentes, sendo que os entrevistados possuíam bolsas de 50% e de 100%. Entramos em contato com 15 alunos cotistas do Prouni. Muitos não aceitaram participar das entrevistas por timidez e muitas vezes por alegar falta de tempo em sua rotina diária, outros por não estarem seguros de participar de um programa que nem eles mesmos concordam, o que observamos na fala do aluno Pedro Sousa (nome fictício), que não concordava com o programa, mas ao mesmo tempo entrou porque viu como uma oportunidade para entrar na faculdade, e outros por desconhecerem o verdadeiro sentido do programa de cotas. Resumindo, conseguimos entrevistar dez alunos cotistas do Prouni, por ser uma pesquisa de cunho qualitativo, julgamos que o número de alunos entrevistados era o suficiente para fazermos as considerações dos objetivos propostos. Para Duarte (2002), no que se diz respeito sobre o número de pessoas, a quantidade de entrevistados poderá variar em um número de mais ou menos 20 entrevistados, o que não impede de ir realizando entrevistas até chegar ao material obtido que permita uma análise mais densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos” (DUARTE, 2002, p. 144). Observando através desse prisma, chegamos à conclusão que o número de entrevistados já se fazia suficiente para darmos sequência ao trabalho proposto.

As entrevistas se basearam em um pré-roteiro semiaberto e foram importantes como um instrumento de pesquisa, visto que a narração, segundo Benjamin (1986), revela o conceito de experiência alicerçada tanto nas vivências dos sujeitos, quanto na interação com a própria vida. Noutra dimensão, a narração lida com a experiência que

viabiliza autonomia do sujeito na criação do contexto. Nesse sentido, para Benjamin (1986, p. 203):

[...] metade da arte narrativa está em evitar explicações [...]. O extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.

A ideia da livre interpretação viabilizada pela narrativa foi muito interessante durante a coleta dos depoimentos, já que percebemos, na maioria delas, uma fluidez, liberdade e autonomia no conteúdo das narrativas. Ao realizar um apanhado geral das narrativas, a maioria dos sujeitos da pesquisa tinha opinião a favor das cotas étnico-raciais, como a posição política do pesquisador. Algo interessante dessa autonomia e liberdade dos sujeitos da pesquisa foi a constatação de que, no final das narrativas, nenhum dos sujeitos arguiram quanto à nossa opinião sobre a temática. O que queremos deixar claro aqui é que houve o cuidado de preparar o pré-roteiro a fim de possibilitar maior autonomia e liberdade para os sujeitos.

Após a realização das entrevistas e a das transcrições, a análise do material recolhido e de seu conteúdo nos levou a identificar algumas temáticas a serem trabalhadas mais pormenorizadamente na pesquisa Bardin (1977). Primeiramente, foi possível identificar a origem social comum dos alunos e como isso aparece em suas falas, em seguida trata-se do valor atribuído à inserção no curso de direito, tradicionalmente elitizado. Com a análise apontamos dois outros temas que serão trabalhados: a experiência com relação ao preconceito racial, bem como a avaliação das políticas de cotas na percepção dos beneficiados.

Inserimos adiante a Tabela 5, listando os nomes fictícios dos entrevistados, bem como suas respectivas idades e período em que se encontravam na graduação, no momento da entrevista:

Tabela 5: Entrevistados

Nome	Idade	Período
Ana Gomes	22	8°
Andreia Fernandes	28	8°
Belmiro Fonseca	21	4°
Cristina Silva	20	3°
Denise Ferreira	19	4°
Douglas Castro	22	4°
Jeferson Campos	20	4°
Kênia Cardoso	19	4°
Pedro Souza	19	2°
Roberto Santos	22	8°

Elaboração Própria

3.2 - Origens sociais dos entrevistados:

Nas entrevistas com os sujeitos, nota-se pontos em comum entre a maioria deles. Para Fonseca (2007), o fator socioeconômico é um elemento determinante no vestibular e opera em níveis mais elevados do que a raça, ou seja, o que determina o sucesso no vestibular é o fato de os alunos serem originários de escolas públicas ou particulares. Os alunos das escolas particulares têm chances muito superiores aos seus concorrentes de escolas públicas. Nos relatos, visualizamos várias histórias de vida dos sujeitos entrevistados, com diferentes termos correlatos, particularidades e significados. Abaixo podemos acompanhar o relato de cinco entrevistados que pontuam as dificuldades que passam com suas famílias. A cotista Andréia Fernandes se emociona ao contar as dificuldades que tem enfrentado estudando a noite e trabalhando durante o dia para ajudar a mãe com os irmãos mais novos. Apesar disso, ela relata que vale a pena todo o sacrifício: Essa fala da cotista surge ao responder a seguinte pergunta: Como tem sido a sua história de vida até o momento?

É, eu sou filha de mãe solteira, minha mãe sempre fez o que pôde para me ajudar, tenho mais três irmãos, eu trabalho desde os doze anos, tanto para complementar a renda, e pra me manter também, sempre gostei muito de estudar, mas assim, nunca tive tanta oportunidade, é eu fiz todo o ensino médio trabalhando, fiz o ensino médio a noite, e trabalhava durante o dia e ia direto para a escola, e a faculdade também, e tô concluindo o curso, também trabalhei durante os cinco anos, e assim é bom por um lado, mas assim, cansa muito, cansa demais da conta, porque acaba que você não tem uma vida social, você vive mais por conta, em função, mas assim, é por uma escolha que eu acho boa, mas é um pouco cansativo. Acredito que valha a pena. (FERNANDES).

Como afirma Bourdieu (1998 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011), a chegada ao Ensino Superior, considerada aqui como uma trajetória de “sucesso escolar”, mesmo que por meio de uma política pública de ação afirmativa poderá aumentar o capital social do indivíduo. Para Andreia essa oportunidade poderá tirá-la da situação de pobreza, mudar a sua história de vida como a da sua família, o que afirma Bourdieu (1998, p. 67 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p. 878);

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis [...] o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural e simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.

Zago (2010 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011) aponta que, nas camadas populares, a maioria dos estudantes ingressa na escola conforme o curso normal da vida estudantil, isto é, aos seis ou sete anos de idade, sendo que geralmente a continuidade do caminho transcorre de forma oposta ao que se considera ideal, ou seja, a adaptação idade-série a conclusão do curso fundamental aos 14 ou 15 anos de idade. Após análise de diversas histórias escolares a autora descreve que, se observou que muitos alunos estavam em um nível de escolaridade incompatível com o tempo que ficaram vinculados ao sistema escolar demonstrando um caminho escolar “fortemente acidentado”. ZAGO (2010, p. 25 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p. 874) A “escolaridade não obedece ao tempo normal de entrada e permanência até a finalização de um ciclo escolar, mas se define no tempo do possível”. O que se percebe com Andréia Fernandes, que entrou na faculdade anos após se formar no ensino médio devido os “caminhos acidentados”. A cotista coloca as dificuldades que a família passa, tanto que ela precisa trabalhar para se manter e ajudar a mãe com os outros irmãos e

coloca que, mesmo com as dificuldades que enfrenta em casa, diz “nunca tive tanta oportunidade”, oportunidades que o programa Universidade para todos, o ProUni proporciona a grupos minoritários. Felicetti; Cabrera e Morosini (2014, p. 23), apontam que “A inclusão social voltada para a educação corresponde a um conjunto de ações que combatem a exclusão dos benefícios da educação na vida em sociedade”.

A cotista Kênia Cardoso, possui uma história diferente da de Andreia Fernandes, mas, nem por isso com menos dificuldades, ao responder a mesma pergunta mencionada sobre sua história de vida, ela afirma:

Eu vou começar pelo meu vô e minha vó, meu vô é lavrador e minha vó é doméstica, são os pais da minha mãe. E a minha mãe, a minha mãe é branca, então eu sou parda né?! Mas eles são muito humildes sempre foram muito humildes. Vieram do Paraná para São Paulo e de São Paulo pra Minas. Ai aqui em Minas a minha mãe conheceu meu pai, meu pai tem uma história pior ainda que minha mãe, meu pai perdeu o pai e a mãe dele muito cedo, meu vô por parte de pai morreu em um acidente da Light no Rio de Janeiro e a minha vó morreu de eclampsia no parto do quarto filho, então meu pai com seis anos de idade não tinha mais nem pai nem mãe, ele foi criado pelos tios avós pelos tios na verdade, que eram tios avós meus. E esse avô meu ele era missionário, então eles saíram do Chile pra vim pra cá para cuidar, ele já tinha dez filhos e ainda pegou mais três, esse avô meu pai do meu pai, ele pegou meu tio minha tia e meu pai para criar, então eles moraram um tempo no Rio, em Angra e depois eles vieram pra cá, pra Minas. Ai aqui em Elói Mendes que é a cidade que eu moro agora, os meus pais se conheceram, nisso que meus pais se conheceram eles namoraram e logo se casaram e depois de dois anos eu nasci. Ai meu pai foi morar em Três Corações, nessa época ele era do exercito, ele serviu treze anos no exercito, ele saiu como sargento, depois ele foi para o campo missionário, seguindo os passos do tio dele nesse caso, meu tio avô. Ai depois disso meu pai e minha mãe começou a mudar de mais, então até os seis anos de idade eu morava em Três Corações, a minha vida era bem mais estabilizada, meu pai era sargento, eu não estudava em escola pública eu estudava em escola particular, porque eu ainda era pequena né? Depois que meu pai trocou de profissão né, ai a gente foi morar em Campo do Meio uma cidade bem pequena aqui em Minas mesmo, a gente morou lá dois anos e eu estudei em escola pública. (CARDOSO)

A fala da cotista Kênia Cardoso expressa os problemas das mudanças e das tantas perdas em sua família, **ainda assim**, a aluna ainda mantém o olhar fixo nos seus objetivos e hoje se encontra matriculada em uma faculdade cursando o 4º período de direito. Embora remando contra as dificuldades impostas por um sistema lento para reparar os danos as populações excluídas dos direitos. Em relação à Educação Superior, “[...]o atual recurso às ações afirmativas como uma inovação instrumental do Estado na correção das desigualdades já emite avanços na superação de processos e práticas que excluía estudantes oriundos dos estratos negros e indígenas dos espaços universitários públicos”. (WELLER; SILVEIRA 2008, p. 932)

Na pergunta feita a cotista Cristina Silva: Qual foi a sua trajetória até chegar à universidade? Ela responde o seguinte:

[...] eu fui estudar no Fábio Sales, lá eu não tinha tanta perspectiva de fazer uma faculdade não. Era uma escola pública, lá tinha apelido de Carandiru, para você ter noção, tinha professores ótimos, mas, que infelizmente a escola não tinha uma base, a escola não tinha uma estrutura [...] (SILVA)

Cristina Silva pontua a situação da escola pública em que estudava e vivenciava as suas construções de vida, em que seus sonhos são des-construídos, devido à falta de motivação situacional do ambiente físico que chegava a comprometer as suas perspectivas de futuro. Evidentemente, mesmo considerando que melhorar a escola pública e acabar com a pobreza tem a ver com transformações sociais importantes na sociedade, tais demarcações políticas indicam a negação ou a invisibilidade da produção das desigualdades raciais negadoras de direitos, principalmente, ao acesso à universidade dos afro-brasileiros (Santos, 2014, p. 272).

Respondendo a mesma pergunta da cotista Cristina Silva, Roberto Santos, Douglas Castro e Belmiro Fonseca deixam claras as dificuldades presente em suas vidas e como precisam vencer barreiras que transcendem a barreira da cor, do preconceito e barreiras sociais em seus próprios lares.

Minha origem é de família de renda baixa, tenho mais dois irmãos, estudei em escola pública e no ensino médio estudei no instituto federal [...] (SANTOS)

Eu venho de uma família muito humilde né que infelizmente eu não vejo outra oportunidade pra mim a não ser o estudo porque a gente não tem renda assim não, minha mãe é até catadora de reciclagem e lá em casa é tudo muito simples sabe? E eu acho que se não fosse essa bolsa eu não estaria aqui estudando. (CASTRO)

Bom foi uma trajetória mais do que complicado, porque minha mãe é viciada em craque, eu não conheço meu pai, porque meu pai abandonou a gente em São Paulo quando eu ainda era bebê, meu vô alcoólatra, alcoólatra ao ponto de andar sem roupa, sem roupa de cueca pra rua, minha mãe arrumou um marido que é o pai de minha irmã, que é, tinha vício com álcool morre aos vinte sete anos de cirrose, minha irmã não teve o foco que eu tive, caiu no mundo das drogas, hoje ela tem quinze anos, está no mundo das drogas (FONSECA)

Observando a fala dos entrevistados, pode-se notar as dificuldades em comum, que os acompanham ao longo de suas vidas. Precisam trabalhar para se manter ou até mesmo ajudar em casa, famílias humildes, famílias com dificuldades, financeiras, social e, em alguns casos, compostas por usuários de drogas comprometendo a estrutura

familiar. Muitos provenientes de escolas públicas precárias, e na fala de um dos sujeitos, observamos que a escola onde estudou parecia um presídio, devido ao nível acadêmico, disciplinar e físico. Diante de tantas dificuldades, impostas em razão da vida humilde desses alunos, que vão se avolumando ao longo de seu crescimento, ao chegarem para concorrer a uma vaga na faculdade, a barreira para eles é ainda maior.

Em relação ao poder aquisitivo dos sujeitos, Bourdieu (1998) afirma que “um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário” (BOURDIEU, 1998, p. 410). Assim, podemos observar que neste ponto, entra o fator socioeconômico, em que o branco tem o poder aquisitivo melhor que o do negro, estuda em melhores escolas, melhores cursinhos, professores particulares e um ótimo ambiente de estudos obtendo, assim, um bom rendimento acadêmico.

O direito a um trabalho digno e à cidadania é de todos; entretanto, a falta de qualificação e formação profissional de uma pessoa não permite que o mercado de trabalho a acolha, ou seja, o grau educacional do cidadão define o trabalho que ele pode exercer na sociedade. Portanto, conquistar uma formação educacional não é fácil, em especial, no que compete a uma formação em nível superior principalmente nas classes menos favorecidas da população. (Felicetti, Cabrera e Morosini, 2014, p. 23).

De acordo com Campos (2007), indicadores aparentemente objetivos nas áreas que se refere ao mercado de trabalho, tornam-se requisitos que hierarquizam as diferenças naturais entre trabalhadores, no caso do Brasil, colocara os não-negros sempre em vantagem em relação aos negros, ou seja, o negro sempre irá encontrar um limitador financeiro. Assim, encontramos um indício que pessoas sem condições financeiras para se inserir no contexto universitário, diminui sensivelmente as suas chances de sair da situação probante em que se encontra. Para se desvencilhar da situação de pobreza onde a maioria dos negros se encontra no Brasil, requer muita determinação dos sujeitos e das classes políticas que detém o poder de gerir leis que os insira nesses espaços.

A pobreza histórica do negro na sociedade brasileira é acompanhada de várias perguntas e uma delas é, quais as causas da pobreza do negro no Brasil? Uma das explicações feitas tanto pelo governo quanto pelo povo, é de que o abismo entre negros e brancos quanto à condição social, é o resultado do passado de escravidão. Tal explicação tem um discurso verdadeiro com alguns problemas graves ao relembrar tal passado. Por outro lado, isenta a geração presente de responsabilidade por tamanha

desigualdade entre negros e brancos, ou uma desculpa que se dá é como acabar com uma desigualdade de cinco séculos em cinco anos? Os economistas sugerem que é preciso esperar a economia crescer para que os problemas sociais desapareçam naturalmente, (Guimarães, 2012, p.72). De acordo com Gomes (2001), as ações afirmativas podem se constituir um remédio para combater esse mal e é indispensável, porém, com uma ampla conscientização da própria sociedade e das autoridades políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de acabar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais.

3.3 - A visão dos alunos sobre o curso de Direito e as possibilidades abertas pela inserção no Ensino Superior.

Os cursos jurídicos no Brasil já foram introduzidos com o preconceito de ser o curso das elites dominantes. Segundo Carneiro (1998), a escola que se queria no Brasil Império buscava manter as tradições da educação aristocrática, voltada para aqueles que frequentavam a Corte e, portanto, para os destinatários do ensino superior, em detrimento dos demais níveis de ensino, ou seja, os cursos jurídicos não estavam sendo pensados para receber a parcela marginalizada e pobre da sociedade imperial da época. A formação dos filhos das elites coloniais dava-se somente em universidades europeias, no caso do ensino jurídico, acontecia sobretudo em Coimbra. (FIGUEIREDO; GOMES, 2012, p. 14) afirmam que;

Os bacharéis em Direito sempre foram usados pela Metrópole para a manutenção de seu poder na Colônia. Logo, a ausência dos cursos superiores no Brasil Colonial é atribuída à formação centralizada pretendida pela Metrópole. Assim, apenas os filhos da elite colonial eram privilegiados pela instituição do ensino superior, que só podia se realizar na Europa, em Portugal, designadamente na Universidade de Coimbra.

Segundo Freire (1993), o tratamento na tramitação e o resultado da lei que criou os cursos jurídicos foi diferente do que tratou o ensino de “primeiras letras”, era uma lei que objetivava servir a uma parcela mínima da sociedade, a elite, ou seja, aqueles cursos representavam os interesses reais da classe dominante que necessitava organizar o aparato do Estado para lhe servir. O curso de Direito no Brasil império começou com muitas polêmicas, sendo que a maioria das escolas secundárias abrigava-se em mãos de

particulares, o que por si só representava uma elitização da escola. O que podemos observar é que somente as famílias com recursos poderiam subsidiar os estudos dos seus entes, sendo que as escolas secundárias já visavam os futuros alunos do ensino superior. Ao refletir no ensino superior, Ghiraldelli Junior (2008, p. 29) afirma que:

No campo do ensino superior, quem quisesse uma boa escola deveria se deslocar para os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Quem desejasse seguir a carreira médica deveria se contentar com a Bahia e o Rio de Janeiro. A engenharia estava restrita, de certo modo, à Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Havia ainda os cursos militares do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Fortaleza. Existia também o curso da Marinha, no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro detinha, ainda, escola para o ensino artístico e mais seis seminários para o ensino religioso. Não existia uma política integrada entre o governo central e o que se fazia nas províncias, o que nutria não só um caráter heterogêneo para a educação brasileira da época como também mostrava, para qualquer viajante, uma imensa alteração de qualidade da educação quando este fosse caminhando de província para província.

Com a ideia já fixada que o curso de direito é um curso historicamente elitizado, pensado para as elites, uma das alunas entrevistada a cotista Kênia Cardoso demonstra surpresa ao relatar a sua experiência no curso:

[...] Depois disso eu entrei na faculdade, aí eu entrei na faculdade eu trabalhava em uma loja, ganhava trezentos reais por mês (pausa) eu adorava (risos), achava que estava ótimo com dezesseis anos dezessete, aí eu trabalhei lá um tempo em Elói Mendes mesmo, aí eu entrei na faculdade aí minha cabeça foi mudando eu estudava aqui de manhã e conheci muita gente com muito dinheiro até então eu conhecia gente rica, mas não tão rica igual tinha aqui na faculdade. Filhos de juiz, filhos de promotores e tá perto deles, até gerou um choque [...] (CARDOSO)

Essa aluna demonstra aqui uma surpresa, até mesmo um choque em relação ao que a faculdade proporcionou para ela, ao estar em um lugar que até então não estava. A figura do rico, da elite, para ela era algo distante, já que sempre teve em mente que cada um tinha o seu lugar, “a casa grande e a senzala”, segundo Fernandes (2007) as distâncias entre o negro e o branco nas relações do período colonial. Na sua inocência de uma menina de dezessete anos de origem pobre, sentia que ganhar trezentos reais já era uma realização. Já a outra aluna Cristina Silva percebe a faculdade como “uma outra fresta aberta em uma janela” (Fernandes, 2007), ao expor o abismo entre o negro e o branco segundo as oportunidades que são oferecidas para os dois grupos em relação ao que é oferecido para adquirir o conhecimento entre os dois grupos.

Se você pegar uma sala aqui da faculdade, se tiver realmente dois negros, não os que se consideram, realmente o que é negro, se tiver dois negros dentro da sala, nessa faculdade aqui, é capaz de você achar aqui no máximo numa quatro salas, se tiver dois, umas quatro salas que tiver dois que realmente são negros, não os que se consideram, é muito. (SILVA)

O que Cristina Silva vê na faculdade nas salas de aula é incompetência dos negros por não se fazer representados nos espaços de poder, como na sua faculdade? Devem ser os negros competentes como os brancos ou iguais aos brancos para poderem ter acesso aos cursos de grande prestígio e *status* social como estão os brancos? O negro está sempre em minoria nesses espaços por falta de capacidade? Inteligência? E a competência dos escravizados quando se reuniam em resistência política nos quilombos diante de um sistema de escravidão criminosa? E a competência do negro nos processos de construção do conhecimento que são desenvolvidos quando são a eles estendido? O olhar de Cristina Silva, é um olhar de questionamento, do por que das desigualdades, até mesmo dentro de um ambiente tão democrático como a sala de aula ao menos deveria ser.

Em estudo sobre a porcentagem de negros nas universidades, Carvalho (2003) coloca que a média de estudantes negros, no total do País é de aproximadamente 2% de pretos e 10% de pardos. Muitos dos alunos negros são inseridos nos cursos chamados de baixa demanda, cursos de menor prestígio; além disso, estão concentrados nas faculdades particulares sem muita expressão. Como citamos no capítulo 2 em relação a estudos mais recentes, a porcentagem de alunos negros teve um crescimento, mas ainda é muito baixa para reverter esse dado tão real em nossas universidades, mesmo em faculdades particulares como questiona a cotista Cristina Silva sobre a porcentagem de negros nas salas de aula da faculdade.

Ao falar da possibilidade de estar dentro da faculdade e tendo todo aquele conhecimento a sua disposição, os alunos se emocionam, relatam de forma agradecida por tamanha oportunidade, contam dos planos futuros que o curso poderá lhes proporcionar quando formado. Discorrendo sobre as possibilidades que o universo do conhecimento poderá oferecer ao aluno, Santos (2007) afirma que no bojo deste debate está o saber como poder, ou seja, está aquela geografia imaginária que caracteriza a universidade como um território que demanda poder pelo saber, e que, conseqüentemente, retira o indivíduo do anonimato dando-lhe visibilidade social, como também as condições para a disputa do poder. Contudo essas ações apresentam também

a possibilidade de transpor a barreira que socialmente fora imposta aos negros e que anteriormente não lhes permitia a disputa pelas tomadas de decisões nas organizações e no Estado.

[...] mas tanto conhecimento que eu tô tendo aqui, se eu não tivesse, nunca eu iria poder saber essas coisas, mesmo se eu estivesse estudando sozinha em casa, nunca eu teria o grau de conhecimento que eu tô tendo agora e eu tô levando muita coisa pra “gente”, por exemplo, que não vai ter acesso a um advogado tão cedo, o que eu posso fazer eu ajudo, se eu não sei eu pergunto pro meu professor e o meu professor me ajuda, me dá até uma consulta grátis, e eu levo para as pessoas que estão precisando mais. (CARDOSO)

Abre uma porta que você olha e fala onde estava esse mundo que eu não vi, independente da graduação ela abre um nível de conhecimento, se o individuo quiser buscar o conhecimento ela abre o caminho certinho para você seguir. (SILVA)

O real motivo da escolha do curso foi porque eu sempre fui indignado, eu sempre fui indignado com a sociedade em si. Com a forma que a sociedade viola direitos daqueles que tem menos poder, daqueles que não tem voz, então quando eu escolhi ser advogado porque eu nunca tive sonho de ser juiz nunca tive sonho de ser promotor eu sempre quis ser advogado, pra mim proteger o direito daqueles que não tem voz. E eu escolhi a Fadiva (Faculdade de Direito de Varginha) mesmo, foi porque era uma faculdade próxima, que tinha nome, tinha um certo nome, tem um certo nome e que ela dava condições de eu tá fazendo uma faculdade [...] de conseguir um Prouni porque as outras faculdades eu não via, não tinha. (FONSECA)

O conhecimento aqui relatado é de um mundo nunca visto por muitos deles, algo que liberta. A educação poderá ser o degrau para que muitos negros se firmem na sociedade. Para chegar a ter respeito e admiração se faz necessário transpor a linha da ignorância. O saber na sociedade poderá se tornar em uma forma de poder e respeito, sendo assim, a própria sociedade poderá reconhecer esse poder outrora nunca percebido. Para Santos (2007), a universidade é como uma sala na casa do saber está repleta de escadas que conduzem a inúmeros porões e sótãos, e é neste espaço imaginário, no limiar entre o sótão e o porão, que o saber é individualizado e regido pela pauta do merecimento. O porão e o sótão, ambos estão na casa, unidos apenas pelas escadas, o porão, lugar de coisas esquecidas, de luzes artificiais, que nos remete ao medo, à escada que leva ao sótão, é um caminho de aventuras, de alegrias, onde podemos subir e desbravar os céus, com suas luzes naturais, quando noite, de um espaço imenso sem limites para sonhar. É aí onde cada um de nós se vê destituído da coletividade que o impulsionou no cotidiano da cidade, fazendo progredir e seguir adiante.

Portanto, a universidade é este espaço antes imaginário aos habitantes dos porões da sociedade brasileira, que se apresenta como uma possibilidade de re-significação dos espaços do porão e do sótão dos saberes, o que, conseqüentemente, significa um refazer do ser, que pela coletividade se viu em condições de acessar ao ensino superior e agora, dentro desta casa, busca as condições de permanecer ali, sem, contudo, ser visto como um móvel, esquecido no canto da parede, individualizado e destituído do seu referencial de existir como parte de uma coletividade. (SANTOS, 2007, p. 107)

Sendo assim observamos que os móveis do porão são aceitos apenas por aqueles que tem interesse neste móvel velho, usado, quebrado, esquecido, pois os que não tem interesse nesse móvel velho não o vê ali como algo que venha a ser importante para a casa, ser aproveitado, que tenha uma relevância de interesse para todos. Assim pode ser a universidade para os negros, em alguns casos, percebida como a saída do porão para o sótão, a subida das escadas, o vislumbre das luzes naturais, o alcance do espaço, das estrelas.

Casali e Mattos (2015) apontam que temos outros questionamentos que são colocados de como esses alunos poderão se manter na faculdade, a qualidade dos cursos oferecidos aos bolsistas e alertam sobre a importância de mecanismos que garantam a conclusão do curso. De acordo com Bourdieu (1998 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011), é no mínimo injusto, desejar que os jovens oriundos das famílias mais desprovidas economicamente venham a ter acesso aos diferentes níveis do sistema escolar, ou seja particular, aos mais elevados como o Ensino Superior, sem criar meios de modificar profundamente os valores econômicos e simbólicos dos diplomas.

Bourdieu (1998 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011) descreve que, esses alunos, provenientes das famílias mais desprovidas economicamente e culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado; e, se fracassam, o que é muito provável, são expostos a uma exclusão, sem dúvida, mais probante do que era no passado. Com esse pensamento incluímos aqui os bolsistas do ProUni que, apesar de não enfrentarem elevados custos de mensalidade, também precisam dar o seu melhor para conseguirem manter a sua bolsa na faculdade. Nesse sentido, é preciso cobrar das autoridades responsáveis, em termos de investimento de uma política pública como o ProUni, para evitarmos gerações do que Bourdieu (1998 apud AMARAL; OLIVEIRA, 2011) chamou de *excluídos no interior*, isto é, alunos com nível superior, porém, de baixa qualidade e com poucas chances de conseguir um lugar ao sol no mundo do trabalho em sua área de formação (AMARAL; OLIVEIRA, 2011, p. 882). Ao mesmo

tempo, podemos visualizar que a oportunidade de entrar em uma faculdade através do ProUni poderá contribuir para inserir uma população que vive sem planos de ingressar em faculdades e universidades, sendo que, dessa forma, poderá colaborar com a elevação da sua autoestima, ajudar no aumento da renda familiar e criar mais chances de aumento do capital social.

3.4 O preconceito racial.

Observamos historicamente um Brasil que desejava se desvencilhar de seu passado “negro” para a ponte do branqueamento através dos imigrantes europeus, desestimulando assim uma miscigenação anunciada com tamanha população de escravos. Surge aí um desestímulo ao crescimento da população negra em suas ocupações. Para Sergio Pereira dos Santos (2014), em seus estudos sobre a educação do negro no Brasil, muitos ficavam surpreendidos com alguns negros que se demonstravam intelectuais ou com alguma profissão ou ofício destinados apenas aos brancos. Em uma de suas anotações para sua tese de doutorado ele descreve a surpresa da dona de uma pensão quando um negro que trabalhava como garçom em seu estabelecimento tirou uma dúvida de sua filha por saber Latim, promovendo-o imediatamente, afinal, um rapaz tão competente não poderia ficar ali realizando o trabalho de gente inculta. Cita um outro acontecimento em que a esposa doente de um fazendeiro ao ser atendida por um médico negro, fala, “é esse negrinho que vai me atender?”. Conta ainda a sua própria experiência, em que fora confundido com o rapaz que consertava o ar condicionado ao procurar informações em um departamento na universidade para sua tese de doutorado. Em outra situação, ao discorrer sobre a vida de Visconde de Mauá com tanta propriedade, em um estabelecimento comercial com um amigo, uma moça branca se aproxima com um olhar surpresa e boquiaberta com tamanha construção argumentativa vinda de um jovem negro (SANTOS, 2014, p. 78). Aqui nos deparamos com um conceito já pronto, em que o branco não percebe o crescimento intelectual do negro, uma vez que por séculos se desenhou a visão de um indivíduo inculto e sem condições de ascensão social, acadêmica e cultural. A educação pode libertar a alma da ignorância, da pobreza, do crime, da ociosidade e da pessoa má, que vê no outro um ser inferior, se não liberta, dá condições para que se crie um meio para tal ação.

Segundo Guimarães (2004), as populações em que se encontra o maior número de analfabetismo e menor renda per capita, os jornais tendem a registrar menor numero

de casos de discriminação, sendo que ao contrário em regiões que a renda é maior e menor o analfabetismo, tende a ser maior o número de casos de discriminação registrados pelos jornais.

Sendo assim, observamos que, a educação e a renda passam a ser um norteador para que as pessoas possam ser discriminadas ou não. Se o negro obtém um bom nível acadêmico provavelmente obterá um poder aquisitivo melhor, ela percebe o preconceito e o combate (faz denúncias). Se o analfabetismo é presente e acompanhado pelo baixo poder aquisitivo, ela não percebe as discriminações, portanto, não o combate (não denuncia). Estamos vivendo um momento em que para combater o preconceito e a discriminação, se não tem poder aquisitivo, ao menos é necessário ter conhecimento. O preconceito não deixa de existir quando se tem poder, mas poderá ser combatido tendo conhecimento.

Segundo Santos (2014), durante o seu processo de ascensão social, o racismo que ele pensava que iria desaparecer, como socialmente se pensa, ficou mais evidente ou mais sentido. “E isso fica muito escrachado quando se pensa, e eu pensava, que a compra de um tênis da Nike do mais caro, como fiz, bastaria para as pessoas pararem de me encarar e olhar enviezadamente para o meu pé”. Para ele foi um verdadeiro engano pensar assim. (SANTOS, 2014, p. 26-27).

A educação escolar pode se configurar como um dos caminhos para acabar com o preconceito e promover a autoestima das pessoas vitimas de preconceitos que ainda pairam em nossa sociedade. A educação pode ser a base de combate ao preconceito, que deve ser desenvolvida na mente das pessoas, podendo constituir nelas o respeito por seus semelhantes. Segundo Silva (2010, p.73)

A luta antirracismo é uma exigência da modernidade, uma via importante para garantir qualidade de vida à população brasileira, especialmente à população negra, vitimada pela colonização, pela escravização e pelas políticas de imigração, responsáveis pela sua exclusão da vida social do país após a abolição.

Nas entrevistas com os sujeitos, nota-se o preconceito que cada um vivencia no seu dia a dia. O que visualizamos aqui é que na maioria das falas dos sujeitos, havia um sentimento de tristeza, de revolta, algo que marca as suas vidas de maneira negativa, marcas que perduram até hoje. A aluna Kênia Cardoso vivenciou o preconceito na escola em que estudava, os colegas transformaram o seu ambiente escolar em um ambiente hostil o que a fez trazer para o presente memórias de uma infância cheia de

preconceito. Esta aluna estudou um período da sua infância em uma escola particular com bolsa. Quando ela passou a estudar em uma escola pública ela se sentiu mais feliz, pois ela não percebeu o preconceito como vivenciou na escola particular. Na escola pública ela se sentia como os demais, em seu meio. O seu cabelo e a sua pele não eram “diferentes” dos demais, todos ali se pareciam. Respondendo à pergunta: Você já sofreu preconceito por ser negra ter descendência negra? ela relata algumas situações que já passou em sua vida:

[...] Isso, entre uma loirinha do olho azul e eu com certeza vão escolher a loirinha, combina mais com meu curso, eu acho. ...E eu gostei muito mais para falar a verdade de escola pública porque quando um negro estuda em uma escola particular você com certeza [...] Eu lembro de coisas na minha infância, tipo eu era a única negra da minha sala, então todo mundo falava assim vai se lavar você tá suja, é, você tem cor de gente encardida. Ai depois disso eu fui pra escola pública, [...]

[...] Eu já sabia desde aquela época, eu chorava para não ir para a escola, eu falava mãe eu não quero voltar. Eu apanhava das crianças, então crianças geralmente quando é menorzinho assim eles já são malvadinho assim, ai, eu era meio bobinha assim e então as crianças pintavam e bordavam comigo, agora, então eu sempre sofria eu sabia que eu estava sofrendo eu sabia porque eu estava sofrendo, meu cabelo era bem cacheado e bem volumoso, o pessoal me chamava de arvore (risos) então eu já sofri bastante com o preconceito quando eu era menor, mas depois que, depois que a gente cresce a gente vai se aceitando, vai se aceitando linda, a gente vai se achando muito inteligente, então meu pai e minha mãe sempre trabalharam muito isso comigo quando eu era pequena e eu estudava em escola particular nessa época, eu não me aceitava do jeito que eu era porque ninguém [...] As crianças e até o professor não me aceitava, as vezes o professor via que tinha gente judiando eles não ligavam muito, então eu vou trazer essas marcas pro resto da minha vida, eu espero que os meus filhos não sofram tanto quanto eu, eu acho que agora não tem mais isso, se tem é menos que tinha naquela época em que eu estudava porque... é muito ruim é muito degradante. Sim, agora eu vejo, quando eu era menor eu não via, eu achava que só as meninhas branquinhas eram bonitas e eu era feia, que meu cabelo era horrível, agora não, agora eu vejo, eu me aceito muito mais do que eu me aceitava antes, e agora depois da faculdade eu me aceito mais ainda, porque antes eu ainda pensava assim eu não vou conseguir chegar à faculdade. Por exemplo, quando eu estava no segundo ano nem o professor de matemática que eu tinha achava que eu não ia conseguir, eu me aceitava como uma mulher, mas eu não me aceitava, intelectualmente eu me achava inferior as outras pessoas que estudavam em outras escolas melhores do que eu. (CARDOSO).

Comentando sobre a postura do negro e do branco na sociedade, (Fernandes 2007, p. 31) afirma que “[...] o negro vive nos limites de sua segunda natureza humana e tem que aceitar e submeter-se às regras do jogo, elaboradas para os brancos, pelos brancos e com vistas à felicidade dos brancos.” Essa aluna relata que muitas vezes foi importunada pelos colegas de classe e muitas vezes, o professor via o que acontecia e não se posicionava frente às provocações dos alunos. Para Schützer (2003) existe pouco

preparo dos professores para lidar com o preconceito racial o que se soma com o agravante de que vivemos em uma sociedade em que o preconceito é negado. Com relação à ausência de diferenças que se tenta passar aos alunos, cabe ao professor trabalhar com a diversidade de maneira que se possa ver como uma complementariedade e que possa contribuir também para que os alunos, na sua auto estima, sintam orgulho das suas diferenças.

Nas considerações da cotista Cristina Silva, quando questionada se há preconceito em relação a cor da pele, ela coloca o que aconteceu com ela no seu atual emprego:

Eu fui contratada para trabalhar no centro regional de reabilitação do hospital. No caso, hoje eu estou cumprindo aviso prévio porque recentemente eu resolvi pedir demissão. O que acontece; eu estou lá trabalhando de recepcionista neste setor do hospital desde 2012. Lá passou muita gente trabalhando neste setor, é um setor que atende 106 municípios, com concessão de próteses, cadeiras de rodas motorizadas, tudo via SUS, tudo público, de graça para a população, são 106 municípios que a macrorregião daqui atende. De todos que estavam lá, tirando a equipe profissional que faz atendimento aos pacientes, eu era administrativamente a mais antiga, então eu consigo lá todo o domínio da parte administrativa devido a experiência que eu tinha de lá. Veio uma nova coordenadora, aí eu ajudei ela, aí ela saiu de férias, por isso eu falo o racismo o preconceito hoje ele é velado, eu tive a prova agora em setembro. Ela saiu de férias, ela pediu para eu substituir ela nas férias, eu aceitei tudo bem. No primeiro dia de substituição, algumas pessoas começaram a dar indireta, deram a entender, como uma simples recepcionista virava coordenadora de lá, assim: eu tenho conhecimento, eu sei fazer o serviço, então, qual o motivo dessa negação de não poder? As coisas que eu escutei lá no mês de setembro me fizeram pedir demissão, que eu falei, eu não preciso, independente de ser um emprego bom e eu não puder trabalhar, que tem vários benefícios, independente disso, eu não preciso aguentar, eu não me senti menosprezada, mas mesmo eu sabendo que eu não me senti menosprezada, e não sentindo, a gente fica magoada, a gente senti um pouco de raiva que agente sabe o fundo dessa negação, era como se eu fosse uma simples recepcionista, você é uma simples recepcionista, não passa de uma recepcionista e você não precisa crescer, fica onde você tá. Tirando a grosseria que foi falado, foi bem dizer isso.

Ela relata que o preconceito hoje é velado, é algo que está implícito nas conversas, nos olhares, nas atitudes, o que para ela, hoje só não é explícito por ser crime. Logo, muitos teriam medo das consequências da prática do racismo. Para Piovesan (2008, p. 890): “Na vertente repressiva-punitiva, há a urgência em se erradicar todas as formas de discriminação. O combate à discriminação é medida fundamental para que se garanta o pleno exercício dos direitos civis e políticos, como também dos direitos sociais, econômicos e culturais”. A estudante questiona a democracia racial que tanto se divulgou em nosso país: ela problematiza a situação em que o negro se encontra

na sociedade e como é tratado em certas situações. Justificando a política de cotas ao responder a pergunta: Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela? ela responde com certa indignação:

[...] é mentira, é muita falsidade quem disser que não tem essa distinção hoje, porque o preconceito o racismo ele existe, hoje ele é velado, antes ele era exposto, hoje ele existe, ele existe no olhar torto, quando eu entrar num lugar eu sentir os olhares, isso aí é normal, você pode perguntar pra qualquer um, não é sempre, mas dependendo do lugar que você vai você senti uns olhares assim pra você, tipo porque que tá aqui? (SILVA)

Em outra pergunta: Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra? Ela relata momentos em que ela sentia o preconceito só em ver a reação das pessoas, o que pensam:

[...] Minha mãe era doméstica diarista e dependendo da casa que ela estava, quando ela nos levava, a gente sentia uns olhares assim meio capengando pro teu lado, é velado porque hoje tem muito medo de falar o que pensam. Se você ver uma conversa em particular entre duas pessoas que compartilham da mesma ideia sobre o negro se deixar um gravador entre duas pessoas que compartilham da mesma ideia, você vai ver o que realmente pensam. (SILVA)

Para a cotista Andreia Fernandes, o preconceito está em todo lugar, nas entrevistas de emprego, algo implícito que não aparece ali na hora, mas que acaba sendo sentido. Nesta fala a cotista se demonstrou muito emocionada ao relatar o preconceito, uma vez que a escolha das pessoas seria simplesmente pela aparência, pela cor. O que vem se demonstrando claro é que o direito ao trabalho principalmente para os negros e às mulheres, passa, antes da capacidade profissional pela cor da pele. Respondendo à pergunta feita a sua colega cotista, ela coloca que,

Olha, o preconceito eu acho que tá em todos os lugares, mas assim acaba que hoje em dia pelo racismo ter sido considerado crime as pessoas, elas não tem aquele preconceito na cara, é uma coisa mais assim implícita, mas acaba que você acaba sentindo, percebe e acaba que você sente, mas eu acho que o preconceito tem em vários lugares. Por exemplo em uma entrevista de emprego, as pessoas questionarem a respeito de como você se senti alguma coisa assim e julgarem pela raça. (FERNANDES)

O relato da cotista não é atual é algo que perpassa o tempo, segundo Fernandes (2007) “a segregação do ‘negro’ é sutil e dissimulada, pois ele é confinado ao que os antigos líderes dos movimentos negros de São Paulo chamavam de ‘porão da sociedade’.

O cotista Jonathas coloca que já sofreu preconceito de amigos e de professor, ele diz que é um preconceito dirigido a negros e pobres, algo que vem acompanhando a história do Brasil, relata ainda que o negro não consegue se inserir no mercado de trabalho em repartições de prestígio porque a sociedade brasileira não o vê como alguém capaz de estar ali, mas, sim, vê como aquele indivíduo que só serve para os trabalhos mais pesados de força sem prestígio (CASTELLANE, 2005). O que relatou também a aluna Kelly, se forem escolher uma loirinha ou ela, ela afirma que com certeza escolherão a loirinha, por combinar mais com a visão de advogado que a sociedade elege. Quando questionado com a pergunta: Você já sofreu preconceito por ser negro ou ter descendência negra? O cotista Belmiro Fonseca respondeu:

[...] Já, já sim e por ser negro e pobre, já sim, principalmente na escola, na minha escola. Professores amigos, professores. Porque é aquilo que eu disse, o contexto histórico acompanhou, então vira, descendente de negro e pobre, então isso acarreta muito preconceito ainda. Eu já sofri muito preconceito tanto de amigos quanto de professor. (FONSECA)

Em relação a cor da pele, ao responder à pergunta: Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego? com certo sarcasmo ele coloca que:

[...] Sim, depende de qual emprego, sim (risos)! Com certeza tem um referencial, vou ser sincero quando se pensa em um negro trabalhando a gente pensa em saca de café, a gente pensa nos trabalhos mais forçados, hoje é o que eu disse a história acompanha, se você pensar em um negro advogado é difícil, infelizmente a gente as vezes tenta desviar disso, mas acontece a gente ver diariamente, você por exemplo não vê uma pessoa negra trabalhando em certos locais, certos locais comerciais, mas você vê um negro trabalhando talvez na limpeza, então é importante, eu acho que as vezes a cor realmente ela é um referencial, não digo que seja na totalidade, mas realmente o que a gente ver hoje em dia existe sim uma seleção pela cor, existe sim uma seleção pela cor, ela vem acompanhando. (FONSECA)

Apesar da desigualdade racial estar presente em inúmeras formas na sociedade brasileira hoje, é no mercado de trabalho que se expressa com clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios. Podemos observar que desde o fim da escravidão o negro enfrenta barreiras com a sua ascensão social e até mesmo a sua sobrevivência. Ao avaliar que, por um lado, as senzalas que foram abertas representaram a concretização dos sonhos de liberdade de cada um dos negros cativos, por outro, podemos assistir ao longo da história também, o início de toda a exclusão social reservada a essa parcela da sociedade até os dias de hoje. Sobre esse aspecto Fernandes (2007, p. 52) alerta: “É preciso que se compreenda que uma sociedade nacional não pode ser homogênea e

funcionar equilibradamente sob a permanência persistente de fatores de desigualdades que solapam a solidariedade nacional”.

A intensa miscigenação da população, a ausência de ódio racial, de manifestações abertas de racismo e de segregação legal ou explícita, enfim, a aparência de “democracia racial” na sociedade brasileira oculta ao observador externo, e mesmo de muitos brasileiros, o grande abismo existente entre as condições econômicas e sociais dos seus maiores grupos étnicos: os brancos e os negros. Ficam claras as marcas dessas disparidades, que podem ser vistas por toda parte e se manifestam com grande clareza, tanto na presença maciça dos negros, nas situações indesejáveis (por exemplo, nas favelas, nos bolsões de miséria, nas piores ocupações, etc.), como na sua ausência quase absoluta nos lugares e situações sociais mais desejáveis (bairros ricos ou de classe média alta, universidades, nas posições de comando e decisão, nas ocupações de prestígio e de alta remuneração e outros) (DA MATTA, 2010)

3.5 - Avaliação da Política de cotas: a visão dos sujeitos.

De acordo com Telles (2004), a recente implementação de ações afirmativas pelo governo brasileiro representa a primeira vez que se fez uso da política pública para promover explicitamente – e não para subordinar – a população negra. O que no passado por muitas vezes, se resumia em políticas escravagistas e de imigração que ajudaram a criar a desigualdade racial, e que persiste até hoje; as cotas raciais buscam agora reverter este quadro. Apesar de o governo só ter assinado, em 1968, a Convenção 111 das Nações Unidas, que determina a promoção de minorias étnicas e raciais no que concerne a empregos, havia descrença geral de que tais políticas fossem de fato implementadas, até a Conferência Mundial de Durban.¹²

Independentemente de sua forma legal ou seus benefícios potenciais, a implementação dessas políticas de cotas projetaram a questão da raça e do racismo a um nível nunca antes visto na história do Brasil. O governo e os brasileiros agora concordam plenamente que o racismo existe e que a desigualdade racial é alta (Telles, 2004).

¹² RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/Durban_4.htm>. Acesso em: 29 dez. 2015.

Podemos observar que os autores Mayorga e Souza (2012) nos trazem uma reflexão sobre os questionamentos das políticas de ações afirmativas. O movimento negro teve uma grande parcela de contribuição para a realização dessas políticas de ações afirmativas:

A denúncia do racismo e da desigualdade racial no Brasil pelo Movimento Negro explicitou tensões e contradições presentes na concepção moderna de cidadania que marcam as relações sociais brasileiras, as políticas sociais e também o debate acerca de justiça social, colocando em pauta o debate acerca do direito à diferença, mais especificamente a afirmação do direito à diversidade étnico-racial. Uma das consequências desse processo tem sido o questionamento acerca da eficácia de políticas universais na promoção da igualdade de determinados grupos (Pinto, 2003). Além disso, quando o Movimento Negro e os intelectuais engajados na luta pela superação do racismo indicam as cotas raciais como uma das modalidades radicais de ação afirmativa e de inclusão de jovens negros no ensino superior e no mercado de trabalho, vão atualizar as críticas ao mito da democracia racial, crítica esta já realizada em outros momentos ao longo do século XX (Barcelos, 1992; Guimarães, 1999; Hasenbalg, 1979; Hasenbalg & Silva, 1988). Desse processo advêm reações acadêmicas, políticas e midiáticas. Explicita-se a zona de tensão que esteve sempre presente nas práticas sociais, mas que tem sido sistematicamente encoberta. (MAYORGA; SOUZA, 2012, p. 265).

Podemos observar que um dos pontos que tem como pano de fundo dos debates é quem seria o sujeito de uma política de ação afirmativa, já que se criou no Brasil a ideia do mito da democracia racial. Além disso, com muitas produções defendem a ideia de que o Brasil é um país multicolorido e que não há razões para essa divisão entre raças, sendo assim, segundo Fry e Maggie (2004 apud Mayorga e Souza (2012), colocam que não se deve dividir o Brasil entre negros e brancos e colocam que tal investida acaba por incentivar a desigualdade entre as raças sendo que o Brasil é uma mistura de povos. No entanto, para Fry e Maggie (2004 apud MAYORGA; SOUZA, 2012), a bipolarização poderia vir a promover uma divisão, uma tensão inter-racial principalmente nas camadas de menor prestígio da população, quebrando assim a existente “harmonia racial”, o que poderia acarretar a fomentação de conflito entre negros e brancos nas camadas mais pobres da população brasileira. A implementação das cotas, para os que não as defendem, viria para desestabilizar o conceito brasileiro de povo mestiço e, conseqüentemente, a ideia da democracia racial. A ação política possível nesse cenário seria o investimento em políticas universais. (MAYORGA; SOUZA, 2012).

No entanto, com tantas controvérsias na questão das políticas de ações afirmativas, observamos que muitos autores como (Fry e Maggie (2004) não concordam

por achar que se trata de imposições autoritárias sem consultas às pessoas afetadas, neste caso, negros e brancos, em que poderiam dar sua contribuição sobre o que pensam dessas ações. Muitos protestos são observados por parecerem políticas desenvolvidas simplesmente por observar outros países com realidades totalmente diferentes do nosso como, por exemplo, os Estado Unidos, impedindo assim a sua eficácia por ser um país com realidades distintas do nosso. A argumentação é forte, mas desconsidera o processo de luta e militância do movimento negro no estabelecimento do debate que inaugurou a necessidade de ações afirmativas na sociedade brasileira. (MAYORGA; SOUZA, 2012, p. 266). Assim, podemos observar mais uma maneira sutil de silenciar e tornar invisível a voz dos negros na denuncia do desrespeito, da desigualdade e do racismo que sofrem.

No entanto, o campo da educação foi tomado entre outros como prioritário do movimento negro. Ao longo dos anos podemos visualizar muitas conquistas do movimento negro no que tange à educação, uma delas a política de cotas para negros nas universidades do País.

Ao relatar sobre o sistema de cotas a jovem Cristina Silva pondera bastante sobre a efetividade do sistema de cotas, pois, o considera assistencialista. De acordo com ela, é necessário investir no ensino público de qualidade e a classe social deveria ser usada como critério da avaliação. Ainda cita uma escola particular da cidade que tem uma boa qualidade, inviabilizando a competição com aqueles de escolas públicas. Para Da Matta (2010, p. 108):

A educação é um componente básico na determinação de várias características socioeconômicas da população. Os atributos educacionais dos indivíduos definem, em grande medida, suas oportunidades de emprego e de renda e afetam decisivamente suas condições de bem-estar e sua inserção econômica, social e política. Não existe sociedade igualitária com grandes disparidades educacionais, assim como não existe sociedade desigual em que elas não estejam fortemente presentes. Assim, pelo seu papel estratégico como determinante da distribuição de outras variáveis, o sistema educacional pode, em qualquer sociedade, constituir-se em um poderoso agente de inclusão e de promoção da igualdade, como pode, ao contrário, atuar com o fim de gerar, de manter, ou de ampliar as desigualdades.

Bem, não podemos ignorar os estudos que vêm evidenciando as desigualdades entre pretos, pardos e brancos em relação ao acesso as universidades além de outras desigualdades sofridas pelos negros (Carvalho, 2005).

Outro fator importante é que a adoção de cotas permite que os estudantes afrodescendentes acessem os bancos universitários, e que essas ações podem ser

consideradas como as mais significativas se comparadas com os pré-vestibulares alternativos e com a isenção de taxas para inscrição no vestibular, matrícula e bolsas de estudos em algumas universidades privadas, para reduzir a desigualdade racial. (KROTH; MARCHIORI NETO, 2006, p. 29)

A cotista Cristina Silva afirma o seguinte sobre esta questão:

Eu sou a favor das cotas raciais e oriundos de escola pública, como estávamos conversando antes, [...] [...]Hoje em dia tem uma discursão muito grande em volta desse assunto, porque, não é porque é negro que ele tem que passar na frente, mas não é isso, você tem que voltar lá atrás para saber o motivo das cotas e isso eu fiz, eu não discuto tanto assim porque as vezes a pessoa não aceita a opinião então eu deixo quieto [...] [...] Só que eu acho que as cotas não vão resolver o problema, que o problema não tem que resolver só dos negros, não só dos oriundos de escolas públicas, daquela minoria, daquela porcentagem pequena, tem que resolver num todo, eu acho que ao invés de ter cotas, deveria ter uma base educacional melhor, porque tendo uma base educacional melhor você vai dar oportunidade para todo mundo brigar de igual pra igual com uma escola particular de ponta como o Marista (escola particular de Varginha) porque dentro das federais, não tem muitos negros. (SILVA)

Sendo assim, para Cristina Silva a educação de qualidade pode, sim, mudar a vida daqueles que por muito tempo ficaram fora das universidades do nosso país. Mesmo a favor das cotas raciais, que para ela é para reparar um passado de exclusão e opressão, ela opina também a favor das cotas sociais, que para ela atingiria a outros excluídos. O cotista Belmiro Fonseca, além de ser a favor das políticas de cotas, ele a define como um meio para inserir as classes menos favorecidas na sociedade e dar oportunidades de estudos a aqueles que ainda carregam as consequências do passado. Acredita também que é uma forma de diminuir o preconceito, o que para ele ainda existe na sociedade. “As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório, mas também prospectivo, no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade”. (Piovesan, 2008, p. 890). Nas palavras do cotista:

Eu vejo a política de cotas como um meio, um instrumento importante para aqueles que necessitam, porque ignorar que existe o preconceito dizer que não existe o preconceito é mentira, porque existe, todos tem um certo preconceito, todos tem um certo preconceito, principalmente se hoje a gente for ver o contexto histórico, é que as pessoa negras pardas, mais de cor elas eram consideradas como miseráveis, e isso pela história foi vindo, a história veio então essas pessoas eram excluídas e com a políticas de cotas deu oportunidade dessas não ter nenhuma forma de, de exclusão, elas teriam garantido, elas garantem a sua participação ali, então eu acho muito importante a política de cotas. Eu defendo a políticas de cotas, eu acho muito importante a política de cotas porque devido isso mesmo, por que... Como eu posso lhe dizer... Eu defendo a política de cotas porque é uma forma de aproximar aqueles que antes

e hoje ainda, porque muitas dessas pessoas no passado não tiveram oportunidades e carregaram isso, os seus filhos, então é importante essa política de cotas para aqueles que carregam ainda uma consequência do passado ter essa oportunidade no presente. (FONSECA)

Já a cotista Ana Gomes quando questionada sobre sua posição quanto as cotas, ela coloca que não tem uma opinião pré-definida. Parte do pressuposto que as cotas geram mais preconceitos e acaba eliminando a pessoa da sociedade. Em contrapartida ao pensamento da cotista, (Telles, 2004) aponta que, essas políticas não buscam simplesmente acabar ou aliviar a pobreza material, mas também se propõem a acabar ou diminuir as discriminações seja por classe, raça, gênero ou quaisquer outros tipos que venham a impedir o acesso dos cidadãos excluídos à justiça social” (Telles, 2004, p. 13). Ana Gomes diz o seguinte:

Bem complexo né? Eu acho que nem eu sei se eu tenho uma posição sobre isso né, eu acho que tem duas vertentes porque entra o preconceito que fala que as cotas já é o preconceito, eliminando a pessoa da sociedade, eu acho que deveria ocorrer uma fiscalização melhor disso, acho que tem benefício sim e pra mim foi muito bom, eu defendo a política de cotas, eu só acho que deveria ter uma fiscalização melhor. (GOMES)

O cotista Roberto Santos reconhece que os negros foram maltratados, mas também reconhece que é preciso melhorar a educação básica para que todos tenham acesso a uma boa educação:

Quanto a política de cotas, no ensino médio alguns professores deixavam em nossa mão para tomarmos uma posição, muitos colegas, diziam que a princípio não resolvia, que a partir do momento que você dá cotas para negros indígenas etc, você está gerando uma desigualdade pois estamos tratando como se ele não tivesse capacidade, mas no Direito existe um princípio que diz que se deve tratar os iguais com igualdade e os desiguais na medida de suas desigualdades, bem não vamos ser hipócritas de dizer que os negros não foram maltratados como algumas outras sociedades [...] Mas se o governo a princípio se importasse de verdade e fundamentasse a qualidade do ensino não só no pós, mas desde a base, eu creio que seria mais fácil. (SANTOS)

Para Santos (2014), é evidente que, mesmo procurando melhorar a escola pública e acabar com a pobreza tem a ver com transformações sociais importantes na sociedade, estas demarcações políticas apontam a negação ou a invisibilidade da produção das desigualdades raciais negadoras de direitos, principalmente, ao acesso à universidade dos afro-brasileiros, o que não mudaria nada para os afrodescendentes como ele mesmo afirma as dificuldades que passaram e passam os negros em nossa

sociedade. Continuariam na mesma situação ou “invisíveis”, com seus problemas invisíveis para a classe dominante. Quando optamos por cotas sociais, ao mesmo tempo estamos negando a exclusão e desigualdades históricas. Para Santos (2014) estamos conscientemente, condenando uma geração inteira de jovens negros à exclusão e à desigualdade” do ensino superior, quando negamos o problema racial que atinge as escolas públicas básicas e superiores.

Segundo o cotista Douglas Castro o Prouni é uma oportunidade para muitas pessoas que não tem condições de entrar em uma faculdade pública e no seu caso, ele está sendo beneficiado por não ter condições de pagar um curso universitário. Então ele vê essa oportunidade como algo que mudará a sua vida.

Eu acho que é uma oportunidade para muitas pessoas né? que não tem condição de tá ingressando, hoje já tá cada vez mais fácil de se ingressar, antes era mais difícil. Hoje já se percebe também que até a nota de corte é até menor, é há muitas críticas né? Ao redor disso até, muita gente, até, parda negra até mesmo que poderia ser beneficiada critica né? Porque vê isso como uma discriminação indireta indiretamente. Mas eu vejo como uma oportunidade não por ser bolsista não, mas, ajuda muitas pessoas. Então... eu acho que é uma forma democrática até porque se avalia a nota né, o conhecimento da pessoa, então a pessoa que conseguiu uma boa nota eu acho que ela é merecedora, do conhecimento da pessoa então não seria algo tão injusto assim. (CASTRO)

A cotista Andreia Fernandes afirma o seguinte:

Olha, eu acho interessante, facilita e ajuda muitas pessoas, não só os negros mas as pessoas carentes que só estudaram em escolas públicas, a ter uma oportunidade de ingressar no ensino superior, porque a maioria trabalha ou vem de famílias que tem que ajudar em casa e não tem como ter um bom estudo e focar naquilo, então com as cotas acaba que ajuda muito. (Fernandes)

Para Andreia Fernandes, as cotas ajudam muito principalmente aos alunos pobres de escolas públicas. Podemos observar aqui uma fala mesmo com tom inocente, em defesa das cotas sociais. Observamos que quando optamos pelas cotas sociais, acabamos por ignorar um contexto histórico que o negro passou e tem vivido em nosso país. De acordo com Lincol Frias (2012, p. 231):

A hipótese das Cotas Raciais como Cotas Sociais vai contra boa parte do discurso a favor das cotas raciais, pois ela significa dizer que as cotas raciais não se justificam como compensação pela escravidão (uma justificativa que olha para trás), mas apenas como um instrumento para estabelecer a igualdade de oportunidades (uma justificativa que olha para frente), na medida em que a cor da pele ou raça sejam um marcador razoável sobre quem sofreu desvantagens injustas.

Compreendendo a importância dessa política de cotas, o Prouni, a cotista Kênia Cardoso, coloca que é uma oportunidade que acaba motivando o cotista a correr atrás. Uma motivação para aqueles que não têm condições financeiras de buscar um curso superior

Então, eu vejo que ela tá dando oportunidade pra quem não ia ter antes, muita gente não ia ter oportunidade realmente não ia ter mesmo oportunidade de entrar em uma faculdade, a política de cotas foi uma chave que abriu a porta pra gente poder entrar, então independente do que muita gente fala que isso diminuiu os negros porque se tem cotas pra negros tem que ter cotas pra brancos também, mas muitos negros nem sabia que isso existia, não tinha nem esperança de poder entrar, depois de ter essa cota tipo é uma vaga reservada pra você te dá mais vontade de correr atrás entendeu? É assim que eu vejo a política de cotas, foi mesmo uma porta aberta pra mim. (CARDOSO)

Fazendo uma leitura dos discursos dos cotistas que concordam e estão sendo beneficiados por essa política de cotas, entendemos que a universidade ao abrir as portas ao Programa Universidade para Todos acaba por oportunizar o ingresso de alunos de classes menos favorecidas, bem como de diferentes origens e culturas. Para Felicetti; Cabrera e Morosini (2014):

Isso representa saber que uma igualdade verdadeira só é possível com a igualdade de oportunidades de acesso garantido para todos, sem discriminação social, econômica, racial, cultural entre outras. Significa também dar oportunidades sem perder o foco de que as mesmas são dadas a quem tem potencial de responder positivamente a elas, quer dizer, é acreditar na capacidade do ingressante ProUni, é compreender que o investir no “diferente” não é inócua enquanto se acreditar e perceber que eles têm potencial de fazerem e darem o melhor de si. (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014, p. 36 - 37).

O cotista Pedro Sousa se demonstra contrário ao sistema de cotas, ao mesmo tempo se diz beneficiado por ele, mas justifica o que Cristina Silva já havia comentado, que o governo deveria investir mais na escola básica, diminuindo assim a disparidade de qualidade da escola particular da escola pública. Ele coloca ainda que as cotas poderão aumentar o preconceito já existente na sociedade brasileira, o argumento de que as

ações afirmativas gerariam a “racialização” da sociedade brasileira, com a separação crescente entre brancos e afrodescendentes, acirrando as hostilidades raciais. Isso pode ser real, mas cabe ponderar que, se “raça” e “etnia” sempre foram critérios utilizados para exclusão de afrodescendentes no Brasil, que sejam agora utilizados, ao revés, para a sua necessária inclusão (PIOVESAN, 2008).

Eu acredito que a política de cotas é uma forma de aumentar o preconceito que já existe, por mais que eu tenha sido beneficiado com isso, é aquela história né? Se dá para entrar desse jeito, vamos fazer desse jeito. Mas eu preferi que não tivesse as cotas, eu acho que segrega mais, porque você está colocando o negro, o pardo, o indígena como uma pessoa inferior, que ele precisa de uma ajuda para se colocar na faculdade, mas na verdade o que eu acho, é que o governo deve oferecer uma educação igual pra todo mundo mais não do jeito que ele faz, porque por exemplo, você tem o estatuto da igualdade racial, ele é bem claro em falar, o governo deve adotar medidas para o acesso dos negros a educação ao lazer ao trabalho, e não é isso, o governo tem que adotar medidas para que todos tenha o acesso igual a educação, não porque seja negro, branco índio, não importando a origem, só considerando que seja uma pessoa. (SOUSA)

É interessante observar, que o cotista Pedro Sousa, resume as cotas como uma forma de aumentar o preconceito que segundo ele, já existe, sendo que ele é um beneficiado por tal política. Na entrevista ele declarou que não é negro, nunca sofreu preconceito, mas aproveitou a oportunidade, “se dá para entrar desse jeito, vamos entrar desse jeito”, pontua. O que nos remete a fala da cotista Ana Gomes, que concorda com as cotas, mas ao mesmo tempo, acha que deveria ter uma fiscalização melhor, sendo que existe a brecha na lei que o candidato só precisa se alto declarar, Lei nº 12. 711/2012 (Brasil, 2012).

Eu sou contra. Por incrível que pareça eu sou contra. Porque eu considero o seguinte, na verdade eu sou contra a cota racial a cota social eu sou a favor eu acho que a pessoa que ela tem menos provimento em questão de capital fica realmente mais difícil, mas a questão racial não, não tem como você pegar uma questão histórica e tentar resolver dessa maneira, a minha opinião é essa. Em questão a cota social eu tenho lá meus... eu não vou dizer que eu sou contra a social, mas eu tenho um pé atrás por que a minha opinião é de que se pôr exemplo de que se o governo não desvia tanto dinheiro, não tenha tanto imposto que a taxa de imposto do brasileiro só pesa no bolso só do pobre, o rico não sente o peso por exemplo, eu acho que se fosse tudo bem organizado, não haveria necessidade de haver cotas, a pessoa com o trabalho dela se fosse justo se as coisas fosse mais justa não ia ser necessário esse favor entre aspas pra elas. (CAMPOS)

Sobre este aspecto a cotista Denise Ferreira afirma:

Bom eu acho que o Prouni e o Fies ele olha pra necessidade da pessoa a necessidade de renda e já essa questão de ser separada as cotas, acho, não tem,

o próprio governo ou o próprio sistema separa essa situação, acho que não tem essa necessidade, acho que a necessidade é a renda, que é a necessidade da pessoa né. Minha participação ela é muito produtiva pra mim, porque tenho 50% de desconto na faculdade e ai ajuda muito minha mãe, minha família.
(FERREIRA)

Aqui, podemos perceber que na fala dos cotistas Pedro Sousa, Jeferson Campos e Denise Ferreira, há uma tendência pela predileção às cotas sociais que, ao mesmo tempo, transparece como tentativa de inclusão dos afro-brasileiros no ensino superior e também como o não reconhecimento do racismo como mecanismo produtor de desigualdade racial e de perpetuação de privilégios de grupos e instituições que utilizam o racismo na reprodução de uma lógica social desigual entre negros e brancos, principalmente no ensino superior. Para (Queiroz, 2014, p. 279),

Muitos dos sujeitos com posição privilegiada no mundo acadêmico advogam em favor de medidas universalistas, acionando um imaginário social de igualdade racial, para argumentar contra a política de cotas, o que, em síntese, significa a negação de direito a uma enorme parcela da população brasileira.

Considerações Finais

O século XVI marcou a chegada dos portugueses e dos africanos ao Brasil. Ao revisitar a história, podemos perceber que essas duas raças, o negro e o branco, apesar de viverem e construírem a história do Brasil juntos, tiveram tratamentos, privilégios e destinos totalmente diferentes. O branco já chegou como a raça dominante; o negro, como a raça dominada, como mercadoria, uma mercadoria que só tinha valor se produzisse, que desse lucro aos seus donos. Durante mais de quatro séculos, aos negros fora negado todos os direitos que um ser humano possa ter e desejar, direito às necessidades básicas, à educação e ao convívio social. No negro foi implantado um espírito derrotista, em que a degradação material levou-o à desmoralização e à apatia para superar os seus desafios. Passou-se a difundir que ao negro não adiantava ajudar, onde se criou bordões como: “vida de negro é assim mesmo”, “o negro nasceu para sofrer, não adianta fazer nada”. Criando assim a cultura do negro burro e do branco sábio e inteligente. Ao negro foi imposto que deveria aceitar ser como um pária na sociedade. Ao lançar um olhar ao passado, observamos que a cultura de dominante ainda impera na sociedade branca onde o negro permanece em seu posto de serviçal. Ao buscar uma ascensão social, o negro esbarra no mesmo sentimento que fez e ainda faz parte da cultura brasileira, que é o racismo, o preconceito de cor; um sentimento que até hoje vibra em uma parte da nossa sociedade; um sentimento de uma sociedade escravocrata que imagina o negro como um ser inferior, uma raça inferior desprovida de sentimento e inteligência. Visualizamos que essa raça no pós-abolição sofreu preconceito e privações devido às desigualdades a que foi submetida.

Por muitas décadas se desenvolveu o mito da democracia racial, em que, segundo a mesma havia no povo brasileiro uma harmonia entre as raças. No entanto, o negro era mantido na periferia, na margem da sociedade, enquanto os brancos e os imigrantes se desenvolviam culturalmente e socialmente em relação aos negros, para os quais até mesmo os trabalhos mais simples e de pouco prestígio lhes eram negados. Criou-se um padrão brasileiro de relação entre as raças que mantém o negro sobre a sujeição do branco o que culturalmente se tornou normal; o negro, o serviçal; e o branco, o senhor. Um sentimento que se propagou por muito tempo e criou formas de resistência à ascensão social do negro.

Dentro da democracia racial, criou-se a ideia de que no Brasil não havia preconceito e em contrapartida não se fez nada para diminuir as lacunas entre os negros e os brancos, as mazelas de um destino já anunciado através das suas misérias que acompanhavam essa raça oprimida por um conceito de democracia, que ao invés de desenvolver o povo negro, apenas o empurrava para os mais baixos níveis da sociedade. A democracia racial foi denunciada por Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg, Edward Telles e Octávio Ianni ao afirmarem sua falsidade e seus efeitos danosos para a sociedade brasileira, especialmente aos negros que sofreram com tal pensamento de que no Brasil havia uma harmonia entre as raças, quando na realidade havia um abismo social entre negros e brancos, numa sociedade que não dispunha de técnicas e meios eficientes para a superação rápida das desigualdades sociais.

Após décadas de desigualdades destinadas aos negros, travaram-se muitas lutas dos movimentos negros e da sociedade descontente com essa situação. Diante dos constantes protestos que se desenrolaram no decorrer dos anos, o governo brasileiro reconheceu que existe o preconceito internalizado na nação brasileira, o que vem mantendo as desigualdades existentes.

Os dados registrados no capítulo 2 expressam essa situação, demonstrando que é lento o processo de reparação das desigualdades sofridas pelos negros no Brasil. Mesmo com o avanço de quase três vezes mais a porcentagem da parcela de negros e pardos na universidade, o número entre os brancos em 2004 ainda era maior que os de negros em 2014.

Diante da realidade de desigualdades, de diferenças sociais e exploração, o estado instituiu políticas para reparar os séculos de distinção e injustiças que a essa raça foi imposta. Tais políticas são conhecidas popularmente de ações afirmativas ou políticas de cotas. Uma dessas políticas se denomina ProUni, e destacamos o estudo das cotas raciais presentes nesta política como pano de fundo para analisarmos a vivência dos alunos inseridos neste programa. Sendo assim, nesta pesquisa, ouvimos os sujeitos a partir de como vivenciam e significam as suas participações na política de cotas do ProUni e a relação com o preconceito racial.

Levando em consideração as falas dos sujeitos, é importante observar que a maioria vem de famílias humildes, com muita dificuldade para se manter na faculdade e estudar. O que concluímos também foram as contradições de alguns sujeitos que mesmo sendo beneficiados pelo programa de políticas de cotas do ProUni se declararam contrários a ela, demonstrando total desconhecimento dos objetivos das políticas de

cotas. O que ficou em evidência, em algumas entrevistas, foi que os entrevistados que não sofreram preconceito ou eram contrários às cotas correspondiam aos indivíduos que não têm dificuldades para o estudo e apesar de se autodeclararem negros, não se consideram como tal. Quanto à oportunidade de estarem cursando a faculdade, todos foram unânimes ao afirmar que é algo que está mudando a vida deles e poderá transformá-los em pessoas melhores. As contradições entre os indivíduos foram notadas sempre que questionados sobre o apoio ou não às cotas. Todos estavam recebendo o benefício oferecido; apesar disso, o curioso é que dois dos três que não concordavam com as cotas tinham a pele mais clara e nenhum deles declarou ter sofrido preconceito, bem como nenhum deles manifestou enfrentarem problema de ordem financeira ou social em suas famílias, mesmo relatando que vieram de famílias humildes.

A política de cotas vem como uma ação para frear a onda de desigualdades que perdurava sobre a raça negra por mais de um século no pós-abolição. As mudanças que as cotas têm desenvolvido na vida desses sujeitos serão determinantes para que eles possam construir a vida de maneira que possam enfrentar as desigualdades, as provas do dia a dia e o preconceito com mais dignidade, determinação e confiança. O que consideramos é que a educação é um imperativo para a mudança na vida desses excluídos ou para sair da faixa à margem da sociedade.

Podemos observar que para construirmos uma sociedade mais igualitária e verdadeiramente democrática precisamos de ações e mecanismos que sejam capazes de destruir esses preconceitos, criando assim uma mentalidade que se baseie em igualdades de direitos e solidariedade de pessoas de uma sociedade mais humanitária e aberta para aceitar as diferenças raciais e culturais de cada indivíduo.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. Filosofia e os Professores. In. **Educação e Emancipação**. Ed. Paz e Terra, 1995.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei de cotas reserva 50% das vagas a egressos da rede pública**. Portal Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/11/lei-de-cotas-reserva-50-das-vagas-a-egressos-da-rede-publica>. Acesso em: maio 2014

_____. Percentual de negros no ensino superior é metade dos de brancos. **Portal Brasil**, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/05/percentual-de-negros-no-ensino-superior-e-metade-do-de-brancos>. Acesso em: dezembro 2015.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI**, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BORGES PEREIRA, João Baptista. **Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira**. REVISTA USP, São Paulo, n.89, p. 278-284, março/maio 2011.

BRAGA, M. L. S. **Acesso e permanência da população negra no ensino superior**. Coleção educação para todos. Brasília, DF. 2007. p. 161- 186.

CAMPOS, Adriana Pereira. SILVA, Gilvan Ventura da (org.). **A escravidão Atlântica: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas**. Vitória, ES. GM, 2011.

CAMPOS, Mauricio de Almeida. O negro, o mercado de trabalho e a escola– UFMT – maucampos@superig.com.br. GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21. Agência Financiadora: Sem Financiamento. 2007

CASALI, A. M. Dias; MATTOS, M. J. V. Marinho de. **Análise de estudos e pesquisa sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI)**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 681-716, jul./set. 2015.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. 8. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARLOS HENRIQUE. Reconstrução; uma abordagem sócio-histórica sobre o racismo à brasileira. revista urutáguia. revista multidisciplinar. Nº 12 – abril/maio/junho/julho. ISS 1519.6178 – Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá. Maringá - PR. 2007.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas e racismo acadêmico**; As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. Teoria e pesquisa 42 e 43. Janeiro – Julho de 2003.

CARVALHO, José Jorge de. **Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial**: o caso das cotas para negros na UNB. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan/jun 2005.

CASTELLANI, Lino Filho. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 10. ed. Campinas, SP: papiros, 2004.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro**: Um panorama analítico. Cad. Pesquisa. vol.43 no. 148 São Paulo jan./abril. 2013

DUARTE, ROSÁLIA; **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, mp. a1rç3o9/-125040,2 março/ 2002

FELICETTI, Vera Lucia; CABRERA, Alberto F; MOROSINI, Marília Costa. (2014), "**Aluno ProUni**: Impacto na instituição de educação superior e na sociedade", em Revista Iberoamericana de Educación Superior (ries), México, unam-iisue/Universia, vol. V, núm. 13, pp. 21-39. 2014

FIGUEIREDO, Maiara Caliman Campos; GOMES, Janaína dos Santos. A origem dos cursos jurídicos no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12351>. Acesso em jan. 2016.

FLORESTAN, Fernandes. O Negro no Mundo dos Brancos.- 2. ed. revista – São Paulo. 2007.

FONSECA, M. V. O Programa Ações Afirmativas na UFMG e os Conflitos em Torno de uma Proposta de Permanência de Estudantes Negros(as). In: LOPES, M. A.;

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. – 2. ed. rev. aumentada – São Paulo: Cortez:, 1993.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Cota racial é política, cota social é esmola**. 7-3-2010. Disponível em: <<http://ghiraldelli.wordpress.com/2010/03/07/cotas-2/>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**: o Direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 15, Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Maio 2014.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**. 2. ed. São Paulo: editora 34, São Paulo, 2004.

_____. Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: editora 34, São Paulo, 2012.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. (Entrevista). Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. 2006.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira** (os últimos quinze anos). Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo: 121-142, novembro de 2001.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. – 2. ed. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2005

IANNI, Octávio. **O preconceito racial no Brasil** (Entrevista). São Paulo. Estudos avançados, n. 18 (50), 2004.

IBOPE. ProUni é considerado ótimo por 86% dos bolsistas. **<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/prouni-e-considerado-otimo-por-86-dos-bolsistas/>**. Acesso em: janeiro 2016.

KROTH, V. W.; MARCHIORI NETO, D. L. “Políticas de cotas” para afrodescendentes no Brasil: considerações sobre a constitucionalidade e a finalidade de sua adoção. *EmTese*, Vol. 3 n. 1 (1), agosto-dezembro/2006, p. 18-43
ISSN 1806-5023

LOPES, Maria A.; BRAGA, Maria L. S. **Acesso e Permanência da população negra no ensino**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade : Unesco, 2007.

LINCOLN FRIAS. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? *Direito, Estado e Sociedade* n.41 p. 130 a 156 jul/dez 2012

LUDKE, M. e ANDRÉ. M.. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria de. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. PSICOLOGIA POLÍTICA. VOL. 12. Nº 24. PP. 263-281. MAIO – AGO. 2012

MATTA, Ludmila Gonçalves da. Sistema de cotas: uma perspectiva de análise a partir do caso da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 3, p. 107-124, set./dez. 2010

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002.

PASSEGGI, Maria da Conceição. **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O Estágio Atual das Políticas Afirmativas nas Universidades Brasileiras. 2014.
<http://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3192/2794>. Acesso, 19/01/2016

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA.

Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em:
<http://www.comitepaz.org.br/Durban_4.htm>. Acesso em: 29 dez.. 2015.

ROCHA, Décio ; SANT'ANNA, V. L. A. ; DAHER, M. C. F. G. . **A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva**. Polifonia (UFMT), Mato Grosso, v. 8, p. 161-180, 2004.

SANTOS, M. V. Inserção de Alunos (as) Negros(as) na Universidade Estadual de Campinas: estudo de caso do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais) In: LOPES, M. A.; BRAGA, M. L. S. **Acesso e permanência da população negra no ensino superior**. Coleção educação para todos. Brasília, DF. 2007. p. 187- 206.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES – 2006-2012**. 390 f. Vitória ES. 2014.

SANTOS, Clarissa Tagliari. **Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil sócio-econômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na Puc-rio**. Estudos RBEPR. Bras. Est. pedag., Brasília, v.933, n. 235, p. 770-790, set/dez. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHÜTZER, Kátia. IOLANDA, Oliveira. Petronilha B. G. E. (Org.). **Identidade Negra:** pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. In: A questão racial e os cursos de formação de professores. Anped. São Paulo, SP. 2003.

SILVA, C. B. R. **Ações Afirmativas: Uma proposta de superação do racismo e das desigualdades.** Revista de Políticas Públicas (UFMA), v.14, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2010. São Luís, MA.

TELLES, Edward E. **O significado da raça na sociedade Brasileira.** Princeton e Oxford: Princeton University Press. 2004.

Anexo 1 – Memorial

A minha história de vida se entrelaça com minha formação profissional. Nasci na cidade de Itapetinga (BA), em um lar humilde, sem luxo e com pouco espaço para uma família de sete irmãos, com um detalhe: todos cercados de um sentimento de proteção entre os irmãos e o amor de uma mãe que sem a presença do marido se viu sozinha para criar sete filhos. Com muita luta, minha mãe e meus irmãos mais velhos começaram a trabalhar na roça, plantando e cuidando das plantações. Era uma agricultura de subsistência, onde se plantava para comer; o que sobrava, era vendido a fim de comprar o que não era produzido no sítio. Mamãe trabalhava intensamente com a preocupação de cuidar dos filhos, principalmente de mim, por ser o caçula. Moramos nesse sítio até eu completar sete anos de idade.

Em certo momento, minha mãe foi à cidade vizinha, Caravelas (BA), para pegar o benefício que ela recebia do governo devido à morte de meu pai. Estava acompanhada de um de seus irmãos. De repente, sentiu-se mal e começou a ter surtos. Durante alguns desses surtos ela tinha a impressão de que pessoas queriam matá-la; falava que pessoas a estavam perseguindo, mas tudo na sua imaginação. Meu tio a levou para casa e a partir de então ela perdeu o desejo de trabalhar; ficava sempre enclausurada; não sentia vontade de se alimentar; não passava o próprio café, que adorava tomar no começo da noite; não recebia ninguém em casa. Quando aparecia alguma visita, ela se escondia no quarto. Minha mãe, uma pessoa forte, uma mulher que se acostumou a trabalhar na roça, de um momento para outro perdeu a vontade de viver.

Meus irmãos contam que a casa do sítio era uma casa de taipa, feita com pequenas ripas de madeira revestidas com barro; o telhado era de capim e a porta não tinha tranca. Na cozinha, havia um fogão a lenha e o piso de toda a casa era de barro socado. A casa não tinha energia elétrica. Dormíamos em colchões feitos de capim seco. A vida, que já era difícil, ficou quase insuportável com a enfermidade de mamãe. Foi preciso que mudássemos para a cidade de Teixeira de Freitas. Val, minha irmã, alugou a casa de uma tia e nos mudamos para lá. Logo em seguida, vendemos o pequeno pedaço de terra que meu avô dera a minha mãe. Com o dinheiro, Val comprou uma pequena casa de madeira com três cômodos: uma sala, um quarto e uma cozinha; o banheiro era do lado de fora. Lembro-me de que era uma casa muito pequena, mas não

parecia ser tão apertada, pois na hora de dormir, nos acomodávamos muito bem - uns na sala, outros no quarto e outros na cozinha.

Meus três irmãos mais velhos começaram a trabalhar. Na época em que minha mãe ficou doente, não tínhamos nenhum recurso financeiro (apenas o pequeno benefício pela morte de meu pai – uma pensão) e nem a medicina nos oferecia uma solução, por isso não sabíamos o que estava acontecendo com ela. Para os médicos, não havia solução alguma, a impressão que passavam era que minha mãe estava ficando louca. Hoje, avaliando os sintomas que a acometeram, não temos dúvida de que fora uma depressão profunda. Naquele momento, minha irmã mais velha, Val, que estava para completar 17 anos, teve que assumir as responsabilidades da casa. Só para registrar, os nomes dos meus irmãos, por ordem de idade, quando meu pai morreu: Val, dez anos; Arnaldo, nove anos; Valdina, sete anos; Urbano, seis anos; Gidelva, quatro anos; Carmem, um ano; sendo que minha mãe estava com uma gestação de três meses, da qual eu nasci.

Devido à doença de minha mãe, a minha irmã mais velha, Val, tomou a frente das decisões, levou-nos para a cidade a fim de que todos estivessem juntos. Apesar da pouca idade, Val foi uma guerreira, chamou a responsabilidade para si, não se deixou desanimar. Como estávamos na cidade, ela viu uma grande oportunidade de estudarmos, lembrando que a educação sempre foi prioridade para a nossa mãe, pois na cidade de Itapetinga os meus irmãos mais velhos já estudavam. Com toda a situação e mudanças, devido à morte de meu pai, eles pararam de estudar e começaram a trabalhar na roça. Mas ao mudarmos para a cidade, eles deram sequência à vida acadêmica. Ela sabia que os mais novos também deveriam estudar. Naquela época, a educação era muito precária, não havia escolas do governo para séries iniciais, muitas professoras davam aulas de alfabetização na sua própria casa, em uma garagem. Eu e minhas duas irmãs mais velhas tivemos essa educação na casa das professoras.

Quando alcançamos a primeira série do ensino fundamental, Val foi até a escola para nos matricular e teve a notícia de que não havia vaga para a primeira série, assim, lá na escola, sugeriram a ela que me matriculasse na segunda série, juntamente com minha irmã Carmem. Sendo assim, não fiz a primeira série, passei direto para a segunda. Val foi a irmã que nos educou, corrigiu quando necessário e nos orientou no caminho que ela julgava ser o certo. Uma irmã que doou toda a sua adolescência, juventude e (por que não dizer?) sua infância para nos educar, nos colocar no caminho da educação, do conhecimento.

Segundo Bakhtin (2003, p.25) “Quando me compenetro dos sofrimentos do outro, eu vivencio precisamente os sofrimentos dele, na categoria do outro, e minha reação a ele não é um grito de dor e sim uma palavra de consolo e um ato de ajuda”. Minha irmã nos constituiu como pessoas, pessoas de “bem”. Ela se doou por nós, nunca pensava nela, estava sempre pensando nos irmãos e na mãe doente. Seus sentimentos sempre foram ações para nos privar da dor e do sofrimento, buscava sempre uma ação de sustentação e conforto para que os mais novos não passassem por dificuldades. Uma dessas preocupações era a presença da fome que rondava a casa, parecendo que em algum momento poderia nos assaltar. Isso para ela era terrível, não poderia deixar acontecer conosco. Com a ajuda dos outros irmãos mais velhos ela nunca deixou faltar o pão, mesmo sendo escasso. Estava sempre preocupada conosco, e mesmo depois de casada não deixava de ser a responsável pelas decisões da casa. Lembro-me dela dizendo ao meu irmão, num desejo de que eu fosse “alguém na vida”: “Leva esse moleque embora”. Eu já era adolescente e estava dando um pouco de trabalho em casa. Val disse isso a meu irmão Urbano, que acabara de chegar a nossa casa para aproveitar as férias. Esse irmão estudava e morava em um internato, no qual, anos depois passou a trabalhar. Val viu que aquele internato, situado na cidade de Cachoeira (BA), seria um bom lugar para mim assim como era para Urbano. Sendo assim, meu irmão propôs que eu fosse com ele no início do ano seguinte estudar ali também.

MUDANÇA DE DIREÇÃO E DE PERSPECTIVA

Antes da doença da minha mãe, aconteceu um acidente com meu irmão Urbano. Este acidente foi determinante na vida dele e, em seguida, na minha. Foi naquele momento que Urbano conheceu a fé adventista, mudou de hábitos e de costumes, adquiriu um novo olhar sobre a vida, percebeu que a vida não se resumia ao sítio. Descobriu que poderia buscar o conhecimento e se apoderar dele. Não existiam escolas nas proximidades do sítio onde morávamos e, devido ao acidente, foi morar na cidade, onde ficou sabendo que poderia estudar em uma escola particular, o que certamente contribuiria para a realização dos seus sonhos. Viu também que essa oportunidade poderia se estender a mim. Por isso o convite, já citado acima, para ir para o colégio.

Bem, como não havia luz elétrica na zona rural, era costume nas residências ter lâmparas a querosene. Meu irmão precisou buscar este líquido na venda do meu tio, mas, ao voltar, acompanhado da minha irmã Val, ele caiu do jumento que montava e se

feriu com as garrafas que continha o querosene, perfurando o seu diafragma. Ele foi levado às pressas para o hospital da cidade de Teixeira de Freitas, onde recebeu os primeiros socorros. Como o hospital não possuía recurso para uma cirurgia, foi encaminhado para a cidade de Vitória, no Espírito Santo, cidade mais próxima que oferecia recursos para o atendimento, a 350 km de distância. Meu irmão, ao se recuperar da cirurgia, não voltou mais para casa do sítio, ficou na casa do meu tio, na cidade. Foi nesse período que minha mãe ficou doente, era o ano de 1976. Meu irmão passou a trabalhar em uma loja, mas conheceu a igreja adventista e deixou o emprego por acreditar que o sábado é o dia de descanso separado por Deus, e como lá trabalhava aos sábados, decidi pedir as contas. Em seguida, comecei a trabalhar em uma oficina mecânica. A esposa do dono da oficina o incentivou a ir para o internato, na cidade de Cachoeira (BA). Foi cursar a 6ª série do ensino fundamental e ficou dois anos, isso no ano de 1980. Voltou para casa e, após dois anos, retornou para esse colégio como funcionário, em 1985.

Nas férias de dezembro de 1986, viera o convite que já relatei acima, para que eu o acompanhasse ao colégio. No decorrer dessa conversa a minha irmã Val, ouvindo o convite sendo feito, não perdeu tempo e disparou: “Leva este moleque”. Essa frase mudou a minha vida para sempre. Em minha cidade, geralmente, uma pessoa que tinha estudos, cursara só até a 5ª série do ensino fundamental. Meus primos da minha idade já haviam parado de estudar e já estavam trabalhando nas roças de mamão e melancia, que havia na região. Eu fora reprovado na 5ª série e passei a estudar no período noturno. Resumindo, fui para o colégio. Fiquei empolgadíssimo, imaginando que seria um colégio como dos filmes americanos, em que os alunos acordavam pela manhã, iam para a escola, voltavam e iam praticar esportes. Era parecido, mas com um detalhe: eu tinha uma carga diária de trabalho de 4h30, para pagar, era uma espécie de bolsa acadêmica.

Ao aceitar o convite, meu irmão me levou para o colégio. Nos primeiros dias foi difícil me adaptar. Comida diferente, pessoas diferentes, cultura de uma religião diferente da minha, colégio de educação protestante (na realidade, eu não praticava nem a fé católica). Chorei muito, sozinho, nas noites das primeiras semanas, tinha muita saudade de casa, pois nunca havia saído para um lugar tão longe e que não conhecia. Mas logo comecei algumas amizades e fui me adaptando aos poucos. Meu irmão ficou apenas dois meses ali comigo e logo recebeu uma proposta para trabalhar em outro colégio, na cidade de Engenheiro Coelho – SP, e foi embora. Urbano sempre foi

perseverante nos estudos, mas sempre precisa decidir entre estudo e trabalho, tanto que só em 1992, com muito esforço, concluiu o curso de licenciatura em “Ciências”. Para Felicetti (2014, p. 534), “Compatibilizar trabalho e estudo não foi tarefa simples, pois tanto o estudo quanto o trabalho exigem dedicação”. E eu, por estudar em um colégio protestante, logo me simpatizei com as práticas religiosas e tomei a decisão pelo batismo em setembro de 1987, tornando-me, assim, um adventista do sétimo dia.

Eu sempre amei o futebol e, desde pequeno, nutria o sonho de ser um jogador profissional. Salvador era uma cidade bem próxima. “Quem sabe não terei uma chance ali, já que é tão perto”, pensava, mas como não sabia conciliar o tempo de estudos, trabalho e lazer, acabei sendo reprovado na 7ª série, em 1987. Mesmo assim não esquecia o futebol, era a minha paixão. Em dezembro de 1988, meu irmão, que já estava em outro internato da rede adventista de ensino, que fica em Engenheiro Coelho (SP), há dois anos, propôs-me novamente um convite: estudar nesse colégio em que meu irmão Urbano estava, um lugar maior e com mais opção de crescimento. Eu, bem... Eu só pensava que estaria bem mais perto de um grande clube de futebol.

O sonho de ser um jogador de futebol ficou para trás, mas mesmo assim eu não tinha maiores aspirações nos estudos, tanto que reprovei a 8ª série, mas como tinha um bom relacionamento e dava conta das minhas responsabilidades extraclasse, não perdi a bolsa de estudos. Com mais essa chance, resolvi estudar mais e brincar menos, sendo assim, no ensino médio, passei por todas as séries, sem dificuldades. Terminei o ensino médio com 23 anos de idade.

Nos dois colégios que estudei, para compensar a parte financeira, pois não tinha condições de pagar, eu trabalhava na área pecuária, tirando leite das vacas e cuidando das mesmas. Aprendi muito com esse trabalho, por isso muitas vezes até ajudava o veterinário a fazer algumas cesarianas. O colégio oportunizava a execução de algumas tarefas manuais às pessoas que não tinham condições financeiras para custear os estudos. Essas tarefas se resumiam em monitoria no residencial, monitoria com os professores, telefonia, secretaria, atividades de campo, limpeza, jardinagem, manutenção, etc. Com essas habilidades desenvolvidas, ao terminar o ensino médio, em 1993, como Técnico em Contabilidade, não fui trabalhar em um escritório, fui convidado a permanecer trabalhando no colégio como funcionário, na pecuária. Em 1994, na cidade de Limeira (SP), comecei o curso universitário de Ciências Contábeis, afinal eu havia feito Técnico em Contabilidade. Não me adaptei ao curso devido à necessidade de acordar muito cedo para o trabalho, 3h da manhã. Chegava muito

cansado para as aulas e não tinha disposição para estudar. Acabei desistindo do curso. Fiquei o ano de 1994 sem estudar. Em 1995, por não ter o curso de História naquela cidade, uma matéria com a qual eu me identificava, prestei vestibular para o curso de Geografia, outra matéria de que gostava muito e com a qual me identificava durante o ensino médio. Passei e comecei a estudar.

No mês de maio daquele mesmo ano, recebi uma proposta de outro internato da rede, agora em Minas Gerais, na cidade de Lavras, para cuidar da parte de pecuária do mesmo. Como já tinha uma boa experiência, resolvi aceitar e com isso acabei desistindo do curso de Geografia. Em junho, ainda no mesmo ano, mudei-me para a cidade de Lavras.

Em 1996, prestei vestibular na cidade de Três Corações para o antigo curso de Estudos Sociais. Passei e comecei as aulas, mas por ser em outra cidade, distante 80 km, estava muito desgastante, mesmo assim persistíamos. Persistíamos porque era eu e mais um amigo, que fazia o curso de Administração de Empresas. Em um determinado dia, ao nos dirigirmos para a faculdade, na rodovia, o carro em que viajávamos bateu na traseira de um caminhão. O cansaço e os perigos da estrada me fizeram desistir do curso no meio do primeiro semestre.

Em julho de 1996, o diretor do colégio me propôs assumir as aulas de Educação Física. Para me convencer, ele se apoderou do seguinte argumento: “Como você gosta muito de esportes e está sempre com os alunos, você vai se dar muito bem, tem um grande potencial para ser um bom professor”. Acabei aceitando. Ele disse que teria um vestibular no fim do mês no Instituto Presbiteriano Gammon, na cidade de Lavras. Assim prestei o vestibular para Educação Física. Hoje, fico pensando como o gosto pelo esporte, nesse caso o futebol, foi determinante para a escolha do curso e, por que não dizer, o sucesso profissional? O esporte é algo que sempre andou ao meu lado, uma dependência, uma parte de mim. Comecei a dar aulas antes mesmo de entrar na faculdade, pois as aulas do colégio começaram uma semana antes das aulas da faculdade. Quero fazer menção ao nome do professor Eduardo Campos, que me deu aulas de Educação Física no ensino médio. Por ser um excelente professor, ciente de sua responsabilidade e de como a educação pode transformar vidas, não deixava o seu trabalho a desejar, realmente nos ensinava, “não rolava a bola” (termo conhecido entre alguns professores). Resultado de tudo isso: comecei a lecionar apenas com os ensinamentos aprendidos nas aulas de Educação Física do ensino médio. Sem muita didática, mas com o que havia aprendido com aquele professor, venci aqueles primeiros

meses. Muitas vezes, no início de minha prática pedagógica, eu ligava para o professor Eduardo e pedia conselhos sobre como proceder nas aulas de Educação Física e o que deveria ensinar aos alunos. Segundo Bakhtin (1997, p.321),

O papel dos outros, para os quais o enunciado se elabora, como já vimos, é muito importante. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (uma realidade em minha vida), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal.

Este professor, na minha prática, foi um dos “outros” professores que realmente me constituiu.

REFLETINDO SOBRE O PRECONCEITO

Há um momento em minha vida profissional que se mistura com minha vida pessoal. Isso veio a acontecer quando conheci uma pessoa que três anos depois se tornou a minha esposa. No ano de 2000, ela chegou à escola para cursar o 2º ano do ensino médio. Em de 2001, começamos uma amizade que passou a namoro. Começou então as minhas reflexões sobre o preconceito que ainda não havia feito parte de minha vida. Outras pessoas me contavam experiências, mas eu mesmo nunca havia passado por algo parecido.

Minha esposa é branca, de origem alemã. No início do nosso relacionamento, muitas pessoas tentaram persuadi-la a não se envolver comigo. Muitas dessas pessoas eram professores, colegas de trabalho. Em sua família também houve resistência, alguns não concordavam com tal união. Uma dessas pessoas chegou a perguntar como ela se sentiria quando, trabalhando em um banco ou em outro lugar, numa posição elevada, precisasse me apresentar como seu esposo, um “negro” diante de tantas pessoas importantes? Ariana, hoje minha esposa, foi muito forte e determinada para passar por cima de todas essas ideias, pois cresceu ouvindo frases e opiniões preconceituosas sobre os negros. Pensamentos que permeiam ainda hoje nossa sociedade. Só me contou sobre esses acontecimentos após o nosso casamento, para não me deixar chateado; ou talvez pensasse que eu terminaria o relacionamento. Eu sempre tive a autoestima muito elevada, não me sentia uma pessoa menosprezada quando não conseguia algo ou era deixado de lado pelos colegas. Sempre pensava que tudo era normal. O conhecimento adquirido ao longo da minha caminhada acadêmica fez-me perceber que não estava livre do preconceito, quando ele apareceu bem perto de mim. Hoje percebo que muitas

pessoas acham estranho o nosso relacionamento. Quando passamos de mãos dadas ou abraçados perto das pessoas, elas nos olham com admiração, como se isso não fosse normal.

Lecionei Educação Física por 15 anos para o ensino fundamental e médio, mas nunca percebi o preconceito perto de mim, talvez por ser ele tão camuflado. Na minha prática profissional, não percebi o preconceito acontecendo comigo, por ser negro. Sempre tive bom relacionamento com os alunos e colegas de trabalho, não me sentia excluído por ser negro. Mas ao buscar conhecimento para a minha profissão, comecei a perceber que ele pode ser bem imperceptível, suave, sem se expressar em atitude ou verbetes, muitas vezes na indiferença.

Anexo 2 - Entrevistas

Nome; Kênia Cardoso, 19 anos - 4º período

Qual a trajetória até chegar a universidade?

O meu pai é pastor missionário e diretor de uma auto escola em São Paulo, a minha mãe é do lar, até chegar a morar em Elói Mendes mudamos mais de 10 vezes. Sempre mudamos muito por razão dos meus pais serem missionários. Sempre estudei em escola pública a vida inteira. Em um ano estudei em duas três escolas. Os estudos sempre foram prejudicados por mudar muito de escola. Moro com a minha tia atualmente em Eloi Mendes. Trabalho desde os 16 anos, entrei na faculdade com 17 anos através do Enem.

O que sentiu quando chegou na faculdade?

Fiquei apreensiva quando fiquei sabendo que havia entrado na faculdade. O meu primeiro objetivo era entrar em uma faculdade publica, que até consegui na UFRJ, mas o meu pai não deixou por ser muito longe e o rio de janeiro ser muito perigoso, eu pensei se consegui entrar em uma universidade pública teria condições de entrar em uma particular e conseguir o Fies. Ai comecei a procurar faculdade perto de Elói Mendes, mas eu não tinha feito nenhum vestibular, pois pensava que o meu pai não tinha condições de pagar a mensalidade. Então nem prestei vestibular, pensei em fazer só o Enem. Se não passasse no Enem, eu iria arrumar um emprego que ganhasse melhor para pagar a faculdade. No outro ano eu tentaria novamente. Até então eu não tinha pesquisado nada, mas ai em dezembro quando vi que a nota tinha sido alta no Enem, ai comecei a pesquisar e descobri que em varginha tinha duas faculdades com o curso que eu queria, a Fadiva e a Faceca. Ai eu pesquisei melhor qual tinha a maior nota no MEC, ai era a Fadiva que tinha a maior nota no mec, eu fiquei com medo da nota ser muito alta, ai comecei a orar, orar igual louca, nosso Deus, orei demais, ai consegui e passei em terceiro lugar pelo Prouni, comecei a estudar de manhã agora estou estudando a noite. Quando fiquei sabendo que eu tinha passado, foi uma alegria imensa, um sonho realizado, a alegria da família o orgulho da casa, o meu pai ligou pra todo mundo, a minha vó ficou feliz, agora os meus primos se espelham em mim. Mas pessoalmente foi

a conquista de um objetivo, eu não imaginava que iria conseguir tão fácil, não foi tão fácil, porque estudei muito, mas foi rápido, afinal consegui com dezessete anos.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou esta buscando?

O meu pai já tem o ensino superior de teologia, os meus primos ainda estão no ensino médio e se espelham em mim, a minha mãe não tem ensino superior. Eu tenho um irmão com 13 anos.

Você já sofreu preconceito por ser negra ter descendência negra?

Às vezes acho mais difícil para conseguir um emprego onde almejo, por exemplo, quero conseguir um estágio, vou em um escritório, tem gente que não dá, talvez seja pela cor da pele, não sei, talvez seja pelo meu jeito, não sei tem gente que fica com um pouco de complexo, agora aqui na faculdade não, se foi, foi muito sutil que nem percebi, agora para conseguir um emprego fica muito mais difícil.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não?

Isso entre uma loirinha do olho azul e eu com certeza vão escolher a loirinha, combina mais com meu curso, eu acho.

E você teve vários momentos de procurar emprego?

Então, eu tô procurando estágio né, eu trabalho né, sou operadora de telemarketing e eu tô procurando estágio é complicado né, e quando eu acho não é remunerado e os estágios que eu quero tá bem longe de eu conseguir.

Qual o motivo da escolha do curso e da universidade?

Bom, quando eu comecei desde que me entendo por gente, eu queria fazer ou jornalismo ou direito, aqui perto não tinha jornalismo, aqui tinha direito, tinha duas faculdades de direito, são muito boas, então eu escolhi direito, não por falta de opção,

até tinha se eu fosse para fora, mas eu prefiro ficar aqui e estou gostando muito do curso e a faculdade, eu escolhi pois estava com uma nota melhor no MEC nesse ano, no ano que eu entrei, 2013, ela estava com uma nota cinco (5).

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Eu sabia que ia entrar pelo Prouni, mas não sabia direito que tinha esse negocio de cotas, ai primeiro eu me inscrevi pela ampla concorrência. Ai depois eu fui ler lá embaixo ai tinha se você é negro pardo ou indígena, tinha a opção lá. Ai eu cliquei para ver, ai lá tinha nota mais baixa, ai que eu fui descobrir, fui pesquisar o que era, por que eu nem estava sabendo, porque na escola eles te preparam falam o que você vai fazer direitinho, como você vai fazer no Fies, Prouni, mas ninguém nem citou cota, não foi citado na escola que eu estudava, ai eu nem imaginava, ainda bem que li, ai eu fui pesquisar ai gostei da ideia ai eu coloquei lá. Só que era menos vaga, mas não é todo mundo que se encaixa, então fica mais fácil, já elimina bastante gente.

Você acha que como você não sabia, não tinha essa informação, muitos também não teriam essa informação?

Com certeza não, as vezes em outras escolas até explicava, eu que não prestei atenção porque tinha comercial falando e eu nem prestei atenção.

Com tem sido sua vida universitária, como esta sendo a sua vida?

Hahhh me abriu os olhos, antes eu não sabia muita coisa do que eu sei agora, adquiri maior conhecimento, tô podendo ajudar tô ainda no quarto período, falta muito pra mim, mas o que sei eu já ajudo. Ficou mais fácil, o emprego que eu te falei, pra arranjar emprego, ficou mais fácil pra arranjar emprego depois que eu entrei na faculdade. Arranjei emprego melhor depois de ter entrado na faculdade, e o conhecimento que eu tô acumulando é bem maior, não tem preço.

Como você avalia a politica de cotas e qual a sua participação na politica de cotas?

A politica de cotas é uma porta aberta. Porque se não fosse pelas cotas ia demorar muito mais para eu entrar na faculdade, eu até poderia entrar, mas eu ia ter que trabalhar muito

mais, quando você trabalha e estuda muito, quando você trabalha em um serviço, por exemplo, em uma fabrica você vai trabalhar muito e o teu dinheiro vai todo para a faculdade, agora com as cotas não, me ajudou agora eu tenho mais tempo para estudar, eu trabalho menos só trabalho só seis horas por dia, me ajudou a entrar muito mais rápido na faculdade, se não eu ia ter que trabalhar um ano ter que juntar o dinheiro e começar a estudar, então a politica de cotas me ajudou demais, o Prouni ajuda demais, até quem não é negro ele ajuda, mas principalmente os negros porque muita gente não teria oportunidade nenhuma de estar estudando, Tá tendo oportunidade agora.

Qual sua participação nessa politica de cotas?

Então, eu tô sendo beneficiada né?!

Como você enxerga a politica de cotas, a Kelly olhando a politica de cotas?

Então, eu vejo que ela tá dando oportunidade pra quem não ia ter antes, muita gente não ia ter oportunidade realmente não ia ter mesmo oportunidade de entrar em uma faculdade, a politica de cotas foi uma chave que abriu a porta pra gente poder entrar, então independente do que muita gente fala que isso diminuiu os negros porque se tem cotas pra negros tem que ter cotas pra brancos também, mas muitos negros nem sabia que isso existia, não tinha nem esperança de poder entrar, depois de ter essa cota tipo é uma vaga reservada pra você te dá mais vontade de correr atrás entendeu? É assim que eu vejo a politica de cotas, foi mesmo uma porta aberta pra mim.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Eu vou começar pelo meu vô e minha vó, meu vô é lavrador e minha vó é domestica, são os pais da minha mãe. E a minha mãe, a minha mãe é branca, então eu sou parda né?! Mas eles são muito humildes sempre foram muito humildes. Vieram do Paraná para São Paulo e de São Paulo pra Minas. Ai aqui em Minas a minha mãe conheceu meu pai, meu pai tem uma história pior ainda que minha mãe, meu pai perdeu o pai e a mãe dele muito cedo, meu vô por parte de pai morreu em um acidente da Light no Rio de Janeiro e a minha vó morreu de eclampsia no parto do quarto filho, então meu pai com seis anos de idade não tinha mais nem pai nem mãe, ele foi criado pelos tios avós pelos tios na verdade, que eram tios avós meus. E esse avô meu ele era missionário, então eles

saíram do Chile pra vim pra cá para cuidar, ele já tinha dez filhos e ainda pegou mais três, esse avô meu pai do meu pai, ele pegou meu tio minha tia e meu pai para criar, então eles moraram um tempo no Rio, em Angra e depois eles vieram pra cá, pra Minas. Ai aqui em Elói Mendes que é a cidade que eu moro agora, os meus pais se conheceram, nisso que meus pais se conheceram eles namoraram e logo se casaram e depois de dois anos eu nasci. Ai meu pai foi morar em três corações, nessa época ele era do exercito, ele serviu treze anos no exercito, ele saiu como sargento, depois ele foi para o campo missionário, seguindo os passos do tio dele nesse caso, meu tio avô. Ai depois disso meu pai e minha mãe começou a mudar de mais, então até os seis anos de idade eu morava em três corações, a minha vida era bem mais estabilizada, meu pai era sargento, eu não estudava em escola pública eu estudava em escola particular, porque eu ainda era pequena né? Depois que meu pai trocou de profissão né, ai a gente foi morar em campo do meio uma cidade bem pequena aqui em minas mesmo, agente morou lá dois anos e eu estudei em escola publica. E eu gostei muito mais para falar a verdade de escola publica porque quando um negro estuda em uma escola particular você com certeza... eu lembro de coisas na minha infância, tipo eu era a única negra da minha sala, então todo mundo falava assim vai se lavar você tá suja, é, você tem cor de gente encardida. Ai depois disso eu fui pra escola publica, na escola publica tem muito mais gente como eu, então eu me identifiquei muito mais, ai eu estudei, depois de Campo do Meio meu pai se mudou para, depois de Campo do Meio agente foi morar em Poços de Caldas que é aqui em Minas mesmo, agente morou lá dois anos e estudei em escola publica de novo, depois de Poços de Caldas meu pai foi morar em Elói Mendes onde estou morando agora, agente morou lá um tempo, foi pra Monsenhor Paulo de Monsenhor Paulo agente foi morar em Angra, outro estado, é no Rio, depois do Rio agente foi pra Andrelândia fica aqui em minas também depois de Andrelândia agente voltou pra Angra, depois de Angra agente foi pra Poços, depois de Poços agente voltou pra Elói Mendes onde eu tô agora, então toda vida eu estudei em escola publica, eu sempre estudei... Eu conheço todo tipo de escola pública, eu conheço escola pública boa escola pública ruim, já tive falta de professor quando eu morava em Angra, lá em Angra é muito mais difícil, lá falta professor, então eu morei em Angra quando eu estava no segundo ano, no segundo ano eu fiquei seis meses sem ter professor de matemática, então do segundo ano eu quase não sei a matéria, ai quando eu fui pra Minas, aqui em Minas o ensino é muito melhor não tem nem comparação, ai aqui em Minas os meus professores fizeram de tudo pra eu pegar, até que eu peguei bem, se olhar meu histórico eu fiquei seis meses do

segundo ano estudando aqui em Minas, até que eu peguei bem, eles me ajudaram demais, eu tive aula de reforço no sábado, então eles me ajudaram muito, eu estudei em escola agrícola, que é uma escola que prepara mais, mas eu estudei em escolas muito ruins também, então eu sei muito bem o que é escola pública então, eu me considero que nessa parte eu fui muito prejudicada, mas até aqui Deus me deu graças, porque pra ter noção, no Enem não é todo mundo que passa independente de ser branco preto, se estudou em cursinho, não é pra todo mundo, tem uma quantidade de vagas, pra eu ter conseguido foi Deus mesmo, mais... Depois disso eu entrei na faculdade, ai eu entrei na faculdade eu trabalhava em uma loja, ganhava trezentos reais por mês (pausa) eu adorava (risos) achava que estava ótimo com dezesseis anos dezessete, ai eu trabalhei lá um tempo em Elói Mendes mesmo, ai eu entrei na faculdade ai minha cabeça foi mudando eu estudava aqui de manhã e conheci muita gente com muito dinheiro até então eu conhecia gente rica, mas não tão rica igual tinha aqui na faculdade. Filhos de juiz filhos de promotores e tá perto deles, até gerou um choque, eles são uns amores, eu achava hah riquinho, não, era todo mundo muito bonzinho, muito simpáticos gostei de todo mundo que estudei aqui de manhã, agora estou estudando a noite, a noite todo mundo trabalha e estuda então é o pessoal mais. Aqui de manha é mais a elite e a noite é mais povão mesmo, me identifiquei bastante também, ai aqui de manhã eu conheci uma menina, que me arranhou esse emprego onde estou agora, ai então se não fosse nem a faculdade eu nem ia tá no meu emprego agora, e eu tô a procura de estágio, também quero poder começar a estudar e trabalhar na minha área, mas tanto conhecimento que eu tô tendo aqui, se eu não tivesse, nunca eu iria poder saber essas coisas, mesmo se eu estivesse estudando sozinha em casa, nunca eu teria o grau de conhecimento que eu tô tendo agora e eu tô levando muita coisa pra “gente” por exemplo que não vai ter acesso a um advogado tão cedo, o que eu posso fazer eu ajudo, se eu não sei eu pergunto pro meu professor e o meu professor me ajuda, me dá até uma consulta grátis, e eu levo pras pessoas que estão precisando mais e até depois que eu formar eu pretendo ter um emprego muito bom, fazer jus a isso tudo que é difícil, não é fácil ter que trabalhar e estudar, mas eu pretendo ter um emprego muito bom, mesmo tendo um emprego muito bom quero ajudar todo mundo da melhor forma possível. Eu até entrei em um projeto para ajudar as pessoas que precisam, mas no momento eu dei uma parada, pois estou sem tempo, mas pretendo voltar em breve, porque tem muita gente precisando só que não sabe nem correr atrás. Tem pessoas que procuram advogados, mas muitos advogados não tem paciência, então eu procuro ajudar.

Na escola particular você disse que os colegas mexiam com você, você naquela época já achava que era preconceito ou não?

Eu já sabia desde aquela época, eu chorava pra não ir para a escola, eu falava mãe eu não quero voltar. Eu apanhava das crianças, então crianças geralmente quando é menorzinho assim eles já são malvadinho assim, ai, eu era meio bobinha assim e então as crianças pintavam e bordavam comigo, agora, então eu sempre sofria eu sabia que eu estava sofrendo eu sabia porque eu estava sofrendo, meu cabelo era bem cacheado e bem volumoso, o pessoal me chamava de arvore (risos) então eu já sofri bastante com o preconceito quando eu era menor, mas depois que, depois que a gente cresce a gente vai se aceitando , vai se aceitando linda, a gente vai se achando muito inteligente, então meu pai e minha mãe sempre trabalharam muito isso comigo quando eu era pequena e eu estudava em escola particular nessa época, eu não me aceitava do jeito que eu era porque ninguém... As crianças e até o professor não me aceitava, as vezes o professor via que tinha gente judiando eles não ligavam muito, então eu vou trazer essas marcas pro resto da minha vida, eu espero que os meus filhos não sofram tanto quanto eu, eu acho que agora não tem mais isso, se tem é menos que tinha naquela época em que eu estudava porque... é muito ruim é muito degradante e agora eu acho que as cabeças das pessoas estão se abrindo mais porque eu vejo meus primos, eu tenho primos moreninho também, a maioria é branquinho, mas os que tenho mais moreninho não vejo falar que sofreram as coisas que eu sofri não, mas meu pai sempre falou que ele sofreu muito no colégio também.

Você hoje se aceita do jeito que você é? Que você tem a sua beleza do jeito que você é?

Sim, agora eu vejo, quando eu era menor eu não via, eu achava que só as meninas branquinhas eram bonitas e eu era feia, que meu cabelo era horrível, agora não, agora eu vejo, eu me aceito muito mais do que eu me aceitava antes, e agora depois da faculdade eu me aceito mais ainda, porque antes eu ainda pensava assim eu não vou conseguir chegar à faculdade. Por exemplo, quando eu estava no segundo ano nem o professor de matemática que eu tinha achava que eu não ia conseguir, eu me aceitava como uma mulher, mas eu não me aceitava, intelectualmente eu me achava inferior as outras pessoas que estudavam em outras escolas melhores do que eu. Agora não, agora eu vejo todo mundo de igual pra igual eu posso andar de cabeça erguida e saber que eu sou igual a todo mundo, que eu não sou melhor do que ninguém, mas também ninguém me diminui.

Nome: Ana Gomes, 22 anos 4º ano

Qual foi sua trajetória até chegar na universidade?

Eu passei por duas escolas, estudei em escola particular foi com bolsa, por isso entrei no Prouni, tenho descendência negra, meu vô é negro a família inteira é negra por isso optei pelas cotas. (tem a pele branca e cabelo liso)

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Conhecidos da família me indicaram a universidade ai eu pesquisei gostei e por isso vim pra cá (Fadiva)

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Eu fiquei sabendo até pensei que eu não poderia entrar, só que mediante o Enem entrei no site do Prouni e nas alternativas lá constava por cotas, negro, pardo, índio, acho que tinha amarelo e eu optei por pardo (você não teve essa informação na escola?) de professor não, tinha amigos lá que me informou, tinha uma amiga que tinha entrado pelas cotas do Prouni e me disse, ai eu coloquei

Como tem sido sua vida universitária?

Boa até, assim, um pouco complicada porque trabalho, desde o primeiro ano trabalho como estagiária, sempre busquei aprender sobre o direito, mas até hoje, boa. (sempre fez estágio em escritório de advocacia?) Isso... eu comecei desde o primeiro ano sem remuneração no Procom da minha cidade depois eu fui pro fórum, trabalhei dois anos na secretaria e agora estou trabalhando dois anos no escritório.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Bem complexo né? Eu acho que nem eu sei se eu tenho uma posição sobre isso né, eu acho que tem duas vertentes porque entra o preconceito que fala que as cotas já é o preconceito, eliminando a pessoa da sociedade, eu acho que deveria ocorrer uma fiscalização melhor disso, acho que tem benefício sim e pra mim foi muito bom, eu defendo a política de cotas, eu só acho que deveria ter uma fiscalização melhor.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou esta buscando?

Eu tenho alguns tios que tem o ensino superior e um primo que está buscando também, eu não tenho irmão.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Não, nenhum, nunca sofri.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Sim, com certeza, eu acho que melhorou muito, mas eu acho que até hoje existe esse preconceito. O preconceito está embutido, não é transparente. (Você acha que é referência a cor da pele?) sim, o que acho horrível. Mesmo não tendo a pele negra, a entrevistada acha que a cor da pele é um referencial para conseguir ou não um emprego

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Eu tive uma infância muito boa, sou filha única o que facilitou muito meus pais me proporcionar uma vida até boa, com muito trabalho e eu sempre fui muito dedicada, hah acho que é isso... (Você falou que você estudou em escola particular, você sempre estudou em escola particular?) Não, eu estudei desde as séries iniciais até a quinta série, o sexto ano em escola pública ai depois eu fiz do sétimo ano até o terceiro ano do ensino médio em escola particular.

Nome: Cristina Silva, 20 anos - 3º período

Qual foi a sua trajetória até chegar à universidade?

Eu comecei estudando, tudo, desde o pré, não foi aqui não, foi em Bom Sucesso que é a minha cidade natal, o ensino lá é um ensino de ponta as escolas lá, as escolas municipais tem um ensino muito bom, a minha base e a dos meus irmãos quando a gente veio pra cá a gente entrou na mesma série, que era para seguir normal, só que a nossa base era diferente daqui, quando eu vim pra cá eu fui estudar no Fábio Sales, lá eu não tinha tanta perspequitiva de fazer uma faculdade não, era uma escola pública, lá tinha apelido de Carandiru, para você ter noção, tinha professores ótimos, mas, que infelizmente a escola não tinha uma base, a escola não tinha uma estrutura até (aqui podemos evidenciar que quanto ao nível da escola os alunos chega a comparar com **um** presídio) pela quantidade de aluno que tinha lá, tinha dia que tinha tanto aluno, que tinha que sentar dois em uma cadeira, lá não tinha muita perspequitiva não, até que foi indo, até que chegou na oitava série, uma professora que eu gostava muito, chegou pra mim e perguntou, Amanda venha aqui, me responde uma pergunta, você tem vontade de estudar? O que você vai fazer quando terminar o ensino médio? Chega no ensino médio

todo mundo acha um máximo né, aquela coisa toda. Ai ela perguntou pra mim o que eu ia querer da minha vida depois, eu nunca tinha parado para pensar o que ia acontecer da minha vida depois, foi ai que eu pensei, lá eu conhecia a escola inteira, todo mundo se conhecia, estudei lá desde a minha segunda série e são as mesmas salas, então você começa a criar um vinculo ali, o pessoal geralmente mora nos bairros, assim você conhece a escola inteira e vê que nem todos tem comprometimento com o ensino. Ai eu resolvi mudar de escola, vou cortar um pouco, porque a minha solução para tentar mudar de vida foi essa, ai eu fui para o industrial, chegando lá eu mudei um pouco minha perspequitiva, falei, não, vou fazer uma faculdade, minha intenção era entrar na particular mesmo, só que chegou no terceiro ano, conversando com uma professora minha, nó uma professora inteligentíssima, professora Andréia, uma pessoa excepcional, ela veio e me falou porque eu não tentava uma pública, eu tentei a Unesp, a Unesp eu não passei por décimos, ai eu desanimei um pouco, aí eu pensei, vou tentar o Enem, eu já tinha tentado o Enem mas não tinha jogado minha nota pra lugar nenhum não, isso foi em 2011, eu tinha acabado de sair do ensino médio, ai em 2012 fiz o Enem e joguei minha nota pras bolsas e joguei pra Fádiva e Faceca, Faceca eu não consegui mas eu cheguei a fazer o vestibular de lá, no dia que eu estava indo fazer a matrícula eu consegui a bolsa na Fádiva uma bolsa parcial em 2013, vim fiz a matrícula e comecei, ai em 2014 no meio do ano consegui uma bolsa remanescente integral com a nota do Enem novamente

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Bom, direito aqui em varginha pela facilidade de acesso e não ter tanto gasto como pra fora, a área que se aproximava do que eu gosto era direito, só que vou ser sincera com você, entrei na faculdade sem saber o que ia ser, bom vou ver o que vai dar, chegou no primeiro ano as matérias era basicamente história, história do direito a área de sociologia, a área de humanas, bem, gostei disso aqui, me identifiquei porque era as matérias que sempre gostei. Eu não tinha tanta certeza, não era uma coisa que eu sempre pensei, vou fazer direito. Ai comecei a gostar e minha escolha foi mais ou menos assim, ai consegui a bolsa, ai falei vou fazer para não ficar parada no tempo, ter uma mudança de vida, e a universidade eu mandei pra cá e pra Faceca, aqui eu consegui a bolsa, inicialmente eu mandei pra Faceca por que meu irmão tá formando lá, só que consegui a bolsa aqui e vim pra cá

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Hahh tá, olha, mesmo no início assim sem ter muito comprometimento com a escola, eu sempre estudei, eu sempre estudei assim, as coisas que me interessavam e isso é uma coisa que me interessa muito, as cotas raciais, a posição do negro na sociedade, a posição do indivíduo de baixa renda mesmo, isso sempre me interessou, eu sempre gostei de estudar sobre isso, eu sempre gostei de ler sobre essas coisas, eu sempre soube das cotas raciais e as cotas de indivíduos de escola pública que era onde eu me enquadrava, eu era oriunda de escola pública e sou negra, foi assim que eu tomei conhecimento sempre mandei, todas as opções minha ou era cotas raciais ou era oriundo de escola pública (**você teve alguma informação na escola?**) tive, principalmente com a professora Andréia ela não se prende só com o que tá na grade, ela puxa o aluno sério mesmo, ela influenciou muito no que eu escolhi, ela sempre me ajudou principalmente quando ela soube o que eu ia fazer. Eu tive muita ajuda dela sim.

Como tem sido sua vida universitária?

Corrida, muito corrida, mas ó, você pegar ali as suas notas no final do semestre e ver que fechou algumas matérias ou quase fechou, é muito gratificante, o conhecimento que abre é imenso. (a universidade) Abre uma porta que você olha e fala onde estava esse mundo que eu não vi, independente da graduação ela abre um nível de conhecimento, se o indivíduo quiser buscar o conhecimento ela abriu o caminho certinho para você seguir.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Eu sou a favor das cotas raciais e oriundos de escola pública, como estávamos conversando antes, se você pegar uma sala aqui da faculdade, se tiver realmente dois negros não os que se consideram, realmente o que é negro, se tiver dois negros dentro da sala, nessa faculdade aqui é capaz de você achar aqui no máximo umas quatro salas, se tiver dois, umas quatro salas que tiver dois que realmente são negros, não os que se consideram, é muito. Hoje em dia tem uma discussão muito grande em volta desse assunto, porque, não é porque é negro que ele tem que passar na frente, mas não é isso, você tem que voltar lá atrás para saber o motivo das cotas e isso eu fiz, eu não discuto tanto assim porque as vezes a pessoa não aceita a opinião então eu deixo quieto, mas eu penso da seguinte forma, as cotas não é uma forma de privilegiar o negro hoje, é uma

forma de compensar, na minha opinião o que foi feito com ele lá atrás, porque hoje você pode pegar dez pessoas bem sucedidas, mas bem sucedidas mesmo, tira o Joaquim Barbosa porque as pessoas vão falar, o cara é excepcional, inteligentíssimo, subiu na vida e mostrou que o negro é capaz, mas vamos pegar dez pessoas que estão na mídia, você não vai achar, você vai achar aquele que diz eu sou negão na brincadeira, mas não é, você vai ver o negro sempre ficou na margem da sociedade, ele sempre foi marginalizado, independente, é isso, se você pegar a mesma pessoa dependendo de onde ela estiver ela vai ser tratada de um jeito, dependendo da roupa que ela tiver ela vai ser tratada de outro jeito, isso ai é visível, é mentira, é muita falsidade quem disser que não tem essa distinção hoje, porque o preconceito o racismo ele existe, hoje ele é velado, antes ele era exposto, hoje ele existe, ele existe no olhar torto, quando eu entrar num lugar eu sentir os olhares, isso ai é normal, você pode perguntar pra qualquer um, não é sempre mas dependendo do lugar que você vai você senti uns olhares assim pra você, tipo porque que tá aqui?! Isso ai eu senti, tanto que primeiro, olha só, na minha singela opinião, as cotas ela vem pra mostrar que o negro não tá marginalizado não, só que eu acho que as cotas não vão resolver o problema, que o problema não tem que resolver só dos negros, não só dos oriundos de escolas públicas, daquela minoria, daquela porcentagem pequena, tem que resolver num todo, eu acho que ao invés de ter cotas, deveria ter uma base educacional melhor, porque tendo uma base educacional melhor você vai dar oportunidade pra todo mundo brigar de igual pra igual com uma escola particular de ponta como o Marista (escola particular de Varginha) porque dentro das federais, não tem muitos negros.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou esta buscando?

Tem meu irmão que está formando forma esse ano, esse período agora em direito também, na minha família toda, nós dois somos os únicos que buscamos uma graduação, minha irmã está fazendo o técnico, o resto da minha família, ensino fundamental completo ensino médio incompleto.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

É como eu te falei, é velado, é velado, mas você sente, você senti sim. Minha mãe era doméstica diarista e dependendo da casa que ela estava, quando ela nos levava, a gente

sentia uns olhares assim meio capengando pro teu lado, é velado porque hoje tem muito medo de falar o que pensam. Se você ver uma conversa em particular entre duas pessoas que compartilham da mesma ideia sobre o negro se deixar um gravador entre duas pessoas que compartilham da mesma ideia, você vai ver o que realmente pensam.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Eu fui contratada para trabalhar no centro regional de reabilitação do hospital. No caso, hoje eu estou cumprindo aviso prévio porque recentemente eu resolvi pedir demissão, o que acontece, eu estou lá trabalhando de recepcionista neste setor do hospital desde 2012. Lá passou muita gente trabalhando neste setor, é um setor que atende 106 municípios, com concessão de próteses, cadeiras de rodas motorizadas, tudo via SUS, tudo público, de graça para a população, são 106 municípios que a macrorregião daqui atende. De todos que estavam lá, tirando a equipe profissional que faz atendimento aos pacientes, eu era administrativamente a mais antiga, então eu consigo lá todo o domínio da parte administrativa devido a experiência que eu tinha de lá, veio uma nova coordenadora, aí eu ajudei ela aí ela saiu de férias, por isso eu falo o racismo o preconceito hoje ele é velado, eu tive a prova agora em setembro. Ela saiu de férias, ela pediu para eu substituir ela nas férias, eu aceitei tudo bem. No primeiro dia de substituição, algumas pessoas começaram a dar indireta, deram a entender, como uma simples recepcionista virava coordenadora de lá, assim, eu tenho conhecimento, eu sei fazer o serviço, então, qual o motivo dessa negação de não poder? As coisas que eu escutei lá no mês de setembro me fizeram pedir demissão, que eu falei, eu não preciso, independente de ser um emprego bom e eu não puder trabalhar, que tem vários benefícios, independente disso, eu não preciso aguentar, eu não me senti menosprezada, mas mesmo eu sabendo que eu não me senti menosprezada, e não sentindo, a gente fica magoada, a gente sente um pouco de raiva que agente sabe o fundo dessa negação, era como se eu fosse uma simples recepcionista, você é uma simples recepcionista, não passa de uma recepcionista e você não precisa crescer, fica onde você tá. Tirando a grosseria que foi falado, foi bem dizer isso.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Muito boa, tenho uma família estruturada, meu pai sempre foi presente, tenho muitas amizades, tenho bons amigos, que eu me lembre, fora aquele preconceito velado que existe no dia a dia, que todos nós sabemos, a minha vida tem sido muito boa, é isso.

Nome: Roberto Santos, 22 anos - 8º período

Qual foi sua trajetória até chegar à universidade?

Minha origem é de família de renda baixa, tenho mais dois irmãos, estudei em escola pública, no ensino médio estudei no instituto federal, depois que me formei fiquei trabalhando no instituto durante dois anos como terceirizado e depois entrei na faculdade com meia bolsa e no final de dois anos consegui a bolsa integral, estudo a noite.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

O motivo do curso a ser escolhido foi direito, por ter conseguido passar no vestibular primeiro e por ter conseguido a bolsa e por ter a faculdade perto de casa por morar em Carmo da Cachoeira.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

A princípio quando fui fazer a inscrição vi que havia a opção de se inscrever pelo processo de cotas. Para cotas tinha geralmente um número bem mais reduzido, as pessoas acham que é mais fácil, eu acredito que por ser por cotas a concorrência é bem maior, e como eu me enquadrava em duas qualidades que era de escola pública e ser de descendência negra. Mas a princípio eu achava que não iria conseguir pela quantidade de concorrentes, mas consegui.

Como tem sido sua vida universitária?

Meu convívio na faculdade tem sido bom, fui bem recebido, a adaptação do local a estrutura foi bem tranquila, estudo anoite tenho um bom horário de estudo não tenho que queixar algo específico. Tem problemas mas, que se encontra em qualquer lugar. Agora quanto a minha dedicação ao estudo em dois períodos a parte da manhã das 8h às 15h e a noite das 19h às 22h 35. Não trabalho por fazer algumas matérias durante a manhã e eles não contratam em meio período.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Quanto a política de cotas, no ensino médio alguns professores deixavam em nossa mão para tomarmos uma posição, muitos colegas, diziam que a princípio não resolvia, que a

partir do momento que você dá cotas para negros indígenas etc, você está gerando uma desigualdade pois estamos tratando como se ele não tivesse capacidade, mas no direito existe um princípio que diz que se deve tratar os iguais com igualdade e os desiguais na medida de suas desigualdades, bem não vamos ser hipócritas de dizer que os negros não foram maltratados como algumas outras sociedades, as há muitas outras pessoas competentes, não pela cor ou raça, mas se o governo a princípio se importasse de verdade e fundamentasse a qualidade do ensino não só no pós mas desde a base, eu creio que seria mais fácil. Um exemplo que eu vivi na pele quando sai da escola pública (Ens. fundamental) e fui para o federal (ensino médio), totalmente a proporção de investimento e cobrança era muito grande. Logo que eu cheguei uma professora me disse João, quando você chegou eu achei que você não ia dar conta só que eu superei, superei as expectativas, assim como muitos outros. Pessoas do Brasil todo com bases diferentes, alguns teve dificuldades e outros tiveram facilidade. Meu ponto de vista, se o governo não tem como mudar a base disso, claro deve sim é um direito é uma oportunidade que eles devem ter, que realmente tem muitas pessoas que não tem condições que deve ter. claro que se for olhar assim pelo histórico muitos não teriam oportunidade, muitas pessoas que merecem não teriam a oportunidades a mesma oportunidade que as pessoas que saem da escola particular, eles têm oportunidade e os outros não. Quanto a questão de oportunidade eu sou a favor, e a minha participação eu tô me beneficiando sim. Eu posso dizer que eu tive a oportunidade tanto pela descendência quanto pela escola pública. Mas eu sou, posso dizer que eu tive oportunidade, não que eu venha cuspir no prato que eu comi, mas acho que são critérios que devem ser observados.

Você é a única pessoa que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Na minha família eu não sou o único que estou buscando o ensino superior tem a minha irmã que está buscando. Porém ela não tem bolsa do Prouni mas ela tem uma outra modalidade de bolsa que é a educa mais Brasil que ela conseguiu 50%. Mas depois que eu consegui os 100% que ela se fixou na faculdade, porque antes que ela se fixasse na faculdade meu pai pagava a minha. Meu pai ele fez um curso técnico de magistério e a minha mãe só fez até a sétima série.

Você já sofreu preconceito por ser negro (a) ou por ter descendência negra?

Olha, quando pequeno sim, mas depois de uma certa idade não. Analisando hoje e eu fico até brincando porque eu não me enquadrava nem no grupo dos brancos nem no grupo dos negros. Por questões financeiras sempre tinha o grupo que os pais faziam mais à vontade e eu que não tinha a oportunidade de chegar e falar pai eu quero isso e no mesmo dia consegui, nós tínhamos muitas privações, eu fui acostumado assim, primeiro peça a Deus ou faça por merecer ou seja corra atrás.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Bom isso é dependente da região, eu tenho um primo ele é branco que morou no Rio Grande do Sul e depois ele morou três meses no EUA a trabalho. Conversando com ele disse que lá sim existe preconceito o pessoal fala que não, mas existe sim. Inclusive que na empresa que ele trabalhava só tinha pessoas brancas você não via pessoas negras. Agora vindo aqui para a nossa realidade já vi pessoas negras em cargos elevados de importância, foram poucos, geralmente pessoas de descendência negra, não sei se isso tem alguma relação ou não mas eu vejo mais na área de produção ou mais pesado são poucos que eu vejo, não que isso faça uma diferença mas eu vejo assim muitas pessoas que tem descendência negra elas, não que sejam conformadas mas elas tem aquela mentalidade ... só que eu sou negra porque sou pobre elas não consegue mostrar eu posso que eu vou ser alguém. Tipo se colocam com inferior.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Desde a minha infância passei por muitas privações, nunca passei por muitas necessidades mas foi uma infância justa, como sempre me ensinou meu pai é que você quer você pode desde que você faça por merecer e corra atrás porque nada nessa vida que é correto vem de mão beijada geralmente que quando vem você deve ficar meio duvidoso. E assim tive a oportunidade de sair da minha cidade a sete anos atrás para fazer escola agrícola e fui, reconheço que infelizmente não aproveitei o quanto devia tanto por infantilidade e por bobeira, por medo eu sempre fui receoso de fazer as coisas e batalhei assim o que pude corri atrás das oportunidades que eu tive e que eu soube aproveitar aproveitei e tô aqui ,pretendo não parar só no curso quero me estruturar quero fazer o tronco da minha vida com o direito mas também pretendo abranger mais algumas áreas afins, ou se algum, futuramente tiver mais algumas oportunidades poder dar uma diversificada também.

Nome; Jeferson Campos, 20 anos_ 4º período

Qual foi sua a trajetória até chegar na universidade?

Eu cresci num bairro simples nunca passei necessidade de nada, nunca tive uma vida rica sempre foi assim meu pai e minha mãe empregados trabalhavam em fábrica de costura, nunca tive sobrando mas também nunca tive faltando nada. Sempre estudei em escola pública, no geral eu nunca fui uma pessoa que gostava de estudar eu era um cara que gostava muito de ler. Sempre li muito livros de literatura, eu sentava no fundo da sala e ficava lendo enquanto o professor estava dando aula. Nunca prestava atenção e muito por esse motivo eu tinha uma interpretação boa interpretação de texto muito boa e por esse motivo e por gostar de ler eu escolhi o curso de direito e também porque hoje isso me... eu já perdi um pouco disso de querer mudar a sociedade, porque você vai

vendo que ficou um pouco mais difícil né a gente vai ficando mais adulto vai percebendo a realidade, mas esse foi um fator que pesou também.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Bom, do curso foi esse, da Universidade, eu sou natural de Formiga no ano de 2013 minha família teve que mudar para Guapé por uma oferta de emprego agente estava passando por um aperto financeiro e agente teve que fazer isso e eu tinha duas opções eu fazia em Formiga que tinha uma faculdade muito boa de direito lá também tanto como a daqui ou eu fazia aqui ou eu fazia em Arcos todas as três muito boas Puc, Unifor ou aqui na FADIVA. Porque ficou uma parte da minha família em Formiga, digo assim, vó, tia, então eu tinha essa opção então eram essas três opções que eu tinha, eu escolhi vim pra cá, pelo fato de oferecer o Prouni e porque eu queria ficar perto da minha família também. Mas não foi só isso eu pesquisei bastante na internet, e essa faculdade aqui tinha boas referências e uma coisa também que pesou e que eu comparei essa aqui com outra faculdade de direito que tem aqui e isso já quando eu fui me inscrever no Prouni e as notas que estavam mais altas então eu pensei assim há essa deve ser a melhor né, eu já sabia disso mas foi mais um fator.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

A gente sempre fica sabendo, mas de qualquer maneira quando você entra no processo seletivo lá no site, tem lá cinco opções, são lá cinco ou seis opções, não sei, cota para escola pública cota racial, as duas juntas, enfim, aí eu me inscrevi como pardo, muitas pessoas brincam comigo que eu não sou pardo sou branco mas eu sinceramente me considero pardo, a maioria dos brasileiros são pardos, grande maioria. Mesmo quando as pessoas brincam comigo eu não fico chateado ofendido. Além de eu achar que eu realmente sou pardo, eu acho que sou uma pessoa que precisa dessa bolsa se não fosse essa bolsa eu não estudaria, porque eu moro aqui sozinho a minha família mora lá em Guapé, eu mudei pra cá já, enfim eu que me sustento aqui com um estágio de seiscentos e cinquenta reais é tudo que eu tenho, tudo, as vezes a família ajuda aqui e ali paga uma gasolina de uma motinha que eu comprei a um tempo atrás pra eu visitar eles, entende? Mas em questão de me sustentar eu que me sustento.

Como tem sido sua vida universitária?

Eu estou achando a minha vida tranquila, assim, eu acho que tanto o curso de direito mais ainda essa faculdade não é rígida, você aprende se você quiser eu acho que é um curso muito particular, então depende muito do aluno, o professor vai te passar tudo que tem para te passar, mas aprender mesmo é você que tem que correr atrás não é nota que vai te dar isso aí.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Eu sou contra. Por incrível que pareça eu sou contra. Porque eu considero o seguinte, na verdade eu sou contra a cota racial a cota social eu sou a favor eu acho que a pessoa que ela tem menos provimento em questão de capital fica realmente mais difícil, mas a questão racial não, não tem como você pegar uma questão histórica e tentar resolver dessa maneira, a minha opinião é essa. Em questão a cota social eu tenho lá meus... eu não vou dizer que eu sou contra a social, mas eu tenho um pé atrás por que a minha opinião é de que se pôr exemplo de que se o governo não desvia tanto dinheiro, não tenha tanto imposto que a taxa de imposto do brasileiro só pesa no bolso só do pobre, o rico não sente o peso por exemplo, eu acho que se fosse tudo bem organizado, não haveria necessidade de haver cotas, a pessoa com o trabalho dela se fosse justo se as coisas fosse mais justa não ia ser necessário esse favor entre aspas pra elas.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Eu sou o segundo, eu tenho uma prima por parte de pai, a família do meu pai e até bastante grande ele tem bastante irmãos, e eu tenho uma prima, ela é formada ela formou a pouco tempo e tirando ela, sou só eu, não tem mais nenhum, dentro da minha casa sou só eu, minha mãe inclusive ela voltou a escola ela tinha feito até o primeiro ano se não me engano voltou a escola bastante tempo depois, concluiu agora o ensino médio tem pouco tempo.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Não

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Não, eu acho que a cor da pele não. Acho que a pessoa olha o jeito, é vou usar um termo bem popular aqui, se a pessoa tiver jeito de malandro seja negro ou seja branco ai isso as pessoas olham.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

É foi o que eu falei no início, apesar de quê uns cinco anos atrás minha família ter passado por um aperto financeiro, mais nada tão preocupante também, mas eu desde sempre eu fui mais, eu fui bem maduro, desde sempre, então assim, eu sempre é apesar de eu não ter começado a trabalhar muito cedo, quando eu fiz dezoito anos ai eu acordei pra vida, ai eu comecei a correr atrás. Dois anos depois, agora estou com vinte, e eu acho que eu tô muito bem encaminhado apesar de ter comentado com você eu ganho

muito pouco eu vivo com o mínimo, mas de sei lá de um ano pra cá quanto mais eu tomo as rédeas da minha vida, mais satisfeito eu fico, por mais difícil que fique, eu vejo assim que o futuro é bem promissor.

Nome: Douglas Castro, 22 anos – 4º período

Qual foi sua a trajetória até chegar na universidade?

Eu iniciei na escola pública né na escola básica, no ensino médio também passei pela escola pública. É, eu me formei em 2011 ai fiquei um ano parado em 2012 e em 2013 eu iniciei através do Prouni a única oportunidade que eu tive. Então a bolsa do Prouni no início no primeiro ano era de 50% ai eu fiz o Enem novamente no primeiro ano e consegui 100% agora a partir do segundo ano eu tô com a bolsa integral.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Foi influência do meu irmão que formou em direito, ele me indicou esse curso que é um curso que em nossa região aqui não só em nossa região mas em todo Brasil gera muitos concursos né e é uma oportunidade que eu vi melhor pra mim decidi fazer direito, eu nem estava muito nessa área não eu estava mais na área de informática tinha feito o curso técnico de informática, mas eu decidi fazer direito e hoje eu tô gostando bastante. O motivo de escolher essa universidade foi por que o meu irmão estudou aqui e pela bolsa que poderia ter.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

É foi pelo meu irmão, a gente conversa bastante sobre isso e ele conseguiu também a bolsa e ele me indicou me orientou a inscrever a nota no Prouni e tentar a bolsa.

Como tem sido sua vida universitária?

Bom, tá, no primeiro ano era mais difícil que eu trabalhava, esse ano agora eu tô focando mais até porque o segundo ano agente estuda o direito mesmo propriamente dito né? e ai eu deixei o trabalho e agora eu tô focando mais tô podendo estudar mais tá bem interessante pra mim aprender mais, tá mais tranquilo, na verdade eu não tenho como me sustentar, meu irmão tem me ajudado a pagar a van e no fim de semana eu trabalho no final de semana como garçom e no meio da semana eu tenho tempo para estudar. Para ajudar no transporte alimentação. Pois querendo ou não mesmo que eu tenha a bolsa integral não é tudo, eu estou deixando de ganhar.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Eu acho que é uma oportunidade para muitas pessoas né? que não tem condição de tá ingressando, hoje já tá cada vez mais fácil de se ingressar, antes era mais difícil. Hoje já se percebe também que até a nota de corte é até menor, é há muitas críticas né? Ao redor disso até, muita gente, até, parda negra até mesmo que poderia ser beneficiada critica né? Porque vê isso como uma discriminação indireta indiretamente. Mas eu vejo como uma oportunidade não por ser bolsista não mas, ajuda muitas pessoas. Então... eu acho que é uma forma democrática até porque se avalia a nota né, o conhecimento da pessoa, então a pessoa que conseguiu uma boa nota eu acho que ela é merecedora, do conhecimento da pessoa então não seria algo tão injusto assim.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Tem meu irmão que já teve a bolsa, inclusive aqui nessa universidade.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Não. Eu não tenho descendência negra. Não nunca sofri preconceito.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Não, não é diferencial não. Eu acho que vai do avaliador também, mas acho que profissionalmente, não faz diferença não. Eu acho que o que tem que ser avaliado é a capacidade da pessoa não a cor.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Eu venho de uma família muito humilde né que infelizmente eu não vejo outra oportunidade pra mim a não ser o estudo porque a gente não tem renda assim não, minha mãe é até catadora de reciclagem e lá em casa é tudo muito simples sabe? E eu acho que se não fosse essa bolsa eu não estaria aqui estudando. É hoje tá muito divulgado, só que poucos buscam, então através dessa bolsa eu até consegui até realizar um sonho pra mim pra minha família de estudar. Só acrescentar uma crítica, assim eu sou a favor das cotas mas assim hoje infelizmente o processo de classificação em relação a cor da pele, eu acho que é um pouco falho né, por que qualquer um pode colocar la que é negro.

Nome: Denise Ferreira, 19 anos - 4º período

Qual foi sua trajetória até chegar na universidade?

Eu comecei a me preparar desde o primeiro ano do ensino médio, porque a intenção era passar em uma faculdade federal apesar de não ter sido boa as faculdades federais eram muito distantes, e minha mãe priorizava que eu ficasse aqui perto então eu ingressei na faculdade FADIVA que já era uma faculdade que minha prima fazia, e o curso de direito sempre foi desde o segundo ano, e eu tinha o Prouni na parte da manhã só que eu queria fazer o Prouni da parte da noite, porque eu tenho intenção de trabalhar e estudar, mais então eu consegui o Prouni só no segundo período.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

O curso, eu sempre quis fazer direito, é eu já gostava muito de ler identificava muito com as matérias e a universidade acho que é uma das melhores perto de Varginha. E eu já tinha minha prima como referência que já fazia também.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Eu já conhecia o projeto né, do Prouni e eu usei do benefício das cotas raciais apesar de não concordar com esse tipo de cotas.

Como tem sido sua vida universitária?

Tem sido muito tranquilo, todo curso dando certo, tenho um bom período para estudar, fiz um estágio voluntário para saber a prática.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Bom eu acho que o Prouni e o FIES ele olha pra necessidade da pessoa a necessidade de renda e já essa questão de ser separada as cotas, acho, não tem, o próprio governo ou o próprio sistema separa essa situação, acho que não tem essa necessidade, acho que a necessidade é a renda, que é a necessidade da pessoa né. Minha participação ela é muito produtiva pra mim, porque tenho 50% de desconto na faculdade e aí ajuda muito minha mãe, minha família.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Não, minha mãe já tem ensino superior e pós graduação, bom, os meus avós faleceram por parte de mãe, quando a minha mãe era muito pequena, e a minha avó paterna

faleceu quando meu pai nasceu e meu avô não tinha ensino superior. Mas, é, a família que criou a minha mãe, a maioria tem ensino superior.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Eu tenho descendência negra, e nunca sofri nenhum preconceito, sempre tive medo de sofrer esse tipo de preconceito, mas eu nunca sofri, pelo menos nunca estampado assim, ninguém nunca me falou nada e nem alguma coisa subjetiva assim... excluída nada por isso. Esse medo de sofrer é porque é um tipo de exclusão que eu acho que ninguém quer sofrer né? E hoje isso existe né a gente ver fatos constantemente de existir, mas eu não sei porque nunca sofri, acho que as pessoas que eu sempre convivi nunca tiveram isso como um problema, talvez.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Eu não sinto isso porque o estágio que eu consegui voluntário eu fiz durante três períodos e eu não conhecia ninguém pra me dar uma influência ou uma indicação, eu fui assistir uma audiência e pedir pro juiz que me desse uma oportunidade, ele me deu a oportunidade só que a pratica é proibida e a gente teve duas visitas de corregedoria ele deixou as portas abertas para voltar e fazer uma prova agora por edital, que é pra ser contratada como TJ pela prefeitura que é o meio oficial, mas não senti isso de jeito maneira até porque eu consegui indo lá buscar, então...sendo brancos ou negros, acho que depende da outra pessoa né. Mas eu acho que não teria essa possibilidade...vai muito das referencia da pessoa que está contratando né. Pode ser que sim que hoje tem muito exemplo que ainda existe essa situação racial, mas fixamente eu acredito e espero que não.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Como os pais da minha mãe faleceram cedo ela foi criada pela tia dela que é nossa família hoje e eles são demais, muito acolhedores e a minha vizinhança também é a minha família que todo mundo vivi juntos e um ajuda o outro então, meus amigos de escola sempre, sempre foram muito bacanas nunca me senti excluída nada por esse tipo, pela minha cor raça, tal, mas é... minha mãe sempre trabalhou muito, trabalhava cedo tarde noite, meu pai também trabalhava na roça, trabalha ainda, é, eu estudava e ficava na casa da minha avo a tarde, foi, talvez nada fácil, não teve nenhuma facilidade, mas muito tranquilo, em relação sempre.... A minha vida.

Nome: Andreia Fernandes, 28 anos – 8º período

Qual foi sua trajetória até chegar na universidade?

Eu trabalho desde o ensino médio, então eu demorei um pouco para conseguir entrar na universidade porque onde eu trabalhava revezava horário e eu só entrei depois de cinco anos que eu havia formado né, então tipo como eu sempre tive que trabalhar só conseguir entrar mesmo na universidade porque eu consegui uma bolsa parcial do Prouni.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Do curso é porque eu acho uma profissão muito bonita, eu sempre me interessei por leituras, mais envolvida com a área mesmo de direito, eu sempre gostei muito, e da universidade, é a FADIVA ela é específica só em direito e já é uma faculdade é tradicional já bem conhecida, então esses foram um dos motivos de eu ter escolhido a FADIVA.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Foi durante a inscrição, é, eu já tinha ouvido falar e durante a inscrição né, do, quando eu fui me inscrever no Prouni que tinha as opções pelas ações afirmativas, aí foi que eu coloquei.

Como tem sido sua vida universitária?

Boa, é corrido, porque eu trabalho o dia todo e venho pra faculdade a noite, então acaba que para fazer algum trabalho a gente tem que assistir as audiências, tem vários outros trabalhos para fazer extracurricular que fica um pouco puxado mas está sendo, eu tô gostando muito. Eu trabalho porque eu ajudo em casa e para pagar a faculdade também os outros cinquenta por cento.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Olha, eu acho interessante, facilita e ajuda muitas pessoas, não só os negros mas as pessoas carentes que só estudaram em escolas públicas, a ter uma oportunidade de ingressar no ensino superior, porque a maioria trabalha ou vem de famílias que tem que ajudar em casa e não tem como ter um bom estudo e focar naquilo, então com as cotas acaba que ajuda muito.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Não, na minha família assim que vai concluir o ensino superior, só tem eu, o meu irmão casula que terminou o ensino médio o ano passado, ele tá buscando, tá procurando, mas também tá tentando algum tipo de bolsa.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Vários, vários. Olha o preconceito eu acho que tá em todos os lugares, mas assim acaba que hoje em dia pelo racismo ter sido considerado crime as pessoas, elas, não tem aquele preconceito na cara, é uma coisa mais assim implícita, mas acaba que você acaba sentindo, percebe e acaba que você sente, mas eu acho que o preconceito tem em vários lugares. Por exemplo em uma entrevista de emprego, as pessoas questionarem a respeito de como você se sentiu alguma coisa assim e julgarem pela raça.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Eu acho que interfere, não em todos os casos, que existe pessoas que não tem preconceito e vai pela pessoa mesmo, pelos requisitos capacidade da pessoa, mas em muitos casos a pessoa olha a cor da pele pra depois olhar a capacidade, então eu acho que sim, interfere.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

É, eu sou filha de mãe solteira, minha mãe sempre fez o que pôde para mim ajudar, tenho mais três irmãos, eu trabalho desde os doze anos, tanto para complementar a renda, e pra me manter também, sempre gostei muito de estudar, mas assim, nunca tive tanta oportunidade, é eu fiz todo o ensino médio trabalhando, fiz o ensino médio a noite, e trabalhava durante o dia e ia direto para a escola, e a faculdade também, é tô concluindo o curso também trabalhei durante os cinco anos, e assim é bom pro um lado, mas assim, cansa muito, cansa demais da conta, porque acaba que você não tem uma vida social, você vive mais por conta em função, mas assim, é por uma escolha que eu acho boa, mas é um pouco cansativo, Acredito que valha a pena. *(Uma fala cheia de emoção, onde terminou chorando ao relatar a vida difícil da família e dos momentos de preconceito.)*

Nome; Pedro Souza, 19 anos - 2º período

Qual foi sua trajetória até chegar na universidade?

Sempre estudei em escola pública desde a pré escola até o ensino médio, em duas escolas diferentes em uma municipal e outra estadual, sempre tive notas boas, melhores no começo, no ensino médio não levei muito a sério, foi muito assim, fácil, não tive muita dificuldade nenhuma de passar. Quando eu cheguei no segundo ano, estava

fazendo um estágio num fórum, e estudando também, aí comecei trabalhar, resolvi fazer o Enem, fui bem no Enem o suficiente para entrar, e resolvi fazer direito.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Até mais ou menos na metade do ensino médio eu não tinha escolhido nenhum curso, na verdade eu pretendia não cursar nada. Parar de estudar e trabalhar só, quando eu entrei no fórum, como estagiário eu comecei a mudar esse pensamento e resolvi que aquilo podia servir pra mim, comecei a gostar, trabalhei um ano e meio, meio período, na secretaria criminal, gostava muito do meu serviço, sinto falta, então resolvi fazer direito, todo mundo aconselhou, deu uma boa recomendação do curso, é o leque de possibilidade que ele abre. E, a universidade, eu escolhi pelo fato de que eu moro aqui, e pela tradição de ser uma faculdade antiga e pelo nome da faculdade.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Eu fiz o Enem, aproveitei a nota pra fazer a inscrição no Prouni e procurei as vagas que tinha aqui na cidade no curso de direito que tem duas faculdades, então eu vi que aqui na FADIVA tinha algumas bolsas integrais, acabei me inscrevendo pra cá.

Como tem sido sua vida universitária?

Muito corrida, muita coisa para fazer, é alguns trabalhos que exige bastante tempo, sai e encontrar o pessoal para fazer, corrido porque eu tô trabalhando também o dia todo, mais, muito bem, melhor do que eu esperava, o curso é muito bom, e tem sim uma expectativa boa.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Eu acredito que a política de cotas é uma forma de aumentar o preconceito que já existe, por mais que eu tenha sido beneficiado com isso, é aquela história né? Se dá para entrar desse jeito, vamos fazer desse jeito. Mas eu preferi que não tivesse as cotas, eu acho que segrega mais, porque você está colocando o negro o pardo o indígena como uma pessoa inferior, que ele precisa de uma ajuda para se colocar na faculdade, mas na verdade o que eu acho, é que o governo deve oferecer uma educação igual pra todo mundo mais não do jeito que ele faz, porque por exemplo, você tem o estatuto da igualdade racial, ele é bem claro em falar, o governo deve adotar medidas para o acesso dos negros a educação ao lazer ao trabalho, e não é isso, o governo tem que adotar medidas para que todos tenha o acesso igual a educação, não porque seja negro, branco índio, não importando a origem, só considerando que seja uma pessoa.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Entre meus parentes mais próximos, eu sou o primeiro a buscar o ensino superior, tem um tio meu que é meu padrinho também que está pensando em ingressar no ensino superior.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Eu não me considero negro, nunca sofri nenhum tipo de preconceito com relação a minha cor, não acho que minha família seja de descendência negra, mais na verdade é aquela história né, eu acho que aqui no brasil não tem esse ou aquele que não tem descendência negra ou indígena, então falar que não tem é difícil, mas preconceito não.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Eu acredito que sim, eu acho que sim porque ainda tem preconceito, pelo que a gente observa, pelo que se houve, nos comentários, eu trabalho no comercio, e sempre escuto alguma coisa, então eu acho que tem um certo receio na hora de contratar um negro, não que ele seja bloqueado todas as vezes, muitas pessoas negras trabalhando, obvio mas tem um certo receio.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Olha a minha família não é rica, família humilde nunca passei necessidade de nada, mais nunca fui de ter roupa de marca tênis de marca, coisas desse tipo, até porque acho que acostumei com isso e não sinto falta também, estudei em escola pública, tenho três irmãos, família tranquila, meu pai não bebe não fuma, ninguém na minha casa tem algum vicio algum problema desse tipo, os meus irmãos estudam em escola pública, sempre tive nota boa na escola, gosto de estudar, é isso.

Nome: Belmiro Fonseca, 21 anos- 4º ano

Qual foi sua a trajetória até chegar na universidade?

Bom foi uma trajetória mais do que complicado, porque minha mãe é viciada em craque, eu não conheço meu pai, porque meu pai abandonou agente em são Paulo quando eu ainda era bebe, meu vô alcoólatra, alcoólatra ao ponto de andar sem roupa, sem roupa de cueca pra rua, minha mãe arrumou um marido que é om pai de minha irmã, que é, tinha vicio com álcool morre aos vinte sete anos de cirrose, minha irmã não teve o foco que eu tive, caiu no mundo das drogas, hoje ela tem quinze anos, está no mundo das drogas, minha vó graças a Deus foi uma referência na minha vida, porque

ela sempre foi evangélica foi um a pessoa de igreja, uma pessoa que sempre me mostrou o lado bom da vida, me mostrou o lado correto, o bom de se andar correto, não só ela mas também minha mãe, independente mente de todos os defeitos dela, ela me estimulou muito aos estudos, me estimulou a ser formado em música, porque eu sou formado em música pela oficina de música Eric Matias também, e quando eu me formei em música, quem foi me ensinando a pedir carona na rodovia foi ela, na loucura dela, ela sempre me ensinou, então com isso ela foi me mostrando...minha mãe me mostrava um lado sombrio e minha vó me mostrava um lado mais... um lado de uma vida melhor uma vida boa. Independentemente da gente ser muito pobre, então com quatorze anos eu sai de casa, fui morar com uma pessoa e durante dois anos da minha vida eu vivi um verdadeiro inferno, tudo isso porque essa pessoa me iludiu falando que ia ajudar a mudar a vida da minha família, eu pobre mãe viciada em craque, vó alcoólatra, morando numa cidade de três mil habitantes que é Olímpio Noronha, a cidade inteira falando daquilo, filho de peixe peixinho é, essa foi a frase que eu mais escutei na minha vida, filho de peixe peixinho é, sendo totalmente discriminado na escola, discriminado pela sociedade, e eu lembro de uma passagem da minha vida que eu lembro que foi quando a gente ia comprar a pedaleira da minha guitarra, eu tinha quinze anos, a gente não pode sair e pegar o ônibus que a polícia dava geral e minha mãe já estava com o atual marido dela que tem o apelido de tabajara, que é viciado em craque também, que hoje em dia vende tudo que tem dentro de casa vende tudo que tem dentro da casa dele da família dele, rouba. Vende também as coisas que tem dentro da casa da minha mãe que ele mora junto com minha mãe, a casa da minha mãe é uma casa que eu costumo dizer que não é uma casa porque é deplorável a forma que eles vivem. Tirando que não tem higiene alguma não tem higiene e aquilo é uma coisa que você olha e não consegue imaginar como uma pessoa consegue viver naquela forma de vida. E isso, isso na minha cabeça foi se tornando uma força muito grande principalmente quando eu sai de casa aos quatorze anos de idade, Eu queria voltar para casa, porque durante os dois anos da minha vida eu fui totalmente abusado, dos quatorze aos dezesseis, mas eu não podia falar nada, porque pobre não pode falar nada principalmente quando você mora em uma cidade com três mil habitantes como Olímpio Noronha e que aonde é tudo jogo, aonde , tanto é que minha irmã foi estuprada aos quatorze anos de idade por um policial militar eu já estava na faculdade foi o ano passado se não me engano e eu briguei, briguei, briguei, pergunte se deu alguma coisa? Nada. O conselho tutelar não fez nada, riram da Karen. Então isso já estava na faculdade mas pra mim decidir até chegar a uma universidade eu já tinha planejado a minha vida dentro daquele contexto daquela toda humilhação, aquilo eu já tinha falado, nunca mais eu vou passar por essa humilhação, filho de peixe, quando eu ouvia filho de peixe peixinho é, eu dizia não é. Eu não vou ser igual minha mãe, eu não conheço meu pai mas eu não vou ser igual meu pai porque eu quero ter uma família, eu quero tá perto dos meus filhos, e isso me deu uma força muito grande, porque cada humilhação transformava em ódio e mais força, um degrau pra mim conseguir, e eu sempre coloquei na minha cabeça eu vou ser advogado, nunca mais ninguém vai violar os meus direito nem os direitos da minha família. E quando foi pra mim vir pra faculdade porque eu peguei o Prouni pela segunda chamada, então quando

foi pra mim vir pra cá ainda não tinha saído o resultado do Prouni, e minha mãe, hoje em dia minha mãe trabalha...ela dá aula de artesanato na prefeitura e ela trabalha com uma assistente social, e a assistente social falou assim pra mim, você não pode sacrificar a sua família por um capricho teu, entra no exército, faz igual eu, entra no exército lá você começa a trabalhar ganha seu dinheiro e ai paga uma faculdade melhor até você ter uma condição de fazer uma faculdade de direito, eu olhei pra ela e falei assim, isso a gente estava indo de carona, de Olímpio Noronha a Lambari, eu olhei pra ela e falei assim, se não for pra fazer direito não vou fazer nada, nada, vou sumi. Porque meu sonho é fazer direito, se não for para fazer direito não vou fazer nada, e ela falou assim, você não pode sacrificar sua família por um capricho teu. Agente desceu do carro dela, porque a gente estava de carona com ela minha mãe falou assim filho, a gente dá um jeito de pagar pra você. Ai eu falei, mãe...a faculdade na época a mensalidade com desconto dava quatrocentos e cinquenta eu ia pagar cem reais de aluguel que eu ia mora com dois amigos meus, vamos colocar cinquenta de agua e luz, e eu falei ai eu vou passar fome, a senhora vai me dar duzentos, meu vô, duzentos, minha vó, duzentos e eu vou comer o que? Ela falou assim, deus não deixa nenhum passarinho passar fome, não vai ser você que é filho dele que vai deixar. Então minha trajetória até na faculdade foi muito conturbada de muito medo, porque eu não sabia se realmente eu ia conseguir realizar meu sonho de entrar na faculdade, foi ai que eu mudei pra cá pra Varginha, fiquei dois meses pagando a faculdade, e depois saiu o Prouni na segunda chamada.

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

O real motivo da escolha do curso foi porque eu sempre fui indignado, eu sempre fui indignado com a sociedade em si. Com a forma que a sociedade viola direitos daqueles que tem menos poder, daqueles que não tem voz, então quando eu escolhi ser advogado porque eu nunca tive sonho de ser juiz nunca tive sonho de ser promotor eu sempre quis ser advogado, pra mim proteger o direito daqueles que não tem voz. E eu escolhi a FADIVA mesmo, foi porque era uma faculdade próxima, que tinha nome, tinha um certo nome, tem um certo nome e que ela dava condições de tá fazendo uma faculdade que... de conseguir um Prouni porque as outras faculdades eu não via, não tinha.

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Quando eu fiz a inscrição do Prouni lá tinha a opção de escolher por cota, minha mãe ela tem descendência de índio, meu avô já é branco mais branco e minha vó já é parda então eu nasci pardo e lá tinha a opção das cotas pra pardo e eu escolhi.

Como tem sido sua vida universitária?

Minha vida universitária tem sido, graças a Deus é... Ele me proporcionou várias vitórias aqui. Depois que eu entrei na FADIVA, que eu comecei a estudar porquê.. Eu

lembro que no primeiro ano, no meio do primeiro ano eu só estudava, eu não tinha arrumado nenhum emprego ainda, então eu ficava mesmo só por conta de estudos, eu era muito... eu me destacava muito mesmo. Depois graças a Deus eu consegui um emprego num escritório de advocacia conceituado que é onde eu trabalho hoje e eu tô lá já vai fazer quatro anos já que eu trabalho no escritório de advocacia e já trabalho no escritório de advocacia e já tenho a faculdade, então a minha vida universitária é totalmente voltada para o direito porque eu trabalho mexendo com direito e chego na faculdade e estudo direito.

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

Eu vejo a política de cotas como um meio, um instrumento importante para aqueles que necessitam, porque ignorar que existe o preconceito dizer que não existe o preconceito é mentira, porque existe, todos tem um certo preconceito, todos tem um certo preconceito, principalmente se hoje a gente for ver o contexto histórico, é que as pessoas negras pardas, mais de cor elas eram consideradas como miseráveis, e isso pela história foi vindo, a história veio então essas pessoas eram excluídas e com a políticas de cotas deu oportunidade dessas não ter nenhuma forma de, de exclusão, elas teriam garantido, elas garantem a sua participação ali, então eu acho muito importante a política de cotas. Eu defendo a políticas de cotas, eu acho muito importante a política de cotas porque devido isso mesmo, porque... como eu posso lhe dizer... eu defendo a política de cotas porque é uma forma de aproximar aqueles que antes e hoje ainda, porque muitas dessas pessoas no passado não tiveram oportunidades e carregaram isso, os seus filhos, então é importante essa política de cotas para aqueles que carregam ainda uma consequência do passado ter essa oportunidade no presente.

Você é a única que tem buscado o ensino superior ou tem alguém na família que já tem o ensino superior ou está buscando?

Na minha família a única pessoa que cursa o ensino superior e que vai se formar no ensino superior sou eu. Não existe ninguém mais na minha família.

Você já sofreu preconceito por ser negra ou ter descendência negra?

Já, já sim e por ser negro e pobre, já sim, principalmente na escola, na minha escola. Professores amigos, professores. Porque é aquilo que eu disse, o contexto histórico acompanhou, então vira, descendente de negro e pobre, então isso acarreta muito preconceito ainda. Eu já sofri muito preconceito tanto de amigos quanto de professor.

Você sente que talvez a cor da pele seja um referencial para conseguir ou não um emprego?

Sim, depende de qual emprego, sim! Com certeza tem um referencial, vou ser sincero quando se pensa em um negro trabalhando a gente pensa em saca de café, a gente pensa nos trabalhos mais forçados, hoje é o que eu disse a história acompanha, se você pensar em um negro advogado é difícil, infelizmente a gente as vezes tenta desviar disso, mas acontece a gente ver diariamente, você por exemplo não ver uma pessoa negra trabalhando em certos locais, certos locais comerciais, mas você vê um negro trabalhando talvez na limpeza, então é importante, eu acho que as vezes a cor realmente ela é um referencial, não digo que seja na totalidade, mas realmente o que a gente vê hoje em dia existe sim uma seleção pela cor, existe sim uma seleção pela cor, ela vem acompanhando.

Como tem sido a sua história de vida até o momento?

Até o momento a minha história de vida eu digo que eu sou plenamente realizado, porque o Prouni que pra mim é uma das maiores políticas de governo já feita, ela é uma política social que permite uma certa igualdade, daqueles que não tiveram nada, hoje conseguir realizar seus sonhos, hoje em dia minha vida ela é muito boa, que eu realizei meu sonho de entrar na faculdade de direito, graças a Deus ano que vem eu tô formando, eu trabalho num escritório de advocacia muito conceituado, trabalho na área que eu gosto que é a área criminal, que é defender os interesses daqueles que estão sendo massacrados independentemente do que cometeu, porque existe uma frase muito bonita, para a gente conhecer um preso a gente tem que conhecer a vida de um preso para a gente falar de um sentimento a gente tem que sentir. Isso quem disse foi o juiz da primeira vara criminal daqui da comarca de varginha Dr. Wilson e eu carreguei isso comigo, então, minha vida até o momento ela tá muito boa, graças a possibilidade de eu ter realizado meu sonho.

Anexo 3: Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, Otávio José dos Santos Filho, mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí, estou realizando uma pesquisa intitulada: “NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: “AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS”, com o objetivo de investigar a implantação da política de cotas no ensino superior a partir do ponto de vista dos estudantes negros que foram beneficiados pelas cotas em Universidade Federal no estado de Minas Gerais. Visamos conhecer e analisar a trajetória destes estudantes buscando compreender como estes vivenciam e significam a participação nesta política,

e mais especificamente a relação destes com o preconceito racial, antes e durante sua vida acadêmica na universidade. A coleta de dados se fará através de entrevista gravada desenvolvida, seguindo o roteiro:

Qual foi sua trajetória até chegar à universidade?

Teve alguma experiência de preconceito?

Qual motivo da escolha do curso e da universidade?

Como se deu o processo de se inscrever nas cotas raciais?

Como tem sido sua vida universitária?

Como avalia a implementação da política de cotas e sua participação nela?

É importante você saber que a qualquer momento poderá deixar de participar do estudo, se assim o desejar. Tomaremos o cuidado de lhe entrevistar num local adequado e privado sem ruídos para que você sinta-se tranquilo para opinar sobre o tema. Agendaremos a entrevista em data e local conforme sua disponibilidade.

Será mantido o anonimato, assim, como o sigilo das informações obtidas e será respeitada a sua privacidade e a livre decisão de querer ou não participar do estudo, podendo-se retirar dele em qualquer momento, bastando par isso expressar a sua vontade. A realização deste estudo não lhe trará consequências físicas ou psicológicas. Em caso de dúvidas e se quiser ser melhor informado(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, que é o órgão que irá controlar a pesquisa do ponto de vista ético. O CEP funciona de segunda a sexta feira e o seu telefone é (35) 3449-2199, Pouso Alegre - MG.

Este termo de consentimento é o documento que comprova a permissão do (a) senhor(a). Agradecemos desde já sua valiosa colaboração e colocamo-nos à disposição, para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

A seguir, será apresentada uma Declaração e, se o(a) senhor(a) estiver de acordo com o conteúdo dela, após sua leitura e concordância, deverá assiná-la.

DECLARAÇÃO

Por me achar plenamente esclarecido e de perfeito acordo com o que me foi informado, eu aceito e confirmo a minha participação nesta pesquisa e por isto lavrarei abaixo a minha assinatura em duas vias deste documento, ficando uma delas comigo e a outra com o pesquisador(a). Mediante isto, concordo livremente em participar dela, fornecendo as informações necessárias. Estou também ciente que, se quiser e em qualquer momento, poderei retirar o meu consentimento deste estudo. Se necessitar de

alguma informação complementar poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVAS, MG.

Pouso Alegre ___/___/___

Nome do participante:_____

Assinatura do(a) participante:_____

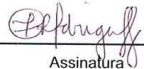
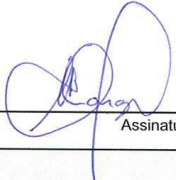
Assinatura do pesquisador:_____

Anexo 4: Parecer consubstanciado do CEP



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS		2. Número de Participantes da Pesquisa: 11	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Fabiana de Cássia Rodrigues			
6. CPF: 222.694.888-06	7. Endereço (Rua, n.º): JASMIM CHACARA PRIMAVERA Bl. B apto 1403 CAMPINAS SAO PAULO 13087460		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (19) 3579-9833	10. Outro Telefone:	11. Email: fabicassia@yahoo.com.br
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>29</u> / <u>09</u> / <u>2015</u>		 _____ Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAI		13. CNPJ: 23.951.916/0002-03	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (35) 3449-2300	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Carlos de Barros Lanzaia</u>		CPF: <u>127.997.267-04</u>	
Cargo/Função: <u>Reitor</u>		 _____ Assinatura	
Data: <u>30</u> / <u>09</u> / <u>2015</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

Anexo 5: Carta de anuência para autorização da pesquisa

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Fabiana de Cássia Rodrigues, RG: 32.872.497-x, CPF: 222.694.888-06, professora pesquisadora do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí - Univas, responsável juntamente com o mestrando, OTÁVIO JOSÉ DOS SANTOS FILHO, solicitamos autorização de Vossa Senhoria para realização de uma pesquisa de mestrado nas dependências da Faculdade de Direito de Varginha (FADIVA). O trabalho intitulado: **NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS** Tem por objetivo conhecer e analisar a trajetória de estudantes negros que foram beneficiados pelas cotas raciais no PROUNI. A pesquisa objetiva ainda investigar os impactos desta política na vida dos estudantes cotistas. Para desenvolvimento do estudo faz-se necessário entrevistar alguns estudantes cotistas, que aceitem participar do estudo. A pesquisa será desenvolvida mantendo-se o anonimato e a privacidade da Universidade e dos sujeitos e realizando análise sigilosa e criteriosa dos dados levantados que somente serão coletados após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVAS. O estudo seguirá os preceitos estabelecidos pela Resolução 466/12. As entrevistas serão realizadas com a autorização dos sujeitos e os registros destruídos ao término da pesquisa. Para a participação na pesquisa os sujeitos assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Pouso Alegre, 10 de agosto de 2015.

Fabiana de Cássia Rodrigues
Pesquisadora Responsável da Pesquisa

Otávio José dos Santos Filho
Mestrando do Mestrado em Educação – Univas

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação



Prof. Alvaro Vani Bemfica
DIRETOR

Direção – FADIVA

(CARIMBO)

6 TERMO DE PERMISSÃO PARA PUBLICAÇÃO (Cessão de direitos)

TERMO DE PERMISSÃO PARA PUBLICAÇÃO (cessão de direitos)

Declaro, com este Termo, permitir a publicação da dissertação de minha autoria pela Universidade do Vale do Sapucaí, em versão eletrônica e (para fins de uso exclusivamente acadêmico) a ser disponibilizada no site oficial dessa Universidade.

Título da dissertação: **“NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS E A VISÃO DE ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI EM UMA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS GERAIS”**

Autoria: **Otávio José dos Santos Filho**

Por ser verdade assino o presente Termo em meu nome.

Assinatura:



Pouso Alegre, 09 de março de 2016.